BRASIL AÇUCAREIRO

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Açúcar e do Álcool

ANO XXXVII — VOL. LXXIII — ABRIL DE 1969 — Nº 4

Ministério da Indústria e do Comércio
Instituto do Açúcar e do Álcool

CRIADO PELO DECRETO Nº 22-789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço Telegráfico: "Comdecar"

TELEFONES:

Presidência

Presidente 31-2741
Chefe de Gabinete
Jarbas Gomes de Barros 31-2583
Assessoria de Imprensa 31-2689
Assessor Econômico 31-3055
Portaria da Presidência..... 31-2853

Conselho Deliberativo

Secretária
Marina de Abreu e Lima 31-2653

Divisão Administrativa

Francisco Franklin da Fonseca Passos

Gabinete do Diretor 31-2679
Secretaria. 31-1702
Serviço de Comunicações ... 31-2543
Serviço de Documentação ... 31-2469
Biblioteca 31-2696
Serviço de Mecanização..... 31-2571
Serviço Multigráfico 31-2842
Serviço do Material 31-2657
Serviço do Pessoal 31-2542
(Chamada Médica) 31-3058
Seção de Assistência Social 31-2696
Portaria Geral 31-2733
Restaurante 31-3080
Zeladoria 31-3080

Armazém de Açúcar .... / Garagem .... / Arquivo Geral .. — Av. Brasil 34-0919

Divisão de Arrecadação e Fiscalização

Elson Braga

Gabinete do Diretor 31-2775
Serviço de Fiscalização 31-3084
Serviço de Arrecadação 31-3084
Insp. Regional GB 31.1772

Divisão de Assistência à Produção

Júlio de Miranda Bastos

Gabinete do Diretor 31-3091
Serviço Social e Financeiro.. 31-2758
Serviço Técnico Agronômico.. 31-2769
Serviço Técnico Industrial... 31-3041
Setor de Engenharia 31-3098

Divisão de Contrôle e Finanças

Normando de Moraes Cerqueira

Gabinete do Diretor .... 31-3690 / 31-3046
Subcontador 31-3054
Serviço de Aplicação Financeira 31-2737
Serviço de Contabilidade 31-2577
Tesouraria 31-2733
Serviço de Contrôle Geral .. 31-2527

Divisão de Estudo e Planejamento

Antônio Rodrigues da Costa e Silva

Gabinete do Diretor 31-2582
Serviço de Estudos Econômicos 31-3720
Serviço de Estatística e Cadastro 31-0503

Divisão Jurídica

Hélio Cavalcanti Pina

Gabinete Procurador Geral.. 31-3097 / 31-2732
Subprocurador 31-3223
Seção Administrativa 31-3223
Serviço Forense 31-3223

Divisão de Exportação

Francisco Watson

Gabinete do Diretor 31-3370
Serviço de Operações e Contrôle 31-2839
Serviço de Contrôle de Armazéns e Embarques 31-2839

Serviço de Álcool (SEAAI)

Joaquim de Menezes Leal

Superintendente 31-3082
Seção Administrativa 31-2656

Escritório do I.A.A. em Brasília:

Edifício JK
Conjunto 701-704 2-3761

DELEGACIAS REGIONAIS DO I. A. A.

RIO GRANDE DO NORTE:
Rua Frei Miguelinho, 2 — 1º andar — Natal

PARAÍBA:
Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2º andar — João Pessoa

PERNAMBUCO:
Avenida Dantas Barreto, 324 — 8º andar — Recife

SERGIPE:
Pr. General Valadão — Galeria Hotel Palace — Aracaju

ALAGOAS:
Rua do Comércio, ns. 115/121 - 8º e 9º andares — Edifício do Banco da Produção — Maceió

BAHIA:
Av. Estados Unidos, 340 - 10º andar - Ed. Cidade de Salvador — Salvador

MINAS GERAIS:
Av. Afonso Pena, 726 — 21.º andar — Caixa Postal 16 — Belo Horizonte

ESTADO DO RIO:
Praça São Salvador, 64 — Caixa Postal 119 — Campos

SÃO PAULO:
R. Formosa, 367 - 21º — São Paulo

PARANÁ:
Rua Voluntários da Pátria, 475 — 20º andar — C. Postal, 1344 — Curitiba

DESTILARIAS DO I. A. A.

PERNAMBUCO:
Central Presidente Vargas — Caixa Postal 97 — Recife

ALAGOAS:
Central de Alagoas — Caixa Postal 35 — Maceió

BAHIA:
Central Santo Amaro — Caixa Postal 7 — Santo Amaro

MINAS GERAIS:
Central Leonardo Truda — Caixa Postal 60 — Ponte Nova

ESTADO DO RIO:
Central do Estado do Rio — Caixa Postal 102 — Campos

SÃO PAULO:
Central Ubirama — Lençóis Paulista

RIO GRANDE DO SUL:
Desidratadora de Ozório — Caixa Postal 20 — Ozório

MUSEU DO AÇÚCAR

Av. 17 de Agôsto, 2.223 — RECIFE — PE

NOTAS e COMENTÁRIOS

MUSEU DO AÇÚCAR

E Pernambuco chega-nos a notícia de que o Museu do Açúcar, do Recife, iniciou um ciclo de estudos sôbre o *Influência da Agroindústria do Açúcar na Literatura, Música e Teatro.*

Trata-se, como vemos, de mais uma iniciativa daquela instituição, dentre as muitas que já tomou, para demonstrar a influência do açúcar na cultura do País, no passado e no presente.

O açúcar, desde sua existência entre nós até a época atual, exerce uma fôrça muito grande na arte, de um modo geral. Além de sua natural importância no cenário econômico, o produto tem presença sempre garantida na Pintura (Debret/Cícero Dias), na Música (Ascenso Ferreira/Jaime Griz), na Literatura (José Lins do Rêgo/Gilberto Freyre).

O curso que ora se inicia no Museu do Açúcar será ministrado por quem melhor conhece e domina os assuntos, senão vejamos:

O TEATRO, cujo coordenador é o Diretor do Museu do Açúcar, Sr. Luís Oiticica, tem como expositor o dramaturgo Ariano Suassuna e como debatedores, Leônidas Câmara e Hermilo Borba Filho. O tema MÚSICA tem como coordenador o Maestro Vicente Fitipaldi, expositor o Padre Jaime Diniz e debatedores José Maria Tavares e Lourenço Barbosa (o Capiba). Da POESIA falarão o crítico César Leal, tendo Ariano Suassuna como coordenador e os poetas Carlos Moreira e José Gonçalves de Oliveira como debatedores. Sôbre ENSAIO, ROMANCE E ESTUDOS SOCIAIS, falarão o Professor Luís Delgado, sendo debatedores os poetas Audálio Alves e César Leal, enquanto que a coordenação ficou afeta ao Professor José Brasileiro Vilanova.

ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, Sr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, recebeu telegrama do Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República, nos seguintes têrmos: "Tenho a maior satisfação em agradecer atenciosos cumprimentos nome meu Govêrno pela passagem do Quinto Aniversário da Revolução. Saudações. *Arthur da Costa e Silva* — Presidente da República."

NÔVO SECRETÁRIO-GERAL DO MIC

Em substituição ao Sr. Claudionor de Souza Lemos, vem de assumir as funções de Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, o Sr. José Fernandes de Luna, que exercia o cargo de Chefe do Gabinete e substituiu interinamente, em várias oportunidades, o Ministro General Edmundo de Macedo Soares e Silva.

APAEB

Está circulando o primeiro número do Boletim Informativo da Associação dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco, relativo a março e destinado a divulgar as atividades da agroindústria canavieira, em favor da economia daquele Estado e sua participação no desenvolvimento da região. A edição do Boletim informativo é uma iniciativa do empresariado pernambucano, através da APAEB destinada a levar à opinião pública, às lideranças políticas, administrativas e intelectuais, uma informação livre de distorções sôbre os diversos problemas e aspectos da principal atividade do Estado de Pernambuco.

ANUÁRIO

Publicação de feitura técnica, jornalística e gráfica das mais significativas é, sem dúvida, o ANUÁRIO BRASILEIRO DE PROPAGANDA 68/69, uma realização digna de aplausos da "Publinform", em convênio com a Editôra Propaganda S.A. e que chegou-nos às mãos nêste comêço de ano. Agradecemos a distinção da oferta ao seu diretor Bias de Farias e ao jornalista Mauro Salles. Trata-se de edição primorosa, no gênero, sendo de excepcional utilidade.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A mais importante meta do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral para 1969, dentro do programa da reforma administrativa, é a regulamentação do sistema de pessoal, atividades auxiliares e serviços gerais, que vai melhorar a situação do funcionário público.

O Escritório da Reforma Administrativa levou a efeito levantamento das medidas adotadas no ano de 1968 para a desburocratização dos serviços públicos. Os resultados acusam 888 delegações de competência, identificação de 780 rotinas, além da reorganização de 260 repartições e a revisão de 166 normas e regulamentos. A delegação de competência permitiu entregar 17.087 atribuições a escalões inferiores, o que impediu que 8.983.237 documentos subissem às autoridades delegantes.

JORNALISTAS TERÃO BÔLSAS

O *Memorial Scolarship Fund* oferece bôlsas-de-estudo a jornalistas de países membros das Nações Unidas, em desenvolvimento, para o período de 15 de setembro a 15 de dezembro de 1969, para que assistam aos trabalhos da 24.ª Assembléia-Geral das Nações Unidas.

A bôlsa pagará a passagem de ida e volta de avião, e dará mesada para hospedagem e estadia em Nova Iorque. Só poderão se inscrever jornalistas que falem Francês, Inglês ou Espanhol e terão preferência os que tiverem entre 25 e 35 anos de idade. Os candidatos poderão inscrever-se até 15 de abril no seguinte endereço: Margaret Osmer, Secretaria, Memorial Scorlarshup Fund, Room 375. United Nations, New York, 10 017 — USA.

TÉCNICOS

Acaba de constituir-se a Sociedade Brasileira de Controladores Financeiros, com o objetivo de aprimorar o nível de competência profissional daquêles técnicos no campo da contabilidade e contrôle empresarial, fato de indiscutível importância no sentido do desenvolvimento da emprêsa no Brasil.

MÁQUINAS/1970

Ao ensêjo do encerramento da Primeira Reunião dos Comitês Latino-Americanos da Câmara de Comércio Internacional, o Sr. Ernane Galvêas, Presidente do Banco Central, afirmou que para alcançar um produto bruto de US$ 130 milhões em 1970, a América Latina necessitará importar US$ 7,5 bilhões de máquinas e equipamentos. Citou, na oportunidade, previsões de técnicos da CEPAL de acôrdo com os quais as exportações da América Latina em 1970 atingiria os US$ 14 milhões.

PRÊMIO "MONTEIRO LOBATO"

Registramos com justificada satisfação, a conquista recente do importante prêmio literário, "Monteiro Lobato", destinado à melhor obra escrita e editada cada ano no Brasil, concernente à literatura infantil, pelo nosso estimado companheiro, jornalista, desenhista e escritor *Luís Ignácio de Miranda Jardim,* natural da cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, há muito radicado na Guanabara. Vale esclarecer, nesta nota, que o Prêmio em aprêço foi concedido pela Academia Brasileira de Letras, por decisão unânime da Comissão Julgadora constituída de luminares com assento na Casa de Machado de Assis.

Integrante do Quadro Permanente do I.A.A., como Redator, intelectual dos mais conceituados, Luís Jardim recebe a láurea pela publicação do seu recente livro "PROEZAS DO MENINO JESUS", que mereceu uma expressiva carta-prefácio do escritor Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Durante vários anos, ocupou com brilho a eficiência a chefia da Seção de Documentação, responsável pela confecção e elaboração da nossa revista BRASIL AÇUCAREIRO, além de ter exercido também, as funções de Secretário do antigo partido político "União Democrática Nacional", a extinta UDN, no Rio de Janeiro. A entrega do referido Prêmio ocorrerá, provàvelmente, no próximo mês de junho em ato a ser realizado na Academia Brasileira de Letras.

RELIGIÃO & LITERATURA

Acusamos o recebimento de mais um importante lançamento literário — "Na seara das letras, da fé e da ciência" — obra recente da autoria do Pe. Dr. Jorge O'Grady de Paiva, processor da PUC e figura de relêvo dos meios culturais da terra potiguar. Inicia esta expressiva coletânea de estudos a "Interpretação estilística de Euclides da Cunha e Augusto dos Anjos" e tem particular destaque o capítulo XI — *Fóssil Vivo* — único estudo publicado no Brasil sôbre o "Celacanto".

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

BRASIL: — Anuário para 1969 do Observatório Nacional, M.E.C.; 21 Anos de Evolução da Agricultura, publicação do Centro de Estudos Agrícolas, Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas; O Pescado na Guanabara e a Atividade Pesqueira Nacional e Preservação de Alimentos pela Radiação Ionizante, publicação da Diretoria do Estado da Guanabara, do Ministério da Agricultura; *Atualidades Pernambucanas,* ns. 171/3; Amazônia, Desenvolvimento e Ocupação, publicação da SUDAM; *Aratu,* ns. 15/20; *Agente,* ns. 8/11; *APEC,* n. 165; *Agricultura e Pecuária,* n. 535; *Boletim Informativo Copereste,* ns. 8/12; Banco do Brasil S.A., Boletim Trimestral, ano 3, n. 3; *Boletim Agro-Pecuário Bayer,* n. 76; *Bibliografia Brasileira Mensal,* vol. 1, n. 12, vol. 2, ns. 1/3; *Boletim Açucareiro,* n. 4; *Brasil de Hoje,* n. 102; Boletim do Centro Tropical de Pes-

quisas e Tecnologia de Alimentos, ns. 13/14; *Boletim Informativo Copersucar,* ano 8, n. 1; *Cadernos Germano-Brasileiros,* ns. 11/12 de 1968 e 1/3 de 1969; *Cacau Atualidades,* vol. 3, ns. 5/6 e vol. 4, ns. 1/.; *Correio do Livro,* ns. 16/19; *Correio Agro-Pecuário,* ns. 144/151; *Coopercotia,* ns. 231/5; *Experientiæ,* ns. 4/5; *Extensão Rural,* ns. 34/7; *Guanabara Industrial,* ns. 71/4; *A Galera,* n. 120; Instituto de Pesquisas e Experimentação Agro-Pecuárias do Centro-Sul, Boletim Técnico, ns. 36/50; Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Boletim n. 10; Indústria e Produtividade, ns. 7/10; Instituto de Tecnologia do Rio Grande do Sul, Boletim ns. 43/5; *Paraná Econômico,* ns. 188/91; *Química & Derivados,* ns. 38/42; *Revista Ceres,* ns. 85/6; *Revista SENAL,* ns. 92/3; *Revista Brasileira de Estatística,* ns. 113/5; *Revista do IRB* ns. 172/4; *Revista de História,* ns. 73/4; *Revista de Química Industrial,* ns. 440/3; Técnica e Desenvolvimento, Boletim Informativo n.º 1 da Fives-Lille Industrial do Nordeste S.A..

ESTRANGEIRO — *El Agricultor Venezolano,* ns. 241/3; Asociación de Tecnicos Azucareros de Cuba, Boletin, Vol. 23, ns. 1/2; *L'Agronomie Tropicale,* 1969, ns. 1/2; *Agricultura al Dia,* ano 14, ns. 11/12, ano 15, ns. 1/6; *Boletin Azucarero Mexicano,* ns. 223/8; Banco Central de la Republica Argentina, *Boletin Estadistico,* ano 11, ns. 8/12, ano 12, n. 1; *Bibliography of Agriculture,* vol. 32, ns. 10/12, vol. 33, ns. 1/2; *BIES,* ns. 68/72; *Corresponsal Internacional Agricola,* ns. 5/6; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, *Revista Mensual,* ns. 636/41; *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien; Cuba Economic News;* ns. 35/6; *Carta del MAC,* Venezuela, n. 41; *El Cañero Mexicano,* ns. 129/30; Extraits des Publications étrangères recues au BIES, ns. 59/62; *F. O. Licht's International Sugar Report,* vol. 101, n. 11; *Gacotilla Agricola de Holanda,* n. 10; *The Hispanic American Historical Reviw,* vol. 49, n. 1; *Ingenieria Civil,* Cuba, 1967, ns. 9/12, 1968, ns. 1/5; Internationa Sugar Organization, *Statistical Bulletin,* vol. 27, ns. 11/12, vol. 28, ns. 1/3; *La Industria Azucarera,* ns. 898/902; *The International Sugar Journal,* ns. 841/3; Instytut Geografii, Polônia, *Prace Geograficzne,* ns. 66, 67, 70, 73; *Impact,* n. 17; *Lamborn Sugar-Market Report,* vol. 48, ns. 51/3; vol. 49, ns. 1/18; *Livros de Portugal,* ns. 116/120; *Listy Cuckrovarnicke* 1968, ns. 10/12, 1969, ns. 1/3; *News for Farmers Cooperatives,* ns. 8/12; *Revue Internationale des Industries Agricoles,* vol. 29, ns. 11/12, vol. 30, n. 1; *Reseña de la Literatura Azucarera,* vol. 1, n. 3; Scientific Papers of the Institute of Chemical Technology, Praga, ns. 20/22; *Sugar Reports,* ns. 197/202; *Sugar Journal,* ns. 7/9; *Sugarland,* vol. 4, n. 12, vol. 5, ns. 1/8; *La Sucrerie Belge,* ano 88, ns. 1/3; *Sugar,* vol. 63, n. 12, vol. 64, ns. 1/3; *The South African Sugar Journal,* n. 12; Sugar in Hawaii, fifth annual edition, Sunday Tribune-Herald, Hawaii; *Taiwan Sugar,* ns. 5/6; *Tecnologia Alimentaria,* n. 12; URSS, 1968, n. 12, 1969, n. 1; U. S. Dept. of Agriculture, *Bimonthly List of Publications and Motion Pictures,* setembro de 1968 a janeiro 1969.

SAFRAS

As estimativas da safra agrícola dêste ano são as mais promissoras possíveis. Algodão e arroz vão ter um aumento de produção da ordem de 40%, enquanto que o aumento do café será de 28%. Todavia, um dos mais expressivos aumentos de produção será o da soja: 68%. O milho é um dos poucos produtos cuja safra será inferior à de 1968, acreditando-se por outro lado, que isto seja devido em primeiro lugar, às condições climáticas, e depois porque muitos agricultores estão substituindo a área em que cultivavam milho por outras colheitas mais rentáveis, como o arroz, o amendoim e o algodão.

CADERNOS DO MEC

Em edição da FENAME — Fundação Nacional do Material Escolar, do Ministério da Educação e Cultura — acaba de sair "INICIAÇÃO À CIÊNCIA" (Vol. 1), na série Cadernos do MEC.

A publicação em causa tem a responsabilidade e elaboração dos seguintes professores: Cândido Oromar Figueirêdo Vieira, Nilza Bragança Pinheiro Vieira e de Walter de Mello Veiga da Silva.

JORNALISTA NO GEIPAG

Pela Portaria de N.º 38-A, de 4 de fevereiro, o jornalista Álvaro da Rocha Filho, Assessor de Imprensa do Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio, foi designado para o cargo de Secretário Executivo do Grupo Executivo das Indústrias de Papéis e Artes Gráficas (GEIPAG), da Comissão do Desenvolvimento Industrial (CDI).

RADIOGRAFIA ECONÔMICA

A revista "Indústria & Produtividade", editada pelo Serviço de Relações Públicas da Confederação Nacional da Indústria, está circulando hoje, colocando em debate e equacionamento problemas nacionais que vão desde uma excelente radiografia econômica do Brasil, passando por questões de tecnologia e mercado de ações, até ao depoimento pessoal dos dirigentes industriais de todo o País, sôbre os sucessos e aflições da indústria.

Ao lado do economista Mário Henrique Simonsen, que expõe questões de educação e desenvolvimento — observando contrastes entre a rapidez da reconstrução das nações devastadas pela segunda guerra e a lentidão com que continuaram a crescer os países já desenvolvidos — está o ex-Presidente do Banco Central, Sr. Rui Leme, examinando em seus mínimos detalhes a capacidade ociosa da indústria brasileira.

A obra do Serviço Social da Indústria (SESI) no Brasil Central é também mostrada pela revista, como valiosa contribuição das classes empresariais à ação governamental no campo da assistência aos trabalhadores.

DIRETOR DE BA NO MIS

O jornalista Claribalte Passos, Diretor desta Revista e integrante do Quadro de Redatores do I.A.A., foi eleito e empossado no comêço de abril dêste ano, na Cadeira N.º 36, do Conselho Superior de Música Popular Brasileira, do Museu da Imagem e do Som, órgão Colegiado do setor da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, passando a substituir o saudoso escritor, compositor e jornalista Sérgio Pôrto (o popular *Stanislaw Ponte Prêta*).

Aliás, dia 24 de abril, a Diretoria da "Associação Brasileira de Imprensa" (ABI) realizou o lançamento oficial do livro de estréia do Sr. Claribalte Passos, "Música Popular Brasileira", prefaciado pelo sociólogo Gilberto Freyre, em edição da Imprensa Universitária, da Universidade Federal de Pernambuco.

MÉRITO JORNALÍSTICO

Através de decisão da "Ordem dos Velhos Jornalistas", a Redatora do I.A.A. sra. Zéia Pinho de Rezende Silva, responsável pela edição trimestral da Revista "JURÍDICA", órgão da Divisão Jurídica, do Instituto do Açúcar e do Álcool, foi distinguida com a medalha do "Mérito Jornalístico", juntamente com vários outros antigos profissionais na Guanabara, tendo a solenidade se verificado dia 13 de maio, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

AÇÚCAR É ESTÍMULO

Segundo o dr. Erick Hultmann, do Hospital St. Erick, de Estocolmo, o trabalho muscular reforçado, utilizando as reservas de glicogênio no corpo, estimula a síntese local glicogênica. Êle afirma que ingerindo hidratos e carbono (açúcares) produz-se valores de glicogênio muscular muito acima do normal; e o aumento de glicogênio faz crescer a capacidade de trabalho do indivíduo. "A exclusão de hidratos de carbono na dieta causa uma correspondente redução na capacidade de trabalho", concluiu.

UNIVERSALIDADE NA OBRA DE GILBERTO FREYRE

CLARIBALTE PASSOS

— sua obra implantou-se como árvore de grande porte no solo dadivoso da história cultural no mundo americano.

MODESTO conceito acima expendido pelo autor dêste comentário representa a síntese do nosso depoimento leal sôbre a obra cultural e a personalidade do Mestre de Santo Antônio de Apipucos. A sua mensagem sociológica espraiou-se, ao longo dos anos, por todos os recantos europeus e americanos e tornamos nossas essas palavras do Prof. Asa Briggs, *Reitor da Universidade de Sussex, Inglaterra, com relação à influência de Gilberto Freyre no âmbito do pensamento brasileiro de ôntem e de hoje: "Pode-se dividir a história do Brasil em duas fases: antes e depois de Gilberto Freyre."*

Homenageâmo-lo, aqui, no instante mesmo em que êle distingue o Instituto do Açúcar e do Álcool com a reedição do seu livro "AÇÚCAR" (Algumas Receitas de Doces e Bolos dos Engenhos do Nordeste) a ser lançado dentro em breve sob a responsabilidade do nosso Serviço de Documentação. Um empreendimento importante, dentro da programação da Coleção Canavieira, êste será o número dois dessa série vitoriosamente iniciada com o "PRELÚDIO DA CACHAÇA", de Luís da Câmara Cascudo.

Gilberto Freyre lançou-se a partir de "Casa-Grande & Senzala" (Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal), em 1933, — com edições sucessivas no Brasil até 1966, como posteriormente em Lisboa, Buenos Aires, Londres, Nova Iorque, Toronto (Canadá), premiado êste livro nos EUA como "o melhor livro sôbre relações entre raças" —, na qualidade de um autêntico e intemerato bandeirante da cultura.

Laureado, há poucos meses, com o "Prêmio Aspen" e a "Pequena Madona", respectivamente nos Estados Unidos e na Itália,

dia 28 de março último foi distinguido pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaratí), recebendo a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, reflete na sua vida dinâmica de intelectual privilegiado uma admirável unidade de espírito e de propósito.

Sociólogo e antropólogo de nomeada internacional — GILBERTO FREYRE — é apreciado através de pronunciamentos respeitáveis de críticos literários como Samuel Putman, *de geógrafos e historiadores do porte do alemão* O. Quelle, *de um antropologista da categoria do suiço* A. Metraux, *de um professor de História Latino-Americano da envergadura de* Frank Tannenbaum *(Universidade de Colúmbia), tendo dêle dito recentemente o Presidente do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos, do Estado de Colorado, na América do Norte, o seguinte: "Se houvesse uma categoria oficial de cidadãos do mundo, Gilberto Freyre seria um dêles."*

Vamos concluir esta breve crônica transcrevendo alguns versos bastante significativos sôbre o autor de "Região e Tradição", da autoria do poeta Carlos Drummond de Andrade:

"Velhos retratos; receitas
de carurus e guisados,
as tortas Ruas Direitas;
os esplendores passados;

a linha negra do leite
coagulando-se em doçura;
as rezas à luz do azeite;
o sexo na cama escura;

a casa-grande, a senzala;
inda os rumores mais vivos,
tudo ressurge e me fala,
Grande Gilberto, em teus livros."

ASPECTOS ECONÔMICOS DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA

JOSUÉ LEITÃO E SILVA
Professor de Administração Rural da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

1. O CONTRÔLE INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Ao que tudo indica, é o açúcar um dos produtos comercializados dos que mais sofre contrôle e fiscalização dos Governos.

As transações dêste produto estão sujeitas a um complexo de interêsses comerciais orientados pelo Conselho Internacional do Açúcar, com sede em Londres, Inglaterra. Êste contrôle é realizado através de Acôrdos Comerciais que se renovam periòdicamente. O atual Acôrdo está assinado por 42 países, entre produtores e consumidores, abrangendo cêrca de 96% das exportações e importações mundiais. O que resta, não tem significação econômica e destina-se aos mercados livres, restritos aos pequenos mercados.

As normas internacionais a que o açúcar é submetido foram durante a crise política de 1963 perturbadas, quando a União Soviética:

— aumentou sua demanda de açúcar, e,
— quando se registraram as dificuldades políticas entre os EE. UU - CUBA - URSS.

Estas dificuldades foram aumentadas com a queda da produção mundial de açúcar, cujos efeitos se revelaram imediatamente, causando:

— rápido consumo dos excedentes das safras anteriores e,
— produção reduzida, para aquém das necessidades de consumo mundial.

Embora êstes fatos fôssem ocasionais e passageiros, foram, entretanto, suficientes para que comprometessem a situação internacional do contrôle da produção, exportação e consumo do açúcar.

2. A SITUAÇÃO BRASILEIRA

A produção brasileira seguia sua rotina, quando, de repente, fatos políticos internacionais vieram estimular a que se aumentasse a produção e a exportação do açúcar. A rápida elevação dos preços internacionais, bem como a escassez do produto fizeram com que o Brasil modificasse seus interêsses pelo produto.

Na época (1962/1965), coincidiu que o Grupo de Erradicação do Café (GERCA), lançava a campanha de erradicação do café com financiamentos, pelo Banco do Brasil S.A., para o estabelecimento de outras culturas. Êstes fatos, ràpidamente, estimularam a que se ampliassem as áreas de cultura da cana-de-açúcar, em substituição à cultura do café.

Com especial ênfase, realizou-se na Região Centro-Sul do país a maior expansão das áreas de culturas da cana-de-açúcar, propiciando elevações fictícias dos valores das terras, notadamente das glebas que ficaram das usinas de açúcar. Dêste modo, desenvolveu-se, sem qualquer orientação ou planejamento, as ampliações da área nacional planta-

da, que passou de cêrca de 1,4 milhões de ha, em 1961, para 1,7 milhões, em 1965. Como conseqüência, a produção de cana-de-açúcar subiu de 59,4 milhões de toneladas, em 1961, para 75,8 milhões, em 1965.

Êstes fatos concretos encaminharam a produção nacional de açúcar para grandes dificuldades na safra 1965/66.

O Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) procurou então contornar a situação criada, através de medidas tidas como severas, em defesa do produto e do mercado interno.

A maior expansão da Zona Centro-Sul do País, teve lugar no Estado de São Paulo. Contribuiram para que isso viesse acontecer:

— a elevação dos preços internacionais do açúcar;
— a campanha de erradicação do café, pelo GERCA;
— o financiamento feito pelo Banco do Brasil S.A.

Os efeitos foram fecundos, porém, a economia açucareira do grande Estado viu-se mergulhada em excedentes, nos altos preços das terras e nos preços alvitados do mercado, numa contingência de desespêro.

O descontrôle a que chegou na safra 1965/66 fêz com que o IAA tomasse severas providências, graças às quais já se observa a estabilização do mercado interno, coadjuvado pelos preços internacionais que subiram de US$ 74,65 por tonelada, em 1965, para US$ 80,50, em 1966.

Acredita-se que, dêste modo, ninguém se atreverá, agora, a fazer ampliações de suas culturas de cana-de-açúcar, sem que não a tenha sob um planejamento para, pelo menos, realizar o aproveitamento da produção durante 3 cortes.

O IAA, com a confiança que lhe depositou a política monetária do País e o apoio do Banco do Brasil S.A., vem restabelecendo o mercado interno, a comercialização mensal, e aumentando o consumo interno em cêrca de 2,5% sôbre as cotas estabelecidas para a atual safra e as exportações para o mercado preferencial americano.

O consumo *per capita* nacional de açúcar, que estava em tôrno de 27 kg anuais em 1950/51, passou para 35,6 kg em 1960/61, o que representa um bom índice de melhoria.

O Brasil, na safra 1965/66, colocou-se em segundo lugar na produção mundial de açúcar, com uma produção de 76 milhões de sacos de 60 kg, equivalentes a 4,6 milhões de toneladas, superado, apenas, pela União Soviética.

Em razão da baixa observada na demanda internacional, desde 1964, registra-se um excedente de 21 milhões de toneladas mundiais de açúcar. Para evitar maiores conseqüências e agravamento ante a expansão brasileira, o IAA restringiu a quota de produção nacional de 11 milhões de sacos, sôbre a safra passada, autorizando, para a de 1966/67 a produção de apenas 65 milhões, assim distribuídos: 49 milhões de açúcar cristal e 16 milhões de demerara para exportação, sendo 7 milhões para a Região Centro-Sul e 7 milhões para a Região Norte- Nordeste, com mais 2 milhões adicionais.

São Paulo, para esta safra, teve sua produção reduzida de 42 para 30 milhões de sacas.

A exportação em 1967 atingiu 1 milhão de toneladas de demerara no valor de US$ 80,5 milhões de dólares, superando a de 1965 em cêrca de US$ 23,7 milhões, não só em razão do incremento da exportação como da melhoria observada do preço internacional.

Para a safra 1967/68 o IAA financiou 19 milhões de sacas de açúcar demerara sendo 7 na Região Centro-Sul e 12 na Região Norte-Nordeste.

3. A SITUAÇÃO EM MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais, nesta conjuntura, ocupava, em 1965/66, o quinto lugar no País, na produção de açúcar. Sua área cultivada atingia a 245,459 ha, com uma produção de cana-de-açúcar de cêrca de 7,5 milhões de toneladas e um valor aproximado de NCr$ 31,7 milhões. A produtividade média, na época, era de 30,5 t/ha.

A produção de açúcar estêve de 1961 a 1965 em tôrno de 3,5% em relação à

produção nacional, variando de 104,0 a 145,3 mil toneladas.

Em 1966, Minas Gerais tinha registrado no IAA 110 usinas, das quais apenas 35 operaram com turbina à vácuo, com uma produção de 194.827 toneladas de açúcar.

A Região de Ponte Nova, na Safra 1965/66, produziu 613.397 sacos de açúcar de 60 kg, que corresponde a 23,84% da safra do Estado, colocando-a, dêste modo, como o maior centro açucareiro da Zona da Mata.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Economia Rural (IER) da UREMG, revelou que, em 1965, os custos contábeis da produção de açúcar, para esta região, estêve com os seguintes valôres:

QUADRO 1 — Custos de Produção por Saco de 60 kg de Açúcar na Região de Ponte Nova, Minas Gerais, em 1965/66.

Itens de custos	NCr$	% sôbre total
+ custo fixo médio	2,02	20,42%
+ custo variável médio	7,87	79,58%
+ custo total médio	9,89	100,00%

Fonte: CUE'LLAR O., R. G. Relações Econômicas do Custo de Produção do Açúcar, Município de Ponte Nova, Minas Gerais, Safra 1965/66. p. 57.

O alto percentual do custo variável médio em relação ao custo fixo médio, sugere que o parque industrial caiu no obsoletismo técnico econômico. Êste fato demonstra que há pouca possibilidade, na atual conjuntura, de reduzir os gastos, ou, em outras palavras, de aumentar a produtividade com os mesmos recursos.

4. OS ADOÇANTES NA ECONOMIA NACIONAL

De par com os insucessos da cultura da cana-de-açúcar realizada com baixo nível de tecnologia e a produção de açúcar em usinas obsoletas, vale salientar a entrada no mercado nacional dos adoçantes sintéticos.

A demanda para êstes produtos tem sido crescente, ano após ano. Em 1967, a importação de adoçantes se registrou com as seguintes quantidades.

— sacarina	125.140 kg
— ciclamantos	99.124 kg
— total	224.264 kg

Êstes 224 mil quilos equivalem a cêrca de 1 milhão de sacas de açúcar da produção nacional que deixou de ser consumido. Em valor, esta retração do consumo representa os seguintes prejuízos, em cruzeiros novos, para a economia nacional:

— 16 milhões na renda bruta nacional;
— 13 milhões no produto bruto nacional;
— 4 milhões nos rendimentos pessoais dos que trabalham na indústria do açúcar e na cultura da cana.

O total dêstes prejuízos ultrapassam a 33 milhões de cruzeiros novos, sem levar em conta que a importação dos sintéticos pesou na balança de pagamentos do país, no valor de cêrca de 300 mil dólares.

Acredita-se, portanto, diante da aceitação dos adoçantes no mercado nacional que haja daqui para frente uma variação para menos na demanda de açúcar natural, até que as autoridades sanitárias nacionais encontrem algumas contra-indicações ao uso indiscriminado dos adoçantes sintéticos, que no mercado já ascendem a 68 marcas para o mesmo produto comercial.

5. CONCLUSÕES

Da rápida análise feita, pode-se concluir que cabe a nós produtores de cana-de-açúcar, e de açúcar, a tomar medidas que visem:

— aumentar a produtividade dos canaviais;
— remodelação, pelo menos parcial, do parque industrial. Estas duas providências proporcionarão o menor custo unitário da saca de açúcar, para maior expansão do mercado interno, em ponto de competição com os adoçantes sintéticos,

A ÁFRICA E NÓS (IV)

RAYMUNDO SOUZA DANTAS

ESPERO ter contribuído, com os artigos que aqui publiquei, para o melhor conhecimento de nossa presença na África negra. Conforme procurei demonstrar, não foi pequena, mas enorme e bastante diversificada, a influência brasileira em alguns territórios africanos. Tive o cuidado de observar que ela se fêz sentir, principalmente, a partir da metade do século passado, quando alí começaram a chegar os libertos brasileiros, como também muitos comerciantes baianos que foram tentar fortuna no Gôlfo do Benin. Em quase tôdas as linhas de atividade, pois, fizeram-se presentes, dando colorido nôvo aos hábitos e costumes, chegando, inclusive, conforme ficou provado, a mexer com as estruturas tribais e as hierarquias religiosas, transmitindo a organização patriarcal da família e a nossa catolicidade.

Essa presença, cuja marca ainda hoje é notada, principalmente no Tôgo e no Daomé, deve ser considerada como um fato de maior importância, na história dos países em que se registrou. Nesses países, sabemos, não só pelo depoimento de seus descendentes, mas também e principalmente dos historiadores, tiveram os brasileiros participação inclusive nos movimentos de emancipação política, movimentos êstes que, etapa após etapa, vieram possibilitar a conquista de suas respectivas independências. Entre as famílias que se destacaram no particular, recordamos a fundada pelo antigo escravo liberto Olimpio, avô do notável homem público Silvanus Olimpio, primeiro Presidente do Tôgo, assassinado há anos num levante palaciano. Basta, pois, como o fiz nesta série de artigos, para se fazer idéia dessa presença, evocar o dinamismo dos brasileiros que andaram por aquelas regiões a partir do século passado, apontando-a como inspiradora de seus descendentes em sua maioria gozando na atualidade de prestigiosa situação. Isto eu o verifiquei pessoalmente, ao longo da missão que me coube, na qualidade de Embaixador, como também nas demais viagens que fiz, nas várias vêzes que retornei à África.

Quando se diz, pois, que temos um lugar na África negra, não se está, absolutamente, fazendo literatura, ou apenas isso, mas apontando uma verdade. Sobrevivência e similitudes reforçam essa verdade, confirmando inclusive têrmos mais condutos com o mundo africano do que mesmo com qualquer um outro, graças às influências mùtuamente recebidas. As relações afro-brasileiras, pois, desde quando se constituiam apenas do tráfico escravista, revestiram-se de aspectos culturais os mais relevantes, pelos elementos que nos trouxeram os africanos e pelos valôres que levaram de volta ao serem repatriados acompanhados de filhos nascidos no Brasil.

Hoje em dia, infelizmente, quase não existe intercâmbio entre nós e o mundo africano. Pareceu, por volta de 1961, quando se tentou uma aproximação maior, que se iniciava um frutífero diálogo entre o Brasil e os nascentes países negros. Inspirava-se aquêle esfôrço, é verdade, de parte a parte, não apenas em preocupações de caráter cultural, mas também econômica. Não estávamos, porém, preparados para a grande emprêsa, pois nem os africanos nos conheciam devidamente, em têrmos de atualidade, nem nós a êles, sendo cometidos grandes erros de parte a parte, nas ênfases feitas. Não se pode considerar, contudo, ter havido um fracasso, mas apenas um êrro de ótica, na avaliação de perspectivas. Lamento, por isso mesmo, de nossa parte, o abandono do diálogo e, de parte dos afri-

canos, os enganos e descaminhos que sofreram e tomaram, pondo em perigo suas dependências, muitas delas aliás apenas nominais.

Prevalece, porém, uma verdade, no que se relaciona conosco, que está constituída pelos valôres que nos aproximam. Temos nós e a África negra, demasiado em comum. Salienta-se que, êste lugar que proclamamos reservado a nós naquelas plagas, é coisa utópica, pois de nada vale, quando se pensa em estabelecer correntes econômicas entre os dois mundos. Nessa hora, êsses valôres que nos aproxima, nada vale, diante de interêsses que nos fazem concorrentes. Esquecem, porém, os que assim pensam, que antes de nos considerarmos concorrentes, nós e os africanos devemos, isso sim, nos propormos uma política que tenha, como objetivo, atacarmos aquêles aspectos em que somos complementares.

Cumpre, ainda, considerarmos o nosso cabedal de sonhos, face à África, examinando também o que representa para nós — e vice-versa — a África portuguêsa. Não podemos ignorá-la, nem ela a nós, sejam quais foram as circunstâncias. Laços muito mais fortes, muito mais profundos, exigem entre nós diálogo sincero e permanente. Estive, há tempos — cêrca de dois anos — em Angola e Moçambique, não chegando, é verdade, a debruçar-me mais detidamente na realidade ambiente, ficando apenas com uma visão superficial da cena local. Mas, assim mesmo, o que vi, juntamente com os meus companheiros de viagem, aumenta essa necessidade de um diálogo franco e urgente. É intenção minha, oportunamente, nessas mesmas colunas, contar o que foi êsse meu primeiro contato. Por enquanto, desejo apenas registrar que, no nosso interêsse pela África, não podemos ignorar aquêles dois territórios, cujas realidades devemos melhor conhecer, em benefício do que se convencionou chamar comunidade afro-luso-brasileira.

A CULTURA DA CANA E O NITROCÁLCIO

PAULO DE OLIVEIRA LIMA

Em princípios de 1958, era iniciada em Cubatão — SP, a produção de um "fertilizante" azotado, denominado Nitrocálcio. Seu fabricante era a Fábrica de Fertilizantes, propriedade da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás. Por intermédio do "adubo fabricado", a Petrobrás atendia os que se dedicavam à agricultura, colocando à disposição de uma laboriosa classe o primeiro nitrogenado sintético produzido no País que, além de nos trazer sensíveis economias de divisas, representava mais uma mensagem de Fé nos destinos do País. Estava, portanto, de parabéns a Petrobrás.

No início da produção, as características técnicas do fertilizante eram as seguintes:

Azôto total — 20.5% , sendo:
Azôto Nítrico — 10.25% e
Azôto Amoniacal — 10.25%

Calcáreo Dolomítico

— 20.0% CaO
— 16.0% MgO

A partir de 1968, considerando que os fertilizantes mais concentrados proporcionam maiores economias aos interessados, diminuindo o custo do elemento nutritivo transportado e reduzindo o valor da mão de obra por unidade de N (Azôto) aplicada, a Fábrica de Fertilizantes passou a produzir o "NITROCÁLCIO CONCENTRADO", contendo 27.0% de Azôto. Atualmente é a seguinte, a composição do Fertilizante:

Azôto total — 27.0%, sendo:
Azôto Nítrico — 13.5% e
Azôto Amoniacal — 13.5%

Calcáreo Dolomítico

— 20.0% CaO
— 16.0% MgO

Importância dos componentes do Nitrocálcio na vida vegetal — (*Cana-de-Açúcar*).

Os elementos nutritivos, acima mencionados desempenham importantes funções na vida da planta e na cana-de-açúcar e, fàcilmente podem ser observados logo após a aplicação do "Nitrocálcio".

O "AZÔTO NÍTRICO", num total de 135 kg. por tonelada de Nitrocálcio aplicado é ràpidamente assimilado pelo sistema radicular da cana e seus resultados se manifestam da seguinte maneira: aumenta o desenvolvimento das fôlhas e colmos; nas fôlhas, meristemas e raízes, ocorrem a sua entrada em formas orgânicas. Os tecidos meristemáticos são os mais ricos em azôto. O aumento na perfilhação tem sido atribuído, com forte apoio experimental, ao nitrogênio, não importando a forma em que é aplicado. Nos solos deficientes do elemento, a sua aplicação em dosagens tècnicamente recomendadas, apresenta sensível aumento na produção. Tal fato tem ocasionado um certo abuso no uso de nitrogenados na cultura da cana, o que não se recomenda e não se justifica, pelas razões que passamos a comentar.

A aplicação dos nitrogenados na cultura da cana deve ser feita no máximo até o 5.º mês após o plantio. As aplicações tardias provocam um desenvolvimento da planta em prejuízo da maturação, resultando uma redução na per-

centagem de sacarose na cana. O quadro n.º 1, publicado por Malavolta em "Cultura e Adubação da Cana-de-Açúcar", nos dá uma explicação clara sôbre o assunto.

condições favoráveis ao bom desenvolvimento da cultura.

A calagem de um determinado terreno, conforme o próprio nome indica, consiste em adicionar ao mesmo a quantidade necessária de um calcáreo, como o dolomítico, também conhecido como calcáreo magnesiano. Outros materiais também usados na neutralização da acidez são: cal viva (ou virgem), cal extinta (ou apagada), calcáreo de rocha, resíduos de caieiras e cinzas em geral. Atualmente, o mais usado é o calcáreo dolomítico, sendo o que apresenta as maiores facilidades e vantagens. Em todos aparece o elemento cálcio (Ca) em diversas proporções.

QUADRO N.º 1

Kg. N/Ha	t. cana/Ha	% açúcar	t. açúcar/Ha
177	245	9.5	23,0
277	267	9.0	23,7
277	260	8.5	22,2

Um aumento de 100 kg. de N (Azôto) por hectare (10.000 m²), provocou um rendimento a mais, de 15 a 22 toneladas de cana por hectare, mas em conseqüência provocou uma redução na percentagem de sacarose, que chega a influir na quantidade de açúcar produzida na mesma área. Conclui-se que o lavrador deve se orientar tècnicamente nêsse sentido, aplicando as dosagens aconselhadas ao tipo de terra existente na propriedade e em época oportuna, considerando a idade da cultura, o que é muito importante, principalmente se a lavoura pertence a um usineiro.

O "AZÔTO AMONIACAL" é colocado a disposição da planta, num total de 135 kg. por toneladas de Nitrocálcio aplicado. Todavia não existe qualquer modificação nos seus efeitos sôbre a cultura, tratando-se de uma forma diferente de azôto. O que acontece, e na prática pode ser observado, é que o *N* na forma amoniacal abastece o vegetal por mais tempo, por não ser fàcilmente arrastado pelas águas de lavagens do solo. Atacado pelas bactérias nitrificadoras o azôto amoniacal se transforma em nítrico e nessa forma é mais aproveitado pela planta. Nos solos úmidos, quentes e não muito ácidos, a transformação se processa ràpidamente.

Cálcio: — O Cálcio tem grande influência no desenvolvimento e no funcionamento das raízes. Todavia, a maior importância do cálcio relaciona-se a neutralização da acidez do solo. Em relação a cana-de-açúcar a faixa mais aconselhada para o bom desenvolvimento da cultura, varia entre um p.H de 6.0 a 6.8, isto é, levemente ácida. Quando o índice de acidez é inferior a um p.H 5.5 é aconselhável a colagem do terreno, cuja finalidade seria elevá-lo às

Magnésio: — A maneira mais fácil e mais econômica de incorporá-lo ao solo é através do "Calcáreo Dolomítico" que, além do teor de cálcio (Ca), contém elevada percentagem de magnésio (Mg), variável de 14.0 a 18.%. Uma produção de 100 toneladas de cana (colmo) retira do solo, cêrca de 31,3 kg de Magnésio (MgO), sendo que justamente nos colmos encontra-se a maior percentagem do elemento. Nas fôlhas o teor de magnésio é inferior ao do cálcio (Ca).

O magnésio tem dupla finalidade na vida da planta: a de corretivo e como alimento. No primeiro caso sua ação é neutralizar a acidez da terra, melhorando o seu p.H. Como alimento é suprir as suas necessidades.

Os principais sintomas de carência dos três elementos, contidos no NITROCÁLCIO, na cana-de-açúcar.

AZÔTO: — As fôlhas perdem a sua côr verde-escura gradativamente, tornando-se amarelas e apresentando manchas da mesma côr, numerosas e pequenas; as manchas se tornam pardas e necróticas (mortas) no centro; aparece uma coloração avermelhada na superfície superior da nervura principal, coloração essa mais escura na base da fôlha. Os colmos se afinam e ficam avermelhados.

CÁLCIO: — Surgem faixas amareladas no tecido verde; tais faixas têm 1 a 3 milímetros de largura e até 1 centímetro de comprimento; são mais agrupadas na metade terminal das fôlhas. O sistema radicular cessa de se desenvolver.

MAGNÉSIO: — As fôlhas perdem a sua côr verde normal tornando-se amareladas; mais tarde, tanto as novas como as velhas mostram uma tonalidade roxa.

Aplicação do Fertilizante na "Cana Planta".

1.ª Adubação — 4 a 5 dias antes do plantio ou no momento do plantio, quando é executado mecânicamente (plantadeira e adubadeira conjugadas).

Dosagem por hectare (10.000 m²).

NITROCÁLCIO CONCENTRADO	— 100 kg.
Superfosfato Simples	— 600 kg.
Cloreto de Potássio	— 100 kg.
	800 kg.

2.ª Adubação — Em cobertura do 2.º ao final do 4.º mês, após o plantio.
Dosagem por hectare (10.000 m²).

NITROCÁLCIO CONCENTRADO 200 kg.

A dosagem por metro corrido de sulco, varia de acôrdo com a distância de linha a linha, empregada na plantação, e é calculada de acôrdo com o exemplo citado:

Exemplo
Distância de linha a linha 1.50 m.

Dosagem por hectare 800 kg.
Hectare = 10.000 m² =
= 100 m × 100 m

$$\frac{100}{1{,}50} = \frac{10.000}{150} = 66{,}6$$ sulcos de 100 m. de comprimento cada um.

100 m. × 66,6 = 6.660 metros de sulcos por hectare.

Na prática reduzir 10% = 6.000 m. aproximadamente.

Dosagem — 800 kg. ou sejam .... 800.000 gramas.

Dosagem por metro corrido —

$$\frac{800.000}{6.000} = 133$$ gramas, ou sejam, em números redondos = 130 gramas.

Adubação das Socas e Ressocas.

Dosagem por hectare

NITROCÁLCIO CONCENTRADO — 300 kg.

Época de aplicação — Do 1.º até ao final do 4.º mês após ao corte.

A distribuição do fertilizante, nas socas e ressocas, deve ser feita aproveitando-se a operação denominada "sangria das socas ou ressocas", que resume-se em uma poda do sistema radicular, executada de 20 a 30 dias após ao corte do canavial. Mesmo que o lavrador não esteja habituado a prática da adubação mineral, sòmente a sangria proporciona bons resultados a cultura — a poda das raízes velhas, provoca a formação de raízes novas e mais vigorosas e conseqüentemente um maior desenvolvimento das touceiras.

A sangria das socas ou ressocas pode ser executada utilizando-se o "aradinho sangrador", conforme é conhecido, distante 20 cm das touceiras e, nesse caso, a adubação é feita logo a seguir, aplicando o fertilizante nos sulcos abertos, com auxílio de adubadeiras de uma linha. Existem máquinas especializadas que sangram, distribuem e cobrem o adubo ao mesmo tempo, com grande rendimento, podendo atingir, aproximadamente, um (1) alqueire geométrico (48.400 m²) por dia de 8 horas de trabalho.

Atravessamos uma época em que todo e qualquer aumento da produção, quer seja de um produto industrial ou agrícola, deve ter como objetivo principal a redução do seu custo. Na agricultura os métodos modernos de cultivo do solo e as adubações, tècnicamente orientadas, são fatôres importantes no aumento da produção por unidade de superfície, única maneira de se conseguir os objetivos que todos desejamos.

O BENDITO DE MIGUEL

LUIZ SÁVIO DE ALMEIDA
Comissão Alagoana de Folclore

oferenço êste bendito
à luz que mais alumeia
ao amigo theó brandão
e à mãe de deus das candeia
— maceió — janeiro — 1969

Guedes de Miranda, vulto de destaque na vida das Alagoas, ao escrever suas memórias, inúmeras vêzes referiu-se ao cotidiano dos trabalhadores rurais que se ocupavam de engenho de seu pai; engenho localizado no Município de Pôrto Calvo, zona do litoral do Estado.

Em uma das passagens, falando sôbre os costumes funerários transcreveu estrofes de um Bendito ouvido quando criança, o qual se desenvolvia de forma dialogada, na ocasião em que os trabalhadores fizeram sentinela.

O Bendito é bastante significativo, especialmente na circunstância em que veio à tona. Em todo o seu decorrer, contrapõem-se as fôrças do bem e do mal, do santo e do malígno, transferindo-se a problemática para a figura do morto; liberdade para sua alma pela intercessão de Nossa Senhora.

O registro foi o seguinte:

— Ô Migué, Ô Migué!
Ouve a voz de quem te chama
Manda buscar esta alma
Faz três dias que arrecrama

— Ô de casa, ô de fora!
O inferno estremeceu.
— Eu vim buscar esta alma
Por ordem da Mãe de Deus
— Ô Migué, ô Migué!
Esta alma eu não te dou
Que hoje faz três dias
Que esta alma aqui chegou
— Nem que faça quinze anos
Esta alma eu sempre levo
Quem mandou buscar esta alma
Foi a Mãe do Padre Eterno.
— Bendito louvado seja
O Coração de Maria
Que ontem eu estava no inferno
Hoje no céu de alegria.

Certa feita ao assistir uma sentinela do Senhor Morto, acontecimento de Sexta-feira da Paixão no Município de Chã Preta, também área canavieira das Alagoas (Mata), ouvi o mesmo Bendito. A versão por mim recolhida era pràticamente idêntica à que aterrorizou Guedes de Miranda no engenho em Pôrto Calvo e assim, ficava registrada a incidência do motivo em duas áreas geo-econômicas do Estado, mas sempre dentro do contexto de comunidades açucareiras. O material por mim gravado, oferecia aparência mais singularmente popular, pela introdução de certas expressões como "vaca braba "e "brasa viva" e em nada mais diferia:

Vai-t'imbora vaca braba
Vai-timbora brasa viva
T'incômenda a um bom santu
Qui tirô-ti dessa vida.

Teria o cântico brotado em Alagoas? E mais ainda, seria especialmente da área estadual do açúcar? Por detrás do Bendito, existiriam raízes que não a simplesmente popular? O que significa o Arcanjo e em quais outros motivos da cultura popular está presente? Dessa forma, paulatinamente, o Arcanjo Miguel foi aparecendo em "incelenças", romances, orações, entremeios de reisado...

Permitindo, por conseguinte, entre outras coisas, observar a sua presença em dados mundanos e religiosos, sempre ligado ao culto das almas, cujas virtudes antigos livros católicos não se cansavam de gabar.

O mesmo Bendito apareceu nas cercanias de Vitória (ES), tendo Guilherme Santos Neves nomeado-o "oração-romance" em dois artigos: "Presença do Romanceiro Peninsular na Tradição Oral do Brasil" e "São Miguel Protetor das Almas". O título do primeiro artigo reflete que o mencionado folclorista busca as origens em solo não brasileiro e no segundo trabalho, aprofundou que a "oração-romace", possìvelmente, vincula-se "a velhos autos medievais e quinhentistas", trazendo para têrmo de comparação o "Auto da Alma" de Gil Vicente, aventando, por outro lado, ser a "oração-romance" "fragmento de um auto maior".

Para que se possa comparar, transcrevo o material de Santos Neves:

— Ô Miguel, ô Miguel!
Ponha três anjos na guia
Vá buscar aquela alma
Para nossa companhia

— Ô de casa, ô de fora!
O inferno estremeceu.
Eu vim buscar esta alma
Com a voz da Mãe de Deus

— Ô Miguel, vai embora
Que esta alma eu não te dou
Hoje fazem três dias
Que esta alma aqui chegou

— Nem que faça quinze anos
Eu não vou daqui sem ela
Hei de levar esta alma
Com a voz do Padre Eterno

— Muito eu hei de gabar
Neste mundo de agonia
Ontem eu estava no inferno
Hoje no céu de alegria

Gil Valente procurou com o AUTO DA ALMA figurar o caminho percorrido para a salvação que, em última análise, encontrar-se-ia no seio da Igreja Católica Apostólica Romana. A mesma determinação é encontradiça no Bendito cantado pelos camponeses de Pôrto Calvo e Chã Preta e na "oração-romance" do Espírito Santo.

Em Chã Preta uma moradora de engenho, tida como especialista em "estórias de Trancoso" e emérita rezadeira em sentinelas, disse-me o romance que segue, possìvelmente, bem próximo do "auto maior", cabendo que se ateste a hipótese de Santos Neves e se leve em conta a possibilidade de ter sido guardada pela cultura popular de uma comunidade açucareira de Alagoas, fórmula mais aconchegada à origem:

Nu mundu nasceu uma criança
Premeteu a si criá;
Premêru si arrastô
P'ra entonce pudê andá.
Quandu amanhicia o dia,
Sirviçu na casa tinha;
U ditu ela dizia
Quandu ela si alembrava,
Dizia Avi Maria.
Caiu a moça duenti
P'ra morrê, p'ra se acabá;
U demôniu Lucifé
A ela vinha atentá.
Quandu morreu esta moça
Afindiu-si u grandi dia.
U demôniu Lucifé
Formou do rabu a rudia
Laçou ela na cintura
— Vamu a minha moradia.
— Ô Migué, ô Migué!
Pega a parma e a capela,
Vá buscá aquela arma
Qui o marditu carregô ela.
— Aculá lá vem Migué,
Êli vem formá questão;
Êli vem tirá a arma
Di dentru das minha mão.
— Ô mestri, ô cidadão!
Eu num vim formá questão,
Qui esta arma Deus criô-la
Qui é p'ra dá a sarvação,
— Ela diz — Avi-Maria!
— Ô arma, pru quem chamas-ti
Qui as carni m'istremeu?
— Chamei pru Nossa Sinhora
Qui ela é a Mãe de Deus.
— Ô arma, pru quem tu chamas
Qui as carni mi arripia?
— Chamei pru Nossa Sinhora
Qui é sempri Virgi Maria.
— Aculá lá vem Migué,

Êle vem formá questão;
Vem mi tirá esta arma,
Das parma das minha mão.
— Mardito, mardiçuado,
Eu num vim fazê questão
Qui esta arma foi criada
P'ra alcançá a sarvação.
— São Migué vortô p'ra trais
Nossa Sinhora viu:
— Aculá lá vem Migué,
Migué, di qui vem chorandu?
— Ô sagrada Mãe di Deus
Pois eu num é di chorá?
U demoniu Lucifé
Só mi levou atentá,
Laçou a arma du seu ladu,
A mim num quiz entregá.
— Aculá lá vem Maria
C'um lenço cheiu de pedra,
P'ra que tanta sexaria?
— Ai, ô mestri,
Issu num é sexaria,
Cada um sexinho dêssi
É cinquenta Avi Maria,
Qui esta arma pru mim chama
No meu nome todo dia.

— Ô arma vorte p'ra trais
P'ra aprendê a reza mais
[principá,
P'ra intrandu na Igreja
U sucessu sê gera.
— A arma vortô p'ra trais,
Us galus amiudandu,
A luis todas acesa
E a mortaia si cortandu.
Chegou lá i dissi:
— Meu povo nun si assusti,
Num mi entregui a Satanás
Foi a Virgi Mãe di Deus,
Foi qui mi mandou p'ra
[trais,
P'ra vocês mi ensina
A reza mais principá,
P'r'eu entrá dentru da
[Igreja
P'ra cantá as missa gerá.
— Premêru é o Padi Nossu,
Segundu é vossu nomi,
Qui o Deus salvi a muié,
P'ra pudê salvá os homi.
— Ô padi, abri a Igreja
P'ra mim imprestá as donzela!
— U demoniu tava lá im baixo,
Passou as unha nas canela,
E oiô i dissi: Êi,
Qui cunfissão é aquela?
— A moça marchô p'ra í imbora,
Nossa Sinhora acumpanhandu,
Ela feita uma madinha
E êles foram saindo:
— Marcha, marcha minha
[armadinha.
Ela dissi: ""Oia Migué,
Aqui vai minha armadinha.

A construção em tôrno do tema é uma só: (1) existência de alma assediada pelo demônio; (2) fôrças do bem; (3) mediação de Nossa Senhora; (4) a presença de Miguel; (5) o triunfo do bem; (6) salvação.

Êsses itens são encontrados, também na "Peleja da Alma" registrada por Rodrigues de Carvalho e no "Castigo da Soberba", anotada por Leonardo Mota, constituindo-se em elo entre as duas peças, coisa que Leonardo não encontrou.

O mesmo processo pode ser visto em entremeios de "antigos reisados", segundo a pista fornecida por Theó Brandão, no seu trabalho "Cantos e Ritos Funerários de Alagoas".

Considerando-se a hipótese de que o material em exame deriva do romanceiro peninsular, fácil notar-se que precede històricamente à incorporação do tema nos entremeios de reisado.

De acôrdo com Theó Brandão os entremeios são "representações dramáticas... as quais se entrelaçam no curso do folguedo, após uma série de "peças" e "embaixadas "ou "chamadas de rei".

A mais antiga versão que o autor afirmou possuir, foi obtida com João Felix que "mestrou "na região de Viçosa (açúcar-Mata) no período compreendido entre 1910 e 1920.

Destacaremos o seguinte trecho de um entremeio:

DIABO — Quem és tú?
MIGUEL — Sou Migué.
DIABO — Ora, que em todo o canto que eu ando Migué vem sempre me atrapaiá!
MIGUEL —
Eu te prendo serpente horrorosa
Nestas mesmas correntes de ferro
Por milagre de Nossa Senhora
Vai-te Cão, te istorá nos inferno.

O Miguel da tradição como o catolicismo popular o reverencia, ficou, de

acôrdo com Cascudo, com os seguintes atributos:

1.º — A defesa do bem contra o mal;

2.º — "O que sustém a balança para pesar a alma dos mortos".

Daí tê-lo comparado a ANUBIS.

Por outro lado, demarcou as origens da tradição no Brasil, como fundamentada em modêlo português, inclusive exemplificando com peças do romanceiro lusitano, transcrevendo alguns versos provenientes de coleta de Jaime Lopes Dias.

O Nôvo Testamento trás as bases, o fundamento a partir do qual a criação popular desenvolve o tema, em versículos constantes da Epístola de São Judas e no Apocalipse, ao lado de versos do Velho Testamento:

S. Judas (I, 9) = "Mas, o Arcanjo Miguel quando contendia com o demônio..."

Apocalipse (XII, 7) "E houve batalha no céu: Miguel e seus anjos batalhavam contra o dragão..."

A Igreja Católica contribui oficialmente para a sedimentação do culto.

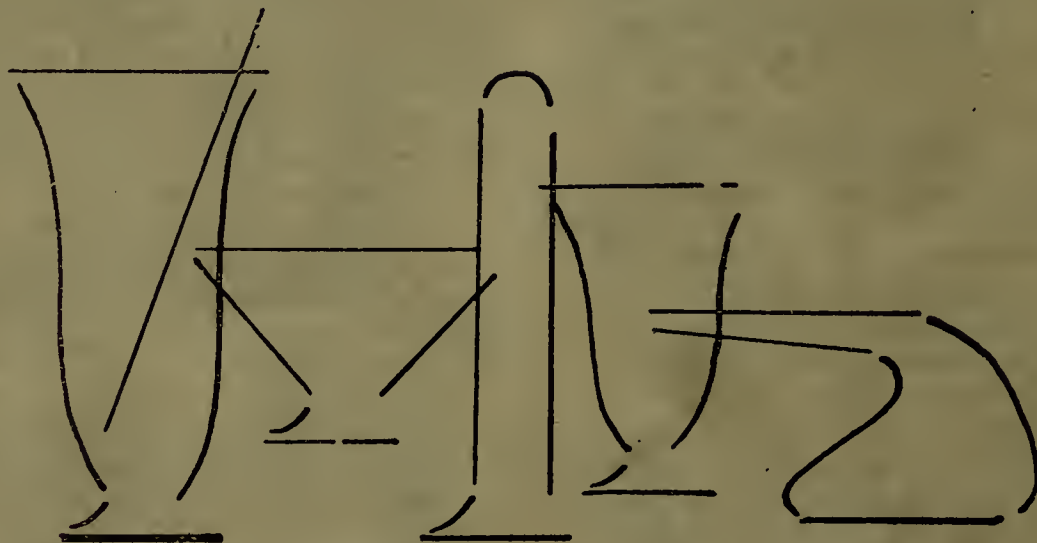
Em obra honrada "com um breve de S.S. Pio X, "A Bíblia das Escolas Católicas", consta na parte referente ao Apocalipse:

"Então travou-se no céu uma grande luta. Miguel com seus anjos levantou-se contra o dragão; e o dragão e seus anjos combateram; mas, não tivera o gozo da vitória e não puderam morar mais no céu. Êsse grande dragão, a antiga serpente, aquêle que se chama diabo, ou Satanás, e que seduz o mundo inteiro, foi varrido para a terra, e seus anjos com êle".

Por sua vez, o Compromisso da Irmandade das Almas (Maceió) explicitava em seu artigo terceiro:

> "Todos os anos se festejará com a pompa possível o arcanjo São Miguel, Padroeiro da Irmandade. Esta festa será no dia próprio, ou quando mais conveniente fôr".

E São Miguel, protetor do povo de UMBANDA, por Decreto de Leão XIII é responsável por 300 dias de indulgência para quem acrescentar a seguinte invocação a uma oração para ser resada ao fim da Missa:

"São Miguel Arcanjo, protegei-nos no combate, cobrí-nos com vosso espírito contra os embustes e ciladas do demônio. Ordene-lhe Deus; instantemente o pedimos: que vós, Príncipe da Milícia Celeste, pelo divino poder, precipitai no inferno, a Satanás e aos outros espíritos malígnos que andam pelo mundo para perder as almas". Amém".

COMENTÁRIOS SÔBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

FRANCISCO WATSON

A) — DO MERCADO NACIONAL

I) — *Da produção da safra 1968/69*

Ao atingirem o sétimo mês da safra 1968/69, isto é, a 31 de dezembro p. p., haviam as 271 usinas do País produzido 59,7 milhões de sacos de açúcar, contra 59,8 milhões na campanha anterior.

2. Conforme tivemos a oportunidade de observar em nossos comentários no último número de BRASIL AÇUCAREIRO, o comportamento da atual safra pode ser considerado, sob o ponto de vista técnico, superior ao da safra passada.

3. Com efeito, não fôssem os danos sofridos pela lavoura canavieira na região Centro-Sul, em decorrência da estiagem, a produção da safra em curso seria bem superior, mais 2,5 milhões de sacos aproximadamente, em quanto se calculam os prejuízos sofridos pela agroindústria dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

4. É conveniente ressaltar êsse aspecto para que não mais se duvide quanto ao progressivo aumento da produtividade da lavoura e da indústria canavieira nacional, cujos índices melhoram de ano para ano, graças ao nosso avanço tecnológico.

5. Em dezembro foram produzidos 4,5 milhões de sacos, contra 5,7 em igual mês de 1967, diferença que revela a redução do ritmo da moagem, em face do menor contingente de cana, provocado pela estiagem.

6. Contudo, espera-se que a estimativa de 72.400.000 sacos, levantada oportunamente pelo Instituto, seja alcançada, contra os 70.261.200 sacos fabricados em 1967/68.

7. A produção assinalada a 31.12.1968, de 59,7 milhões de sacos, inclui 11,5 milhões de sacos de demerara, destinados à exportação para o exterior, contingente êsse produzido pelas usinas de São Paulo, Alagoas e Pernambuco.

8. É digno de registro o fato de que as nossas usinas estão produzindo na atual safra o melhor açúcar demerara de todos os tempos, graças sobretudo a um conjunto de medidas tomadas não só pelo Instituto, mas também pelos próprios produtores, conscientes todos da necessidade da elevação de nossos padrões, para melhor competirmos no mercado internacional, com vistas sobretudo aos novos estágios alcançados por diversos países na fabricação do açúcar, como Austrália, Havaí, Cuba etc..

9. Graças a outras providências que estão sendo estudadas pelos órgãos técnicos do I.A.A., para execução em 1969/70, é de se esperar que melhores índices sejam obtidos a partir dessa campanha.

10. Dêsse modo, caminha nosso País para se colocar não só dentre os maiores produtores de açúcar, mas principalmente no rol daqueles que fabricam o melhor produto, necessidade que cada vez mais se impõe em face das crescentes exigências do mercado consumidor.

II) — *Do consumo interno*

11. No decorrer do mês de dezembro, deram as usinas do País saídas, para o

consumo, a 4,89 milhões de sacos, contra 4,23 milhões em igual período de 1967.

12. No período pròpriamente da safra, de junho a dezembro de 1968, essas saídas totalizaram 32,16 milhões de sacos, contra 29,68 milhões no mesmo espaço tempo do ano passado.

13. E de janeiro a dezembro, as saídas para o consumo atingiram 55,6 milhões de sacos, quando em 1967 somaram 48,8 milhões.

14. Êsses números, sobremodo auspiciosos, revelam um aumento considerável no consumo interno de açúcar, merecendo ser destacado o índice da elevação no decorrer dos doze meses de 1968, isto é, 13,9%, relativamente a 1967.

15. Em conseqüência, atingiu o Brasil, em 1968, o seu maior consumo *per capita,* isto é, 37,5 quilos, tomando-se por base a população de 89.000.000 de habitantes segundo os dados do I.B.G.E.

16. Além de fatôres diversos que contribuiram para essa expansão do consumo nacional do açúcar, é de se ressaltar a propaganda bem elaborada e executada pela Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, de esclarecimento sôbre o valor nutritivo do açúcar de cana, comparado com outros produtos artificiais adoçantes.

17. Embora o nosso País tenha alcançado em 1968 um consumo *per capita* recorde, não nos devemos esquecer que o Brasil ainda assim, se situa dentre os países de mais baixo consumo, bastando assinalar que o de Cuba é de 78,3 quilos.

18. Se, em 1969, experimentarmos a mesma expansão do consumo da ordem de 1,5 quilos *per capita,* é de se admitir que neste ano, considerando também o aumento populacional, o consumo global do País venha a ser da ordem de .... 60.000.000 de sacos. Daí a necessidade imperiosa da produção desta safra e da próxima se comportar em nível que possa atender às necessidades internas e aos nossos compromissos de exportação da ordem de 1.000.000 de toneladas 16.700.000) sacos, sem nos esquecermos da conveniência de um estoque de reserva.

III) — *Dos estoques*

19. A 1.º de dezembro, havia em estoque 45,8 milhões de sacos e a 31 dêsse mês êsse estoque caiu para 42,5 milhões, em conseqüência da exportação (2,8 milhões) e o consumo (4,8 milhões) terem excedido em 3,1 milhões à produção verificada no mês.

20. A tendência, a partir de dezembro até o início da nova safra, é do estoque geral do País cair cada vez mais, como resultado do período de entre-safra e das saídas para consumo e exportação.

21. Nesta safra, espera-se que não haja boa distribuição dos estoques em conseqüência do incremento do consumo e da queda de produção na região Centro-Sul, estimando-se em 600.000 sacos o estoque remanescente a 30.6.1969 nessa área, considerado em nível capaz de gerar perturbações no abastecimento à população, a menos que venha açúcar do nordeste, onde os estoques de cristal são grandes e não encontram colocação na região.

22. O "carry over" de cristal, da safra passada, isto é, o existente a 1.6.1968, foi de 13.077.978 sacos, e a previsão para 1.6.1969 é de um estoque bem menor, o que revela uma posição satisfatória para a economia açucareira em têrmos de produção e comercialização.

IV) — *Da exportação*

23. Durante os 31 dias de dezembro exportou o Instituto 2.854.836 sacos de açúcar demerara, contra 476.386 sacos no mesmo mês do ano passado.

24. A exportação de aproximadamente 180.000 t. m. em dezembro bateu um recorde de exportação mensal dêstes últimos 10 (dez) anos. Êsse volume excepcional decorreu da necessidade de reduzirmos nossas disponibilidades exportáveis em 1969, em face da nossa cota de exportação, para êste ano, ser de .... 450.000 t. m., estabelecida pelo "Acôrdo Internacional do Açúcar".

25. No período da safra, de junho a dezembro de 1968, foram exportados pelo Instituto 10.868.282 sacos, contra .... 9.818.467, em igual período de 1967.

26. De janeiro a dezembro de 1968, fêz o Brasil sua maior exportação de açúcar,

mandando para o exterior 18.257.475 sacos de demerara, equivalentes a .... 1.087.000 toneladas métricas líquidas.

27. Se considerarmos a exportação realizada de mel rico, no total de 70.726.392 t. m., equivalentes a 42.435.840 t. m. de açúcar, a exportação brasileira dêsse produto foi realmente de 1.129.436 t. métricas.

Os Estados exportadores foram os seguintes:

	T.M.	SCS.
Alagoas	246.929,0	4.165.063
Pernambuco . . .	418.706,3	7.121.188
São Paulo	413.071,4	6.971.225

28. Em 1968, foram exportados também 13.819,8 t. m. de álcool e 141.777,4 t. m. de melaço.

29. Indicamos, a seguir, os valores dessa exportação:

	US$
1.078.706,7 t.m. de açúcar	106.746.965,81
70.726,4 t.m. de mel rico	2.237.056,85
141.177,7 t.m. de melaço	2.354.945,32
13.819,8 t.m. de álcool	1.447.310,00
	112.786.277,98

30. Porém, a contribuição da agroindústria canavieira à nossa Balança Comercial em 1968 não foi apenas dêsse valor. O ingresso de divisas nesse exercício foi realmente maior, se considerarmos o câmbio vendido pela Divisão de Exportação ao Banco do Brasil, quer de exportação de açúcar e mel rico, quer de prêmios pela rapidez dos carregamentos e liquidações finais de exportações realizadas em 1967 e prêmios de polarização etc.. Damos a seguir êsses valores:

	US$
Açúcar	116.661.930,18
Mel rico	2.237.056,85
Armazenagem	211.069,57
Prêmios	216.556,06
Juros	59.474,50
Diversos	9.367,48
Total	119.395.454,64

31. Somado o valor acima, de dólares negociados pelo Instituto com o Banco do Brasil, com o valor da exportação de álcool e melaço feita diretamente pelos produtores (cujas cambiais foram por êles negociados com o Banco do Brasil), verificaremos que o valor global da contribuição da agroindústria canavieira à nossa Balança Comercial em 1968 foi de US$ 123.197.709,96.

B) — DO MERCADO EXTERNO

32. Durante o mês de dezembro, as cotações da Bôlsa de Nova Iorque, do contrato n.º 8, isto é, do açúcar destinado ao mercado-livre mundial, mantiveram-se em níveis satisfatórios.

33. A média das cotações para 1969 oscilaram entre 3,03 centavos por libra pêso *(US$ 66,79 por t. m. fob-estivado) no dia 17/12, e 3,22 centavos (US$ 70,98 por t. m. fob-estivado) em 23/12.*

34. No mesmo período de 1967, as cotações giraram em tôrno de 2.38 e 2.83 (52,46 e 62,39). Entretanto, para se verificar os efeitos do recente Acôrdo Internacional do Açúcar, deve-se assinalar que, pouco antes, as cotações atingiram níveis extremamente baixos. *No mês anterior ao da celebração do Acôrdo de Genebra, o produto demerara era cotado a 1,51 (mínimo) e 1,67 (máximo) equivalente a US$ 33,22 e US$ 36,74 por t. m. fob-estivado,* como reflexo da posição es-

tatística e da descrença generalizada de entendimento entre os países exportadores e importadores.

35. Após cinco anos de mercado dominado pelos importadores, período em que os países exportadores sofreram consideráveis danos em sua economia, em virtude de venderem, todos, sem exceção, o açúcar a preço muito abaixo do custo de produção, passaram os exportadores a se beneficiar de uma situação de tranqüilidade e com melhores perspectivas, sobretudo porque todos estão convencidos de que o "Acôrdo" terá longa duração, por defender os interêsses dos países exportadores e importadores, dentro de um critério equitativo.

36. Outros fatôres têm contribuído para a firmeza do mercado-livre mundial, sobretudo os indícios da safra cubana, agora estimada em cinco milhões de toneladas, contra a previsão inicial de seis milhões de toneladas.

37. Por outro lado, o inverno rigoroso da Europa afetou as lavouras de beterraba, reduzindo a sua estimativa de produção em 800.000 t. m. e, em conseqüência, suas disponibilidades para exportação.

38. Outro fato relevante que está contribuindo para o fortalecimento do mercado é a anunciada adesão da Comunidade Européia ao Acôrdo Internacional do Açúcar.

39. Esta decisão dos países do M.C.E. decorre, certamente, dos pesados ônus da exportação de açúcar, cuja gravosidade até há pouco era da ordem de 100 dólares por tonelada métrica.

40. Além disso, o grande obstáculo à participação do Mercado Comum Europeu no Acôrdo Internacional, isto é, a reivindicação de uma cota de exportação de 1.200.000 t. m., perdeu substância, já que seus excedentes nesta safra giram em tôrno de 300.000 t. m., volume que corresponde à cota atribuída pelo Acôrdo.

41. Devido a êsses fatos, é de se esperar que os estoques mundiais de açúcar a 31.8.1969 sejam da ordem de 17.000.000 t. m., contra 18.905.000 e 18.611.000 t. m. em 31.8.1968 e 31.8.1967, respectivamente.

42. Embora se considere elevado o estoque mundial previsto para 31.8.1969, não se pode negar que a sua redução gradual tem tido influência benéfica no mercado, que se acentua pelo crescente aumento de consumo, cuja taxa nestes três últimos anos foi de 4%.

43. Assim, todos os "experts" em açúcar estão convictos de que o período negro já passou e jamais voltará, sobretudo pela melhor compreensão dos países importadores, em sua quase totalidade industrializados.

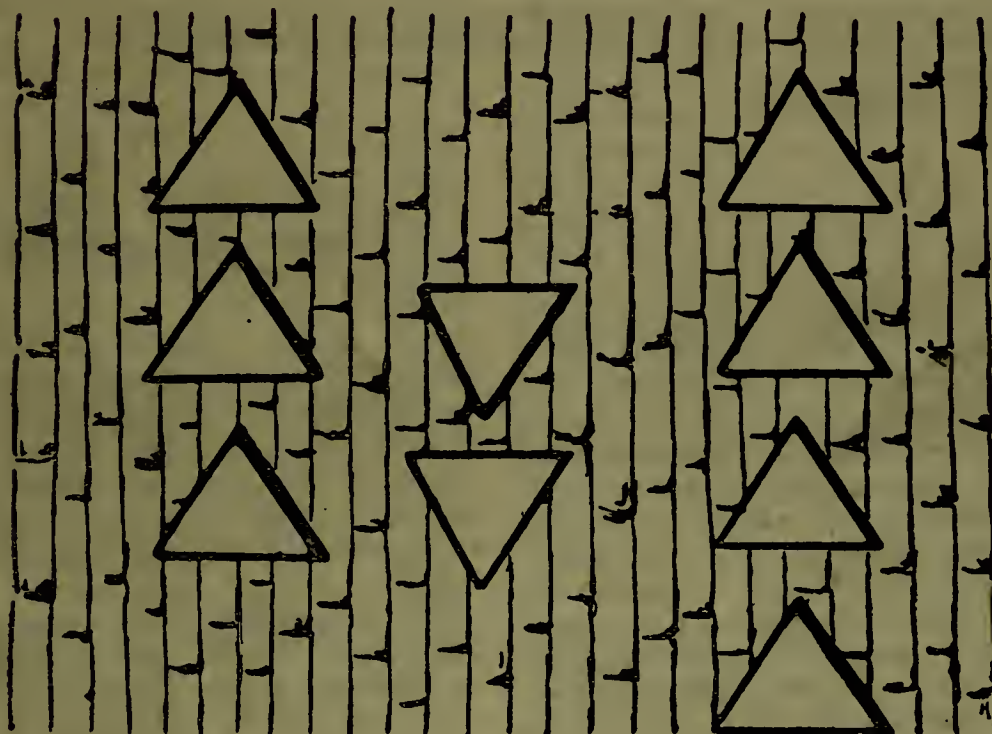
44. Reconhecem êstes últimos que pagando justo preço pelo açúcar aos países exportadores, em sua maioria em vias de desenvolvimento, estão propiciando aos mesmos recursos para incrementar suas compras de produtos industrializados.

* * *

Notícias recentes dos Estados Unidos dão conta das divergências entre êsse País e o Peru, em conseqüência da desapropriação de uma companhia petrolífera americana. Os círculos açucareiros norte-americanos estão certos de que seu Govêrno aplicará à referida Nação sanções econômicas, dentre elas a suspensão da cota peruana no mercado preferencial norte-americano, que neste ano deveria atingir cêrca de 400.000 t. m.. Julgam, entretanto, os mesmos círculos que o Govêrno dos Estados Unidos, cancelada a cota peruana, não fará desde logo sua distribuição entre os demais países supridores do seu mercado, preferindo aguardar mais algum tempo, na esperança de uma possível mudança de atitude no Peru.

Concelada a cota que êsse país sul-americano tem no mercado preferencial norte-americano, sua distribuição, logo ou mais tarde, terá de ser feita. Neste caso, caberá ao Brasil uma parcela substancial, e ao Peru o Conselho Internacional do Açúcar atribuirá uma cota adicional de aproximadamente 150.000 t. m. para o mercado-livre mundial, sem reduzir as cotas dos demais países membros do Acôrdo.

Mesmo que venha o nosso País, como os demais, a sofrer uma redução pro-

porcional em suas cotas, essa decisão em nada nos afetará, porque a quantidade que nos fôr tirada do mercado-livre será compensada com a cota adicional que forçosamente teremos para o mercado preferencial norte-americano, com a vantagem de realizarmos melhor comercialização, em face da diferença de preços (de US$ 80,00 para US$ .... 145,00).

ECONOMIA RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

I) — CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1 — CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2 — CONCEITOS DE SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

M. COUTINHO DOS SANTOS
Diretor Geral do I.S.E.O.

I) — CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O estudo da Economia Rural que empreendemos deve, ao ponto em que chegamos, nos ter esclarecido, suficientemente, acêrca dessa ciência, quer quanto aos seus conceitos fundamentais e a sua estrutura, quer no concernente ao seu significado para a manutenção da vida humana, de um modo geral. Entretanto, se, em razão do que precede, nos podemos dispensar de repetir conceitos emitidos sôbre a ciência econômica aplicada ao meio rural, não poderemos deixar sem referência e análise as relações que se verificam entre ECONOMIA RURAL e DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Mas, a própria conceituação de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO precisa ser estabelecida antes do exame das relações referidas linhas acima. Por isso, vejamos:

1 — CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO é, simultâneamente, um capítulo da teoria e da Política Econômica e, bem assim, um ESTADO ou ASPECTO de evolução econômico-social de uma coletividade. Como TEORIA o DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO procura, através de leis gerais, estabelecer fórmulas ou MODÊLOS matemáticos ajustáveis à realidade de uma economia que se quer desenvolver em períodos certos e a uma taxa de crescimento prefixada por unidade de tempo.

Sob o aspecto político compete ao DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO traçar as diretrizes gerais capazes de assegurar, com o aumento da PRODUÇÃO GLOBAL da economia, o crescimento da RENDA NACIONAL e, por via de conseqüência, a melhoria dos padrões de confôrto e bem-estar da comunidade.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO retrata, como vimos, o ASPECTO ou o ESTADO de prosperidade em que se encontra determinada economia num dado momento de tempo e compara-o com outros ESTADOS de prosperidade, quer sejam dessa mesma economia, em épocas pretéritas, quer sejam de economias diferentes, mas, contemporâneas. As comparações devem evidenciar:

1º — a EVOLUÇÃO do processo de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

2º — O grau de INTENSIDADE do referido processo em relação com o DESENVOLVIMENTO das economias observadas.

Nas duas situações, entretanto, procura-se encontrar e explicar as CAUSAS ou MOTIVOS determinantes ou impeditivos do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e, na mesma oportunidade, apontar soluções compatíveis para os problemas conseqüentes a dinâmica do mencionado processo.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, observado como um processo, constitui parte integrante e não dissociável da economia. Nasceu com esta ou, pelo menos, vinculou-se à economia primitiva desde que, satisfeitas as NECESSIDADES PRIMÁMIAS da comunidade, houve ou criaram-se condições propícias à expansão dessa economia. A êsse tempo a economia era um complexo de fatos reais e necessários à vida humana. A TEORIA, capaz de explicar ou prever tais fatos, veio posteriormente e no momento em que o acúmulo das observações e das experiências vividas permitiu a sistematização da ciência e a dedução das LEIS ECONÔMICAS.

O DESENVOLVIMENTO, conseqüente às soluções empíricas do PROBLEMA ECONÔMICO, no passado, era aleatório, descontínuo e não controlável. Isto porque lhe faltava o apoio da ciência que, sòmente veio constituir-se depois, exatamente em 1776 e com a divulgação da obra de Adam Smith: INDAGAÇÕES SÔBRE A NATUREZA E AS CAUSAS DAS RIQUEZAS DAS NAÇÕES (1).

Adam Smith, isolando a Economia da Filosofia e compendiando, de maneiro sistemática, num só livro, todo o conhecimento que, sôbre o assunto, havia em seu tempo, legou à posteridade o primeiro TRABALHO completo da CIÊNCIA ECONÔMICA. Entretanto, se nos ativermos ao título do livro e por êle julgarmos as intenções do Autor, poderemos dizer que o seu trabalho é também, um estudo teórico do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. De resto, e genelizando, chega-se a conclusão de que, pelo seu objeto, a Economia, como ciência, não pretende, ao apontar soluções para o PROBLEMA ECONÔMICO, outra coisa senão indicar os MEIOS e os PROCESSOS através dos quais a SOCIEDADE possa atingir, com a expansão de sua RENDA, o seu pleno DESENVOLVIMENTO.

Com efeito, a intenção manifesta do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO surpreendida no que se considera o marco inicial da Ciência Econômica — A Riqueza das Nações, de Smith — continuou afirmando-se cada vez mais com os progressos e o aperfeiçoamento da referida ciência. Assim, as notáveis contribuições dos CLÁSSICOS e liberais inglêses, tais como Ricardo, Malthus e Stuart Mill, os escritos econômicos de socialistas como Owen, Fourier, Saint-Simon e Proudhon e, depois dêles as concepções marxistas, intervencionistas e Keynesianas do mundo contemporâneo, não descuraram o tema desenvolvimentista. Apenas, êsse tema não se encontrava explícito no pensamento econômico do passado e nem constituia um capítulo distinto dos demais dentro da Teoria Econômica. Sob êsse aspecto, isto é, como ramificação teórica da economia, o DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO é uma conquista do século atual e originada pelas perturbações sócio-econômicas produzidas durante, e depois, das duas GRANDES GUERRAS.

Realmente, a Grande Guerra de 1914-1918 foi o maior impacto sofrido pela humanidade no limiar do século XX. Deveu-se-lhe a destruição de milhões de vidas humanas e, na área do conflito, estoques imensos de bens e serviços econômicos foram arrasados, em suma, parte substancial do patrimônio cultural e material da humanidade desapareceu com a hecatombe. Além dêsses prejuzos, sobreveio a desorganização político-econômica de muitos Estados, a ruína de numerosas famílias e, então, já no APÓS-GUERRA, a proliferação do desemprêgo, da miséria, da fome e das doenças, tudo isso atestando o formidável desequilíbrio de uma sociedade numerosa e aniquilada econômicamente. Em tais condições foi atribuída aos economistas a pesada tarefa de reconstruir as economias combalidas, o que, evidentemente, não poderia ser feito, sem uma revisão dos conceitos básicos da ciência Econômica e uma reformulação teórica geral conducentes a obtenção de MODÊ-

(1) Nota: — O título do original inglês é: An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.

LOS capazes de, em prazo relativamente curto, assegurar às populações remanescentes a reativação de suas economias.

O encaminhamento de providências para conquistar-se a reconstrução desejada e necessária não foi sincrônico nem uniforme para todos os povos interessados no processo e, pelo comum, foi acelerado aqui e lento ali, na conformidade das condições peculiares a cada povo e lugar. Na Rússia, por exemplo, o processo começou antes da conclusão da guerra e com a REVOLUÇÃO SOCIAL que, abolindo o regime CZARISTA, implantou a DITADURA VERMELHA em 1917. A inovação trazida pela mudança foi, no ângulo de nosso interêsse, a de PLANIFICAÇÃO GLOBAL da economia como norma geral para assegurar-se o DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da comunidade em prazo curto.

No resto da Europa, e após a guerra de 1914-18, a reconstrução caminhou lentamente, mesmo porque, aos vencedores cumpria traçar e definir as linhas mestras da política de soerguimento econômico e social que se deveria seguir. Entretanto, a exaltação dos ânimos, os ressentimentos, etc., causados pela guerra, refletiram-se negativamente nas decisões e acôrdos firmados em Haya. As sanções impostas aos vencidos assumiram o caráter mais de vingança do que de justas reparações. Desta sorte a famosa Conferência da Paz trouxe, no bôjo de suas conclusões, os germes de futuro e mais terrível encontro bélico.

A Alemanha, completamente desorganizada em sua economia e privada de seus domínios coloniais, implantou, por sua vez, o dirigismo econômico e, desprovida de MOEDA FORTE, deu ênfase a um comércio exterior à base da TROCA DIRETA, isto é, permutava os produtos de sua indústria por matérias primas que não podia produzir.

A economia germânica desenvolveu-se e permitiu, à sombra do NACIONAL-SOCIALISMO de Hitler, que se fizesse a reconstrução do país dizimado pela guerra.

O Nacional-Socialismo, como o Comunismo implantado pela Revolução Russa, era um REGIME FORTE. Ambos os regimes defendiam a intervenção do Estado na economia. Os resultados positivos que alcançaram, em combinação com outras causas, determinaram uma série de movimentos político-sociais em outras áreas como: Portugal, com o CORPORATIVISMO; a Espanha, com o SOCIALISMO de Franco; e, a Itália, com o FASCISMO de Mussolini. Êsses movimentos, praticavam todos uma política econômica de agressiva defêsa de seus produtos. O lema preconizado e adotado era VENDER o máximo aos outros e, se possível, nada COMPRAR dêles ou comprar o mínimo. Tal processo era danoso para a economia internacional e os grandes países, aqueles que ganharam a guerra, vendo se ameaçados de perder os seus MERCADOS habituais, tomaram medidas restritivas, cada vez mais numerosas e mais enérgicas.

Nada obstante, os países denominados TOTALITÁRIOS, por seus regimes políticos, prosperavam e se reconstruiam aceleradamente e punham em risco o CAPITALISMO liberal de outras áreas. O conflito ideológico e econômico assumiu proporções intoleráveis. Em 1936, Keynes expõe as suas idéias em defesa do Capitalismo ameaçado (2), mas, em verdade e talvez inconscientemente reforça as teses socialistas. A crise agrava-se e, em 1939, estala a II GRANDE GUERRA, terminada em 1945, mas cujos efeitos perduram ainda.

A GRANDE GUERRA de 1939-45 não ficou limitada, apenas, aos campos de batalha; muito ao contrário disso, ela ultrapassou êsses limites e atingiu as retaguardas distantes e, sob múltiplos aspectos, pode ser considerada como uma guerra total. Isto porque, muito acima do entrechoque das armas pairava o conflito ideológico e procurava-se decidir se o mundo seria LIVRE, isto é, se se manteria a hegemonia das instituições sociais, políticas e econômicas vigentes no Ocidente capitalista ou se prevaleceriam os REGIMES FORTES preconizados pelo socialismo reinante em outras áreas.

A SEGUNDA GUERRA não se circunscreveu tão sòmente aos campos de batalha; ela espraiou-se e foi atingir, sob múltiplas formas, às retaguardas não combatentes. De sorte que, se como ação bélica, é viável indicar nos mapas, as áreas que diretamente atingiu, não se pode afir-

(2) — Cfr. Keynes, Jhon Maynard — Teoria General de la Ocupacion, el Interés y el Dinero.

mar o mesmo em relação as suas conseqüências, mormente no terreno das idéias político-sociais, que se viu seriamente abalado. Sob êsse último aspecto a GUERRA foi TOTAL e não permitiu neutralidade. É que longe do troar das artilharias, houve profundos e intensos movimentos no sentido de conquistar e defender MERCADOS, implantar aniquilar ou substituir formas obsoletas ou perigosas de Govêrno. Ao final o que se pretendia através do conflito era decidir se o mundo deveria ser LIBERAL DEMOCRÁTICO ou SOCIALISTA.

Defendiam a LIBERDADES democráticas os povos ricos e os que eram influenciados por êles. As outras nações pugnavam pelos regimes fortes nos quais o indivíduo era nada e o Estado era tudo. Entre as duas posições encontrava-se a Rússia, não como um ponto de equilíbrio, mas para consolidar vantajosamente a sua situação. Desta sorte lhe foi possível aproveitar-se do potencial bélico do capitalismo ocidental e, nc término do conflito, estender o seu domínio sôbre áreas que anteriormente pertenciam às nações que perderam a guerra.

Do imenso e universal conflito resultou a consciência, entre os povos economicamente fortes, dos perigos que o SUBDESENVOLVIMENTO dos demais constituia para as suas próprias estabilidades. Por sua vez, as nações frágeis do ponto de vista econômico, também conscientes de seu estado, fizeram-se ouvir e protestaram pela injusta situação de penúria em que eram mantidas. De tudo isto resultaram os organismos internacionais filiados à ONU (Organização das Nações Unidas) e voltados, especìficamente, para cuidar do DESENVOLVIMENTO e bem estar da humanidade. Em conseqüência e paralelamente foram surgindo estudos sérios e sistemáticos sôbre as causas e as conseqüências do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e bem assim foram também examinados os meios, as técnicas e os processos para extinguir, gradativamente, o SUBDESENVOLVIMENTO. Do conjunto de tais estudos e considerações surgiu como ramificação simultânea da Economia, da Sociologia e da Política, uma TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO que se aperfeiçôa contìnuamente.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, cuja noção procuramos fixar linhas acima, é, conforme vimos, um PROCESSO DINÂMICO essencialmente mutável ao longo do tempo. Em razão disso, uma economia pode apresentar, relativamente a outras observadas simultâneamente ou, em relação a si mesma em momentos diversos de um mesmo período temporal, um grau maior ou menor de DESENVOLVIMENTO. Ao menor grau de DESENVOLVIMENTO costuma-se denominar SUBDESENVOLVIMENTO.

Poderemos, para fixar idéias, imaginar o DESENVOLVIMENTO DE UMA ECONOMIA, ao longo do tempo, como um vetor OE_x de origem zero.

$$O \quad E_1 \quad E_2 \quad E_x \longrightarrow$$

Se tomarmos pontos E_1, E_2 .... E_x, ao longo de $\overrightarrow{OE_x}$ teremos, evidentemente

$$\overrightarrow{OE_1} < \overrightarrow{OE_2} < \overrightarrow{OE_x}$$

Portanto, poderemos afirmar que a economia em E_1 é SUBDESENVOLVIDA em relação a E_2 ou a E_x. Esta é uma noção geral e abstrata dc processo de desenvolvimento ou de SUBDESENVOLVIMENTO. Na prática recorre-se à aferição de um conjunto de índices sócio-econômicos, que veremos posteriormente, para julgar-se o estado de DESENVOLVIMENTO apresentado pela economia objeto de exame.

Dando como fixadas as noções de DESENVOLVIMENTO e SUBDESENVOLVIMENTO econômicos, passemos ao conhecimento dos cconceitos correntes para êsses têrmos. Assim, vejamos inicialmente o de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO é geralmente definido como um processo no qual a RENDA REAL de uma comunidade aumenta a longo prazo. (3) Esta definição, como justificadamente observa Kindleberger (4) está sujeita a

(3) — Cfr. MOTA Fernando de Oliveira — Manual do Desenvolvimento Econômico — pág. 132.

(4) — Cfr. Kindleberger, Charles P. — Desenvolvimento Econômico — pág. 7.

erro e má interpretação. Com efeito, basta atentar-se para a complexidade do processo que não é, tão sòmente, econômico, mas, também, político e social, para compreender-se a dificuldade de explicá-lo por um só fator, apenas. Geralmente cada economista expõe o processo do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO à sua maneira e o conceitua como bem lhe parece. Assim, Rostow estabelece cinco etapas para o DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, muito embora, pela descrição que faz da quarta etapa — MATURIDADE — possamos identificá-la como de pleno DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Realmente, nêsse período, afirma êle:

"A contextura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçôa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra o seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem. A sociedade estabelece os acôrdos que deseja com as necessidades da moderna eficiência da produção, balanceando os novos valores e instituições com os antigos, ou revendo êstes últimos de forma a auxiliar e a não retardar o processo do crescimento".

"Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos — se não a todos êles — os frutos mais adiantados de tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir". (5).

Poderíamos apresentar inúmeros outros conceitos de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. entretanto, contentamo-nos, por motivos óbvios, com apenas, mais os seguintes, devidos a Celso Furtado, F. Peroux e Byê, respectivamente:

"O desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações dos fatôres da produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho. A medida que cresce esta produtividade, aumenta a renda real social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da população." (Celso Furtado) (6)

A definição de Furtado, tal como está, não atende, segundo nos parece, a generalidade das situações, visto como, deixa de considerar a faixa temporal em que se observa o processo de DESENVOLVIMENTO e, também, não faz qualquer referência aos movimentos da população no período em exame.

A expressão "sempre que não atuem certos fatôres que se examinarão depois", interposta na definição, parece prever as omissões apontadas, todavia, a leitura da obra de onde extraímos a definição tornou evidente que os CERTOS FATÔRES eram outros e diferentes dos que se nos afiguraram omissos. Isto pôsto e admitindo, para efeito de raciocínio, que no tempo t_0 a situação da economia, de acôrdo com a definição, seja

$$Y_0 = B_0 + S_0 \quad \dots\dots\dots\dots \quad (1)$$

B_0 e S_0 representando, respectivamente os bens e serviços.

Imaginemos que, na passagem de t_0 para t_1, a economia se desenvolveu e que êsse desenvolvimento seja da ordem de ΔY_0. Devemos ter, então

$$Y_0 + \Delta Y_0 = B_0 + \Delta B_0 + S_0 + \Delta S_0 \dots \quad (2)$$

ou, fazendo

$$\left.\begin{aligned} Y_0 + \Delta Y_0 &= Y_1 \\ B_0 + \Delta B_0 &= B_1 \\ S_0 + \Delta S_0 &= S_1 \end{aligned}\right\} \dots\dots\dots\dots \quad (3)$$

virá

$$Y_1 = B_1 + S_1 \quad \dots\dots\dots\dots \quad (4)$$

A equação (4) representa o nôvo estado da economia na qual, consoante a definição, verificou-se um acréscimo da renda real e um incremento dos bens e serviços postos à disposição da comunidade. Todavia ΔY_0 pode ter sido aparente. Com efeito, suponhamos que o tempo t_0 a população seja igual a P_0. No período que

(5) — Cfr. ROSTOW, W. W. — Etapas do Desenvolvimento Econômico — págs. 21-22.

(6) — Cfr. FURTADO, Celso — Desenvolvimento e Subdesenvolvimento — pá. 91.

vai de t_0 a t_1 deve ter havido nascimentos, óbitos, emigrações e imigrações. Portanto P_0 terá sofrido um acréscimo qualquer, que figuraremos por ΔP_0. Êste acréscimo assumirá um dêsses valores:

$\Delta P_0 < 0$ .... (5)
$\Delta P_0 = 0$ .... (6)
$\Delta P_0 > 0$ .... (7)

Nas hipóteses previstas em (5) e (6) o estado da economia indicado em (4) indica, efetivamente, sob o aspecto da renda. DESENVOLVIMENTO. Entretanto, no caso da hipótese (7) há que comparar o acréscimo ΔP_0 com o da renda ΔY_0, para se fazer qualquer afirmativa. Realmente, comparando aquelas grandezas, pode se verificar:

$\Delta P_0 < \Delta Y_0$ .... (8)
$\Delta P_0 = \Delta Y_0$ .... (9)
$\Delta P_0 > \Delta Y_0$ .... (10)

A relação (8) convém a equação (4), isto é, houve DESENVOLVIMENTO da economia. Na hipótese (9) a economia permaneceu ESTÁVEL, isto é, ficou como se encontrava em (1). Finalmente, a desigualdade (10) nos informa que a soma de bens e serviços postos à disposição da comunidade em t_1 é inferior a que se tinha em t_0 e, portanto, que a economia, no período entrou em RECESSO.

Em face do expôsto, parece-nos melhor alterar ligeiramente o conceito analisado e dizer:

> O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO consiste na introdução, em dado momento de tempo, de novas combinações dos F.P. que tendem a a aumentar, a partir daí, a produtividade do trabalho. O incremento desta produtividade aumenta a renda real e esta, se o crescimento da população não lhe fôr superior, determinará uma maior soma de bens e serviços postos à disposição da referida população.

Tôda a nossa argumentação pode ser visualizada nos gráficos seguintes:

$\Delta P_0 < \Delta Y_0$ .. Economia em DESENVOLVIMENTO
$\Delta P_0 = \Delta Y_0$ .. Economia ESTACIONÁRIA
$\Delta P_0 > \Delta Y_0$ .. Economia em RECESSO

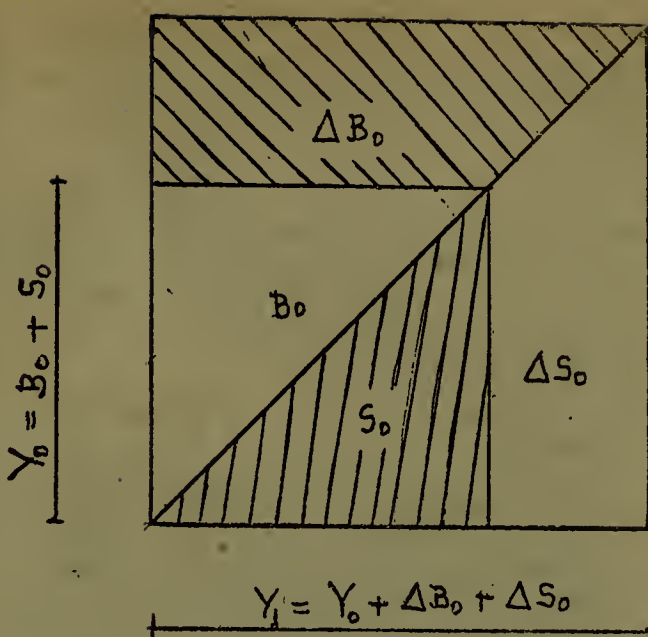



Fig. 1

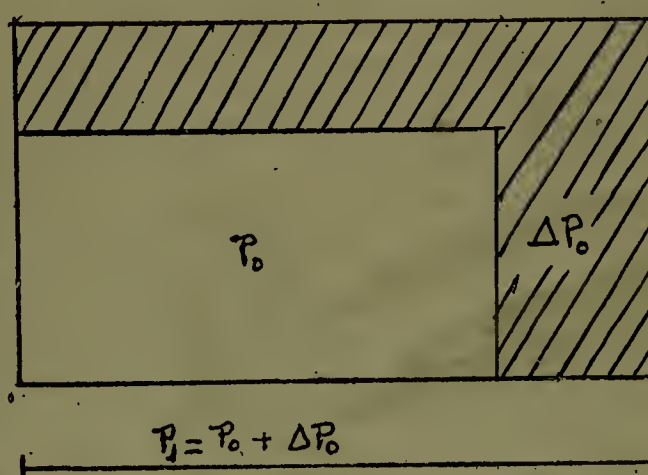



Fig. 2

A conceituação devida a François Perroux é exposta nos seguintes têrmos:

> "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO de uma unidade completa (país, nação, etc.) é um conjunto de mudanças em sua estrutura, acompanhado do aumento da dimensão dessa unidade e variação no seu gráu de progresso".

A definição supra não esclarece suficientemente qual a natureza da estrutura que se modifica e qual o sentido dessas modificações. Ora, o complexo denominado país, nação, etc., possui além da estrutura econômica, outras estruturas como a social e política. Ora, podem ocorrer mudanças nessas duas últimas estruturas

sem que isto implique, necessàriamente, uma expansão da economia. Pode mesmo acontecer que tais mudanças reflitam uma crise no sistema econômico vigente. Além dêsse aspecto, cumpre notar a ausência, no conceito examinado, de qualquer referência temporal, o que torna um tanto vaga a noção do fenômeno que o Autor pretende caracterizar. Abstração feita dos senões apontados o conceito de Perroux parece-nos aceitável.

A definição de Byé está vasada nos têrmos seguintes:

> "Desenvolvimento econômico é o processo pelo qual a estrutura de um sistema econômico alcança o emprêgo ótimo de seus recursos naturais e humanos em um dado nível de conhecimento técnico e de rendimento." (7)

O conceito acima não é melhor nem inferior aos que anteriormente citamos. Apenas, êle exige o conhecimento prévio do que seja um SISTEMA ECONÔMICO e, também, do que se considera ser a ESTRUTURA dêsse sistema.

Julgamos que, de tudo o que precede, tenham ficado noções suficientemente claras do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e que, através dos conceitos citados haja permanecido a convicção das dificuldades em conseguir-se uma definição sintética dêsse complexo fenômeno.

Em aditamento às explanações feitas, resta-nos considerar, ainda, uma situação oposta ou negativa do processo de DESENVOLVIMENTO, isto é, nos cabe apreciar, para concluir:

2 — CONCEITOS DE SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A conceituação do SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO é tão difícil quanto a do DESENVOLVIMENTO, pela razão muito simples de serem ambos estágios ou fases de um único e mesmo processo. Daí, a possibilidade de nos servirmos de qualquer dos conceitos conhecidos de DESENVOLVIMENTO para definir o SUBDESENVOLVIMENTO. Para isso, é necessário e suficiente que substituamos o sentido afirmativo do conceito de nossa preferência por outro de índole negativa. Poderíamos dizer, também, numa atitude muito simplista, que: a economia que não é DESENVOLVIDA é SUBDESENVOLVIDA ou está em marcha para o DESENVOLVIMENTO. Em têrmos de menor indecisão poderemos afirmar que:

> O SUBDESENVOLVIMENTO — é o estágio que se observa, em dado momento de tempo, numa economia e no qual são evidentes a desproporcionalidade e má combinação dos F.P. e, portanto, baixa produtividade — dêsses F.P. e, conseqüentemente, uma renda real social insuficiente e geralmente mal distribuida, donde, a escassez dos BENS e SERVIÇOS disponíveis para a comunidade.

Embora amplo, o conceito acima não abrange tôda a magnitude do fenômeno do SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Com efeito, através dêle não se vislumbram os aspectos políticos e sociais que o acompanham e, muitas vêzes, o condicionam. Igualmente, o estado de SUBDESENVOLVIMENTO que enfêrma a economia está carregado, pelo comum, de "forte conteúdo emocional — que, entretanto, não fizemos constar explìcitamente da definição apresentada.

Devemos ponderar, todavia, que são os aspectos não econômicos do fenômeno em exame que lhe conferem a dupla feição de INJUSTO e PERIGOSO. Êle se afigura INJUSTO porque nega, ou impede, às populações que o sofrem, de participarem efetivamente dos benefícios e progressos da civilização contemporânea a qual, ainda que de maneira indireta, ajudaram a construir. O fenômeno do SUBDESENVOLVIMENTO é perigoso porquanto gera, nas comunidades atingidas por êle, a revolta pelo estado de carência em que vivem e cuja responsabilidade não lhes cabe inteiramente. Daqui o intersse, manifesto pelos povos DESENVOLVIDOS, que compreendem o perigo que ameaça as suas estabilidades e sentem as pressões das massas SUBDESENVOLVIDAS, para, em combinação com o organismos internacionais do tipo da ONU, da FAO, da OIT, etc., combater e extinguir em tôdas as áreas possíveis o SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

(7) — Cfr. PINHO, Diva Benevides — Cooperativas e Desenvolvimento Econômico — pág. 56 e nota 15.

NO BOTEQUIM DO PIMPÃO

VICENTE SALLES

Bar, boteco, botequim, birosca — em tôda cidade, em todo subúrbio, nos bairros proletários é sempre o local de reunião dos bebedores inveterados. Todos êles ostentam nomes curiosos, às vêzes gaiatíssimos. E invariàvelmente há avisos, como êste: "Fiado só Amanhã". Ou, ainda: "Bebeu, cuspiu, pagou, saiu".

"Botequim do Pimpão" é o nome que aparece numa quadra de "comédia" de boi-bumbá, de Belém, e foi recolhida por Mário de Andrade:

Eu vi boi pular na frente
Eu vi boi pular balcão.
Eu vi boi beber cachaça
No botequim do Pimpão.[1]

Nesta brincadeira são freqüentes as alusões à cachaça, além do seu consumo habitual pelos brincantes, inclusive o próprio "boi". Em alguns grupos, a figura do "doutor", que é chamado para "curar" o boi, denomina-se irônicamente "Doutor Cachaça", como o que representou Bruno de Menezes no seu ensaio sôbre o bumbá de Belém:

Doutor Cachaça
Eu quero lhe falá,
Pra curá êste boi
Que eu quero me arritirá![2]

Outrora os grupos de bumbás se insultavam mùtuamente e havia encontros memoráveis, com saldos às vêzes fatais. Essas rivalidades provocaram tantas brigas que a polícia de Belém, atendendo a preservação da ordem, resolveu proibir o desfile pelas ruas e limitar as exibições aos terreiros onde os grupos ensaiavam o chamado "curral". Em 1929, o chefe de polícia dr. Augusto Ran gel Borborema, mediante portaria, baixou as seguintes instruções:

Alínea b — "Determinar que os ensaios de bois-bumbás e de outros "cordões" semelhantes só possam ser feitos nas quintas-

---

1 Mário de Andrade, *Danças dramáticas do Brasil*, vol. III, pp. 184.
2 Bruno de Menezes, *Boi-bumbá*, pp. 59.

feiras, sábados e domingos, isso das 19 às 24 hs. (meia noite), ficando, desde já, expressamente proibido que durante essas funções se faça uso de aguardente (lei municipal n.º 1 107, de dezembro de 1922), medida essa da qual é responsável o dono da diversão".

E alínea c — "Que aos ditos "cordões" não sejam, em absoluto, concedidas licenças para se exibir nas ruas ou praças desta capital, mas exclusivamente nas respectivas sedes, devendo as funções ter começo na véspera de Santo Antônio, 12 de junho vindouro, para terminar impreterìvelmente, a 30 do referido mês, não sendo permitido a prática de jogos de azar, nem tampouco que as ditas diversões se prolonguem além de uma hora da madrugada, salvo nas quintas-feiras, sábados e domingos que poderão ir até às 3 horas".

Foram licenciados, entre outros, os bumbás "Treme Terra" e "Está Cavando", os dois maiores da época. Deu-se licença ao proprietário do Sousa Bar, famoso centro da boêmia local e uma espécie de teatro-bar, para exibir a brincadeira denominada Nau Catarineta.

Raimundo Pinheiro publicou outros versos, não exatamente folclóricos, mas arranjados à maneira do povo a fim de serem cantados por um cordão ali da região marajoara:

Rainha da Cana Verde
Sou dona do canaviá
Quem me procura não perde
Pêso igual ao meu não há...
Eu faço mulher danada
Que dá baile, que desanca,
Fica macia amansada,
Eu sou a *Raposa Branca.*[3]

Não apenas nesses folguedos populares a cachaça era louvada. José Coutinho de Oliveira registrou, como contribuição ao folclore da cachaça, duas cantigas populares. A primeira diz êstes versos:

Ai que saudades que eu tenho
Da terra em que eu nasci
Daquela rapaziada
Da cachaça que eu bebi.

Se eu bebo, me alegra a vista,
Se eu fumo, me dá prazer,
Quem não bebe, quem não fuma,
Que alegria pode ter.[4]

---

3 Raimundo Pinheiro "Quadros e Costumes do Norte", XII, *in*: "Cultura Política", Rio de Janeiro, 2(16): 320, jun. 1942.

E esta outra, paródia popular à conhecida cantiga sulista e com certo caráter humorístico:

Garibaldi já morreu
Já foi dar contas a Deus
Da farinha que comeu
Da cachaça que bebeu.

Viva Garibaldi
Vitório Emmanuel
Comendo macarrão
Embrulhado no papel.[4]

Também variante de versos que correm todo o Brasil são êstes registrados por Armando Bordallo da Silva na cidade de Bragança, no interior paraense:

O vinho feito da uva,
A cerveja da banana,
A malvada da cachaça,
Feita do suor da cana.[5].

A cachaça, largamente difundida na Amazônia desde os tempos coloniais, está presente na pajelança, quase sempre associada ao fumo do tauari. Eduardo Galvão presenciou em "Itá" (nome fictício de uma comunidade do Baixo Amazonas) uma sessão de pajelança, na qual o pajé narrou a estória em que explica a origem da cachaça. Infelizmente, não está anotada em seu livro[6] o texto cantado pelo pagé, mas apenas um resumo da estória: "Em tempos passados a cana de açúcar era muito venenosa, e quiseram matar Jesus Cristo com o seu caldo. Mas êle soube de que tramavam e com seu poder milagroso decidiu que daí em diante sòmente se fariam coisas boas da cana. Assim foi que fêz o açúcar, a rapadura, e melhor que tudo, a cachaça". Além disso, acrescenta Eduardo Galvão, o pajé recitava uma reza-poesia, versos que diziam de Cristo e das maravilhosas propriedades do tauari, do fumo e da cana-de-açúcar.

Nas sessões de pajelança a cachaça é bebida em cuias pequeninas, sem o verniz característico das tão famosas "cuias pitingas". Também nos cultos afro-brasileiros, dos subúrbios de Belém, a cuia já penetrou com a mesma função e característica. São cuias

4 José Coutinho de Oliveira, *Folclore Amazônico*, II. Sentenças populares e adivinhas. Belém, Imprensa Universitária, 1965, pp. 789.
5 Armando Bordallo da Silva, *Contribuição ao estudo do folclore amazônico na zona bragantina, in*: "Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi". Nova Série, Antropologia, n.º 5, Julho 1959, pp. 41.
6 Eduardo Galvão, *Santos e visagens*, pp. 142.

apropriadas para beber cachaça, menores, bem menores do que as comumente usadas para beber tacacá ou aquelas de utilidade doméstica.

Num romance antigo, largamente difundido na Amazônia, e que tem origem na poesia "A Tapuia", publicada no livro *"Lira das Selvas* (Belém, 1868), de Severiano Bezerra de Albuquerque — e de que há registradas várias versões coletadas diretamente do povo tanto na Amazônia como no nordeste —, aparece esta referência à cuia:

"Não quero, *cariua,* que a pobre tapuia
Não bebe no copo, só bebe na cuia".

Também do século passado é a melodia do "Pirulito que bate, bate", talvez de remota origem folclórica, e que Santa-Anna Nery publicou no apêndice musical do seu livro *Folk-lore brésilien* Paris, 1888), com os versos traduzidos para o francês:

Pirulito que bate, bate,
Pirulito que já bateu,
Quem gosta de mim é ela,
Quem gosta dela sou eu.[7]

Bastante difundida na Amazônia está igualmente a quadrinha que alude a São Benedito bebedor de cachaça:

Meu São Benedito
É santo de prêto;
Êle bebe cachaça,
Êle ronca do peito.

Sabe-se que São Sebastião, devoção especial dos negros, em tôda parte, também é muito festejado na Amazônia, especialmente no Pará.

A Amazônia não tem a tradição da cantoria, do desafio ao som da viola, em porfias poéticas infindáveis, como ocorre com freqüência nos sertões do nordeste. Os cantadores populares cultivam outros gêneros, alguns romances e baladas, chulas "atrevidas", ou desfeiteiras, sem aquêle cunho peculiar do canto improvisado e memorizado narrador de estórias extensas e novelescas, como as que circulam nos livrinhos de cordel. Mas houve a transmigração em massa de nordestinos para os seringais e as lavouras amazônicas. O homem espalha cultura: crenças, costumes, tradições. Assim, cantadores se aventuraram nas plagas amazônicas, tangidos do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, das

7 F. J. de Santa-Anna Nery, *Folk-lore brésilien,* doc. musical n.º 11.

Alagoas etc. E como essa migração nordestina criou um mercado consumidor de poesia em potencial, a chamada literatura de cordel também se espalhou largamente na planície. Em Belém, além das bancas do Ver-o-pêso, que ainda hoje oferecem os tais livrinhos, houve até editôras especializadas, como a Guajarina. Em Manaus e no Acre também se editaram folhetos. E os nordestinos, chegando às feiras, ouviam os cantadores e compravam os seus livrinhos, tal como hoje ocorre na feira de São Cristóvão, na Guanabara, ou na feira de Caxias, no Estado do Rio. São pois de procedência nordestina os versos que Adelino Brandão coletou da tradição oral, em Belém do Pará, e que, segundo êle, se referiam a desafios acontecidos no interior do Ceará:

a — Quero que você me diga
Me diga, me diga já
O que é macumba-cumba
O que é macumba-bá
E o que é pinga-repinga
Que não para de *pingá*?

b — Macumba-cumba é u'a velha
Que ainda quer se casar
Macumba-bá é um menino
Que chora p'ra acalentar
Pinga-repinga é u'a pipa
Que fura e pega a *pingá*.[8]

Dêsse documento literário, Adelino Brandão dá também o registro musical. Outra coleta, do mesmo folclorista, e nas mesmas condições, são os versos abaixo também originários do nordeste:

a — Quero que você me diga
O que tem a tal cachaça
Que se tomando p'ra baixo
Assobe qui nem fumaça?

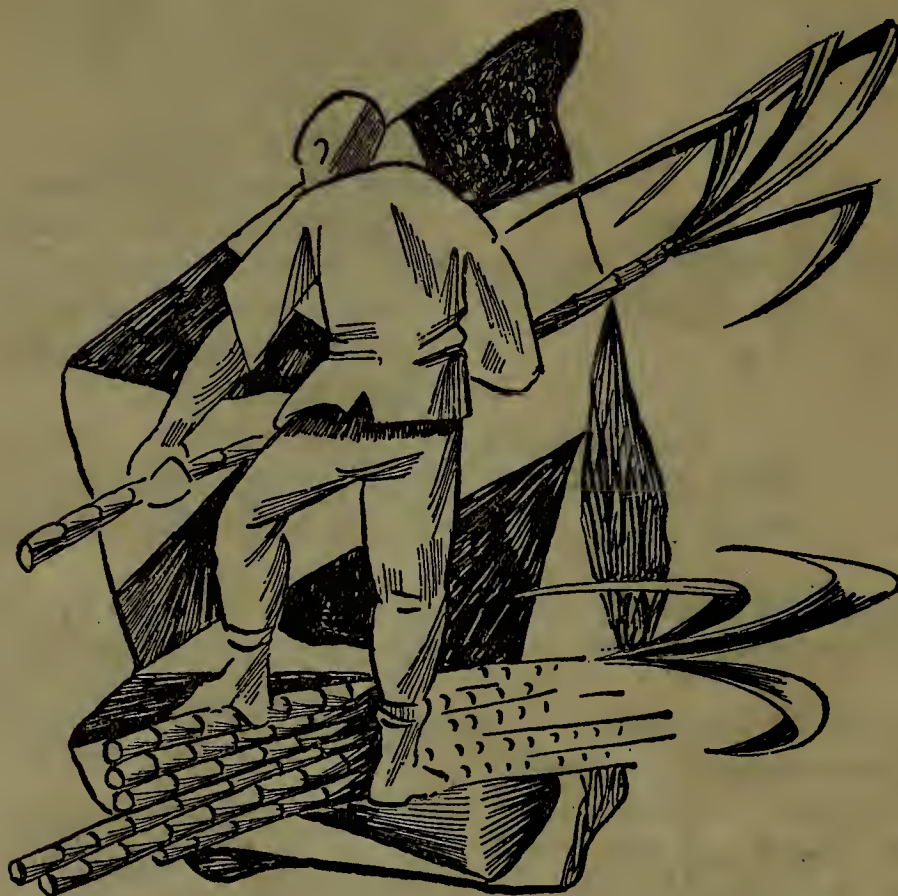
b — Assobe qui nem fumaça?
Eu não sei te *espilicá* (explicar)
Mas parece que comigo
Tu queres *desafiá*
Pois aguenta a carreira
Que eu quero te *derrubá*.[8]

etc.

8 Adelino Brandão, *Recortes de Folclore*, pp. 93.

Correm também os versos duma cantiga, comum em vários Estados, que é um verdadeiro "insulto" à cachaça:

> Cachaça não seja tôla,
> Cachaça não seja bêsta,
> Desça logo pra barriga
> Mas não suba pra cabeça.

E assim, muita coisa mais podemos recolher no Botequim do Pimpão, onde às vêzes acontecem coisas impossíveis.

FRASEOLOGIA DO AÇÚCAR

MARIA CLÁUDIA DISMONDI

A linguagem popular utilizou o vocábulo açúcar com diversas acepções, criando um sem número de expressões de grande valor e que enriquecem em muito a língua portuguêsa. Em alguns casos, o vocábulo faz parte de uma frase feita; em outros, enriquece o sentido de um provérbio; em outras ainda, juntamente com outra palavra chega a ter valor adjetivo.

E não sòmente o vocábulo AÇÚCAR será pesquisado, mas também todos ou quase todos os vocábulos que enriquecem de certo modo seu campo semântico.

Primeiramente observemos alguns exemplos com o vocábulo CANA.

1 — A cana, por ser doce, não se deve comer com a sua parte folhada (que além de ser sem sabor, produz irritação e prurido).
2 — Cana dá mais no Brasil que no Canadá.

Êsse provérbio tìpicamente brasileiro seria uma exaltação de tudo quanto é nacional.

3) — a) Enquanto se chupa cana não se assovia.
b) Ninguém pode tocar flauta e chupar cana ao mesmo tempo.
4 — A cana dá o açúcar se moeres.
5 — Como se alguém escavasse (para comer) as raízes da cana por ser ela doce.

Êsse provérbio parece fazer referência àqueles que buscam o que há de melhor em alguma coisa ou alguém, ou seja, o seu lado positivo.

6 — Deixou o milho no campo, para a aldeia trouxe as canas.

É uma alusão às pessoas que se prendem às coisas que não têm valor, esquecendo-se das que são valiosas. Convém citar, que as canas a que se refere o provérbio são as hastes do milharal, que apresentam uma certa semelhança com os da cana-de-açúcar.

Passamos agora a recolher exemplos com os vocábulos MEL e MELADO.

Inicialmente vejamos as quadrinhas muito ao gôsto popular.

1 — Muita gente neste mundo
Desempenha o seu papel
Esperando que algum dia
Lhe caia a sopa no mel.

2 — Cuidado com tudo quanto
Pela vez primeira se usa
Quem nunca comeu melado
Quando come se lambuza

Passemos então a observar alguns ditos populares com os vocábulos acima citados.

1 — Agora nem meu nem cabaça.
2 — Dar mel e depois dar fel.
3 — Lua de mel, lua de fel.
4 — a) Quem de mel se faz, abelhas o lambem.
b) Quem se faz de mel, abelha o come.
5 — É melhor botar açúcar no mel que fel.
6 — Mel hoje, mel amanhã, acabará amargando.
7 — Se teu amigo fôr mel, não o comerás inteiro.
8 — Bôca de mel, coração de fel.
9 — O ventre farto de mel é amargo.
10 — Muitas mãos estragam o mel.
11 — Ainda não viu os favos e vai falar de mel?

12 — Muito mel em casa é estrago de farinha.
13 — Ela hoje te dá mel; amanhã te dá fel.
14 — Mais doce do que o mel.
15 — Passar mel pelos beiços.
16 — Me melem se eu...
17 — Dar por um derréis de mel coado.
18 — No amor há mais mel do que fel?
19 — O adulador tem o mel na bôca e o fel no coração.
20 — Agora dá pão e mel; depois dará pau e fel.
21 — Água sôbre mel, sabe mal e não faz bem.
22 — Ainda que doce seja o mel, a mordidela da abelha é cruel.
23 — Ainda que teu amigo seja de mel não o lambas tu. (conforme n.º 7)
24 — Bôca de mel, entranhas de fel. (conf. n.º 8).
25 — Com acúcar e com mel até se comem as pedras.
26 — Diz a abelha: traze-me cavaleira, dar-te-ei mel e cêra.
27 — Não é mel para a bôca do asno.
28 — Não há rosas sem espinhos, nem mel sem abelhas.
29 — Quem não tem dinheiro na bôlsa não tem mel na bôca.
30 — Servem as más ervas para as abelhas fazerem mel em abundância.
31 — Vender mel ao colmeiro.
32 — Vender mel a quem o queira.
33 — Quem come fel não cospe mel.
34 — Quando chupa a abelha mel torna, quando a aranha fel. E quanto chupa a abelha, mel torna; quanto a aranha peçonha.

Ambos referem-se às pessoas que podem ou não contaminar um sentimento ou ato, ou seja, um sentimento ou um ato pode ser bom se é praticado por alguém com boas intenções ou mau em caso contrário.

35 — Mel é bom, com farinha é melhor.

Êsse provérbio faria alusão àqueles que não estão satisfeitos com que alcançam, querendo sempre mais alguma coisa.

36 — Não há sol de mel porque derreteria o açúcar...

Cada coisa é feita com um determinado fim.

37 — Água de agôsto; açafrão, mel e mosto.

As chuvas de agôsto produzem açafrão, mel e mosto.

38 — Da mesma flor a abelha tira o mel e a vespa o fel.

A mesma pessoa ou coisa pode, ao mesmo tempo, ter um lado bom e um lado mau.

39 — De Deus vem o bem e das abelhas o mel.

De ambos vem o bem.

40 — O homem sem proveito é mel no dedo.

O homem sem utilidade é tão incômodo quanto um dedo sujo de mel.

41 — Mel nôvo, vinho velho.

O provérbio faz alusão às coisas boas; o mel bom é o nôvo e o vinho bom é o velho.

42 — Pouco fel dana muito mel.

Um pouco de maldade pode prejudicar bens imensos. Encontra correspondente em: Uma ovelha negra põe um rebanho a perder.

43 — Descobrir o mel de pau.

O mel de pau é o mel das abelhas uruçu, jataí e outras, que o juntam no ôco dos paus; portanto, não é tão fácil de ser encontrado.

Refere-se, então, ao que é difícil de se achar.

Classifiquemos agora, algumas expressões e provérbios com o vocábulo DOCE.

1 — Quem fêz versinho de pé.
Quebrado, fôsse a quem fôsse,
Diz-se que fôra na vida.
Um "poeta de água doce".
2 — A vingança é doce, mas os frutos são amargos.

3 — As môças bonitas deixam o amargo doce.
4 — Doce tanges, doce cantas.
5 — Laranjeira doce é que apanha varada.
6 — Mulher bela, doce veneno.
7 — Prêso nem para comer doce.
8 — Docinho do côco.
9 — As crianças se enganam com doces, as mulheres com lisonjas.
10 — Doces, até três.
11 — Doce muito enfeitado, ventre desarranjado.
12 — Para quem gosta o amargo é doce.
13 — Fala doce e apanha açúcar.
14 — Doce como açúcar.
15 — Dar os doces.
16 — Sombra doce é a de casa.
17 — Dar um doce se adivinhar.
18 — Mais doce do que mel.
19 — É uma doce alegria constatar que aquêles que escolhemos para amigo fizeram o mesmo conosco.
20 — O amor é como os licores; há os que os prefiram doce e há os que prefiram amargos.
21 — Felicidade, palavra doce e enigmática, abstrata e indefinível.
22 — As mais doces palavras que os lábios maternais e paternais podem pronunciar: meu filho.
23 — O verdadeiro amor é sempre doce, ainda que misturado com mel.
24 — Burro carregado de açúcar até a rabichola é doce.
25 — Nem tudo que é doce é bom; nem tudo que é amargo é ruim.
26 — Não tem doce ruim nem cabra bom.
27 — Um falar doce e delicado quebra os ossos do próprio diabo.
28 — A felicidade é uma doce aquiescência a uma doce ilusão.
29 — É doce recordar o que foi custoso padecer.
30 — A saudade é doce e amarga, já o disse o poeta...
31 — ... Que doçura, que período de doçura é o da solidão! Mas concedei-me uma amiguinha para o meu retiro, a quem eu possa murmurar: — A solidão é doce.
32 — O sono é doce ao homem que trabalha.
33 — Viver é doce; viver é agro; nesta alternativa se passa a vida.
34 — A vingança é doce, especialmente para as muheres.
35 — A água salobra, na terra sêca é doce.
36 — A paciência é amarga, porém o fruto doce.
37 — A verdade amarga, a mentira é doce.
38 — a) Ao gôsto danado doce é amargo.
b) O gôsto danado julga doce o agro.
39 — Obras são amores e não palavras doces.
40 — Saudade é fraco remédio, doce engano.
41 — O prazer de vingança é semelhante a alguns frutos, cuja polpa é doce na superfície e azêda junto ao caroço.
42 — Há um doce-amargo nas saudades que deleita e contrista; êste sentimento, misto de prazer e dor nos encanta e penaliza ao mesmo tempo.
43 — A virtude é agro-doce, mas o vício é doce-amargo.
44 — Mar doce.
45 — Lar, doce lar.
46 — Quem não gosta de doce, pede melado sem açúcar.

É uma referência aos que querem o impossível.

47 — Se queres o velho, menino, em cima de doce, dá-lhe vinho.

Para amansar as pessoas idosas convém embriagá-las. Pode estar sendo usado no sentido figurado de embriagar com carinho.

Finalmente passemos a examinar exemplos com o vocábulo açúcar.

1 — O que sempre se açucara... amarga.
2 — A beleza sem graça é água sem açúcar.
3 — A pimenta e o açúcar têm a sua ocasião.
4 — As môscas sabem o que é açúcar.
5 — Para quem tem a barriga cheia o açúcar sabe a fel.

6 — A vida com açúcar é mais doce.
7 — Com açúcar até eu.
8 — Não é com vinagre que se apanha môscas e sim com açúcar.
9 — a) Beijo de açúcar.
b) Beijo doce como açúcar.
10 — Com açúcar e com mel até pedras sabem bem.
11 — Cara de açúcar.
12 — Palavras de açúcar.
13 — Ser feita de açúcar.
14 — Música água com açúcar.
15 — Com amor e com "açúcar", devegar senão machuca.

No provérbio, aconselha a que se faça as coisas com calma se quiser ter melhor resultado.

16 — Querer colocar o pão-de-açúcar em cima do corcovado.

Neste, há uma referência aos que querem conseguir o impossível.

Temos assim terminada a parte referente à Fraseologia.

EXEMPLIFICAÇÃO ATRAVÉS DA LEITURA

Muitos são os autores conhecidos e desconhecidos que utilizaram o açúcar na literatura. Assim sendo, encontraremos inúmeros exemplos referentes não só ao açúcar, mas a outros vocábulos ligados a êle como cana e doce.

Iniciemos, pois, selecionado alguns textos em que os mesmos aparecem a principiar pela cana.

1 — Acabou-se a cana
Acabou-se o mé
— Até para o ano
Se Deus quizé.
(BRASIL AÇUCAREIRO-vol. LXXII p. 17)

2 — Morro na palha da cana,
Até quando Deus quizé;
Mas não vou para São Paulo
No eito alimpá café.
(Idem — p. 19)

TOADA DE PRISÃO

3 — Mortinho de fome
Sequinho de sêde
Só me sustentava
De caninha verde.
. . . .
Eu me vi cercado
De cabo e tenente
Cada pé de cana
Era um pé de gente.
(Idem p. 75)

4 — A minha caninha-verde,
A minha verde-caninha,
Salpicada de amor,
De amor salpicadinha.
(Idem — p. 81)

5 — A minha caninha-verde,
A minha cana madura,
Que estou dizendo,
A minha cana madura,
Da cana fêz o melado,
Do melado a rapadura.
(Idem — p. 82)

6 — . . . .
Cana-verde, cana-verde,
Cana do canavial,
Eu já fui mestre d'açúcar,
Hoje sou oficial.
(Idem — p. 83)

7 — . . . .
Cana caiana,
cana rosa,
cana fita,
cada qual a mais bonita,
tôdas boas de chupar...
(Idem — p. 116)

8 — Minha viola mais canta
Quanto mais sofro na vida:
Sou como cana no engenho:
Mais doce, mais esprimida.
(TROVAS BRASILEIRAS — p. 35)

9 — Rapadura vem da cana
E o azeite da mamona...
Arrenego nesta vida
De tôda mulher mandona.
(Idem — p. 281)

10 — Não quero mais fazer roça
Que o sorte vem contra mim;
Planto cana, nasce alpiste,
Planto arroz, nasce capim.
(Idem — p. 290)

11 — "Teu lábio secou para a espôsa; assim a cana, quando ardem os grandes sóis, perde o mal, e as fôlhas murchas não podem mais cantar quando passo a brisa".
(IRACEMA — p. 91)

12 — "E o riacho a sonhar nas canas bravas,
E o vento a s'embalar nas trepadeiras".
(POESIA — CASTRO ALVES — p. 48)

13 — ... A limpidez do céu sòmente a lua empana,
através a luz, a noite é azul, de lado a lado;
Lá no ar cheiro manso e meloso, de cana.
(POESIA SIMBOLISTA — p. 214)

14 — Depois leias as Vozes d'África
com a mesma indignação
contra os senhores de escravos,
o caboclo do sertão,
o cativeiro de hoje
é o mesmo: cana e algodão.
(Obra completa — Jorge de Lima p. 33)

15 — "Via no engenho os negros tombando cana, peixe por peixe. Na usina a esteira puxava para a moenda sem ninguém empurrar. Era só sacudir a cana em cima. Se caísse até gente, a moenda engolia. Me encanta a notícia dessa engrenagem das usinas. Pensava nos trens, nas màquinarias de brinquedo, puxando vagões de cana por dentro dos partidos".
(Doidinho — p. 69)

16 — "Um passeio por fora, chegar terra para o pé de cana, era como êles se referiam à necessidade do coito para a saúde'.
(Idem — p. 114)

17 — "Os partidos estavam de cana acamando pela várzea, a flor-de--aba rachava de grossa".
(Banguê — p. 14)

18 — "Os carros de boi passavam gemendo sob o pêso da cana madura para os picadeiros".
(Idem — p. 14)

19 — "Mas só naquele instante ela vira direito o senhor de tudo que era de seu pai: das canas, das terras".
(Idem — p. 67)

20 — "A verdade era que tirara a família daquela miséria de moer cana em banguê dando aos seus uma oportunidade de subirem na vida".
(Idem — p. 152)

21 — "Como podia um homem com uma manhã de maio, com as negras cavando cova de cana para o plantio, ficar dentro de casa?
(Fogo Morto — p. 380)

22 — "Nos dias da moagem, nos poucos dias no ano em que as moendas de Seu Lula esmagavam cana, a vida dos tempos antigos voltava com ar animado..."
(Idem — p. 415)

23 — "Tudo estava coberto de mato. Só um partido de cana, umas três cinqüentas, com o verde-escuro da cana bem criada'.
(Idem — p. 422)

24 — "José Passarinho, sentado por debaixo da pitombeira, canta baixo:

O engenho de Maçangana
Há três anos que não mói
Ainda ontem plantei cana
Há três anos que não mói".
(Idem — p. 454)

25 — "Depois do café mandaram-se para o engenho, que estava nos fins da moagem. Eram uns restos de cana que aproveitavam".
(Menino de Engenho — p. 12)

26 — "O rio chegou no batente da cozinha. Ninguém não vê nem um pé de cana".
(Idem — p. 28)

27 — "— O Coronel êste ano não faz duzentos pães de açúcar, dizia o carreiro. Só ficou com cana pra semente".
(Idem — p. 31)

28 — "Pois bem, a cabrocha dera corda ao feitor.
O homem soube da coisa. Um dia, estavam na planta da cana, aqui, dos cajueiros.

. . . .

E o rebenque cortou o rosto. Pe-

garam-se os dois por cima das canas verdes".

(Idem. — p. 71)

29 — "... aquêle simpático velhinho que era o Coronel Lula de Holanda, com o seu Santa Fé caindo aos pedaços

. . . .

A sua vida parecia um mistério. Não plantava um pé de cana e não pedia um tostão emprestado a ninguém'.

(Idem — ps. 76 e 77)

30 — "E a várzea com ressacas acanhadas, uns restos de cana que o tempo ia deixando viver, no meio do pasto grande".

(Idem — p. 78)

31 — "O engenho estava moendo. Do meu quarto ouvia o barulho da moenda quebrando cana, e a gritaria dos cambiteiros, a cantiga dos carros que vinham dos partidos".

(Idem — p. 80)

32 — "O fogo ganhava o canavial com uma violência danada. As fôlhas da cana estalavam como taboca queimando. Parecia tiroteio de verdade".

(Idem — p. 84)

33 — " — O Major Ursulino de Goiana fizera a casa de purgar no alto, para ver os negros subindo a ladeira com a caçamba de mel quente na cabeça. Tombavam cana com a corrente tinindo nos pés".

(Idem — p. 89)

34 — "Regaram na limpa da cana recém-nascida que sombreava de verde a terra prêta.
João Traçulho lamentava que não fôsse cana madura".

(A Bagaceira — p. 17)

35 — "A moagem ia, por assim dizer, de meia-noite a meia-noite. Os eixos frouxos vomitavam o bagaço maior do que a cana engolida e mijavam um fio de caldo no parol...'.

(Idem — p. 52)

36 — "A moagem suspensa. O parol cheio. O picadeiro atulhado. Cana a secar no partido".

CANINHA DOCE

Jota Efecê

As ruas começavam a escurecer. Aparecia, então o acendedor de lampiões carregando ao ombro, ao jeito de uma espingarda, comprida vara com a qual ia fazendo luz nos bicos de gás dos precários postes de iluminação das ruas e praças. Isto acontecia na última dezena do século findo.

Logo depois, tamborilando com certa cadência rítmica o pequeno tabuleiro onde estava arrumada a mercadoria de seu comércio, o garôto apregoava num frágil arranjo melódico e no diapasão que lhe permitia a voz infantil, ligeiramente esganiçada:

"Rolêta de cana:
É de cana ciana

De quando em quando mas sempre tamborilando o tabuleiro. como um apêlo à freguesia e para proclamar a boa qualidade do artigo que vendia, apregoava:

"Olha a caninha doce!
Olha a caninha doce!
. . . .

Não era apenas a criançada que consumia a mercadoria do garôto José já se encaminhando para rapaz e, ao mesmo tempo, se iniciando no "ganhar a vida". Das janelas e das sacadas chamavam-no também mocinhas, senhoras, senhores no à vontade de seus pijamas com alamares, gente da família:

"Psiu!, Vem cá, Caninha doce!
Ô Caninha doce!

Assim, dêsse apêlo onde o artigo que vendia dispensava o seu nome de batismo, que era, José Luiz de Moraes, filho do cartinteiro (ou carpina, como se dizia na época) Gregório de Moraes e de dona Adelina da Silva Moraes, lhe adveio o cognome: "Caninha Doce".

Com êle, mais tarde abreviado para simplesmente "Caninha", marcou sua presença na música popular carioca, ou dizendo com mais precisão, no samba,

verdadeiro, legítimo - o chamado "sambão" de nossos dias.

. . . .

Êste simples bosquejo biográfico, mera digressão, ensejou recordar uma popularíssima personalidade de nosso cancioneiro a quem a "saccharum officinarum' ou a "canna mélica" deu na vulgata, o apelido de "Caninha Doce", depois "Caninha".

. . . .

Prevalecia, porém, e prevalece até hoje, localizando-o com o merecido destaque entre os maiores de nossa música popular, o apelido, aquêle que resultou de seu pregão de vendedor de roletes: "Caninha Doce", "Caninha".

Brasil Açucareiro — Vol. LXXII)

Eis afora alguns exemplos com o vocábulo DOCE.

1 — A fôlha da bananeira
De comprida amarelou;
A bôca do meu benzinho
De tão doce açucarou.
(Trovas Brasileiras — p. 125)

2 — Vinde cá, meu limão doce,
Saboroso de comer
Não descubras meu segrêdo
Que a ti só dei a saber.
(Idem — p. 127)

3 — Moreninha, doce d'ovos
Não se come sem canela...
Quem é gente de bom gôsto
Não pode passar sem ela.
(Idem. — p. 144)

4 — Um pé de limão mais doce
Outro de limão azêdo:
Amor de mulher casada
É coisa que tenho mêdo.
(Idem — p. 205)

5 — É suave o seu agrado
A meus olhos nunca enxutos,
Como são os doces frutos
Ao cansado lavrador.
(Páginas de Ouro da Poesia Brasileira — p. 44)

6 — "O favo da jati não era doce como seu sorriso...".
(Iracema — p. 13)

7 — "A ata é doce e saborosa; mas quando a machucam, azeda".
(Idem — p. 66)

8 — E contudo não sei de criatura
Que mais deseje ter esta alegria
De um fruto azedo que arrancou doçura
Do céu, das pedras e da luz do dia.
(Diário — Vol. I — p. 161)

9 — "Se alguém fôr capaz de me mostrar um dia um romance francês com uma mulher honrada, um homem honrado, e meia dúzia de vizinhos honrados, dou-lhe um doce".
(Idem — Vol. II — p. 53)

10 — Os frutos vêm agora em pleno dia,
Maduros de certeza e de frescura.
A raiz, tôda em húmos de alegria.
Pode mostrar ao céu côr de doçura.
(Idem — Vol. III — p. 124)

11 — A tarde, doce como um fruto, cai,
De madura, no chão.
(Idem Vol. IV — p. 44)

12 — . . . .
O amargo não é doce
Nem sequer na fantasia.
(Idem — p. 100)

13 — Não verás enrolar negros pacotes
Das sêcas fôlhas do cheiroso fumo;
Nem espremer entre as dentadas rodas
Da doce cana o sumo.
(Poesia do Outro — p. 176)

14 — . . . .
Ela foi despojada... os ais lhe escuto...
Verás neste tributo,
Que por sorte feliz nasceu primeiro,
Ou fruto que robou da rosa o cheiro,
Ou rosa transformada em doce fruto.
(Idem — p. 260)

E para finalizar, passemos a exemplos com o vocábulo AÇÚCAR.

1 — . . . .
êste luar, assim branco, é açúcar derramado...
(Poesia Simbolista — p. 214)

2 — "Paulinho sentiu que estava protegido, e no dia seguinte havia de ter café com açúcar na certa".
(Mário de Andrade — Ficção — p. 49).

3 — "Não lhe queiras mal por isso; a droga amarga engole-se com açúcar".
(Esaú e Jacó — p. 963 — Cap. XII).

4 — "O protesto, que eu há muito esperava, veio então, polvilhado de açúcar".
(Diário — Vol. IX — p. 50)

5 — "Tio Juça começou a me mostrar como se fazia o açúcar".
(Menino de Engenho — p. 12)

6 — "E mudar para onde aquela enormidade de açúcar?'.
(Idem — p. 27)

7 — "E com êles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio".
(Idem — p. 29)

6 — "Não se importavam, porém, com esta raiva da velha Generosa. Os moleques sabiam que o coração dela era um torrão de açúcar".
(Idem — p. 59)

9 — "E o açúcar subia e o açúcar descia — e o Santa Fé sempre para trás, caminhando devagar para a morte, como um doente que não tivesse dinheiro para a farmácia".
(Idem — p. 80)

10 — "Estivera num engenho em Santa Rita. O engenho do pai dêle só fazia aguardente:
— Aquilo não é engenho, dizia-lhe eu. Engenho é o que faz açúcar.
— Eu via a usina Cumbe. O açúcar lá sei branco".
(Doidinho — p. 69)

11 — "Oitenta e seis anos, a vida inteira acordando às madrugadas, dormindo com safras na cabeça, com preços de açúcar, com futuro de filhos, com cheias de rios, com lagartos comendo roçados".
(Banguê — p. 14)

12 — "Era uma autoridade sempre citada, esta do seu negro escravo, que lhe enchera a casa de purgar de açúcar côr de ouro'.
(Idem — p. 16)

13 — "Êle sabia purgar açúcar".
(Idem — p. 16)

14 — "O que açúcar e o algodão davam, êle empregada em estender os seus domínios".
(Idem — p. 17)

15 — "Só se botava à Paraíba para vender açúcar, comprar enxadas".
(Idem — p. 18)

16 — "E contava com cem sacos de lã e açúcar purgado para umas duas mil arrôbas".
(Idem — p. 172)

17 — "O açúcar não alcançou prêço naquele ano e o algodão deu-me prejuízo'.
(Idem — p. 200)

18 — "Fôra comprar, logo no momento crítico para o açúcar e o algodão".
(Idem)

19 — "Perdera o meu mestre de açúcar e mandara recado para João Miguel destilador".
(Idem — p. 201)

20 — "As moendas quebravam cana de noite e de dia".
(Usina — p. 72)

21 — "Para os filhos da terra, êle era o reformador da fabricação de açúcar no Estado".
(Idem — p. 117)

22 — "Ninguém podia calcular as coisas, confiando em açúcar".
(Idem — p. 152)

23 — "Não havia dúvida de que Juca fôra além do que êle podia, pensando, como aquela gente de Pernambuco, que açúcar não fizesse papel safado'.
(Idem — p. 190)

24 — "O usineiro nos entregava o açúcar pelo preço do dia, pagava a comissão e armazenagem e nós especulávamos para as praças do Rio e de São Paulo."
(Idem — p. 208)

25 — "Lembrou-se dos tempos do Capitão Tomás de quem o seu pai lhe contava tanta coisa, das safras do capitão, da botada com festas, das pejadas, com a casa de purgar cheia de açúcar".
FOGO MORTO — p. 273)

26 — "Os carros do Santa Rosa chiavam na sua porta, os dez carros do Coronel José Paulino, carrega-

dos de açúcar, levando a riqueza do homem para a estação".
(Idem — p. 346)

27 — "Tivera que lutar no princípio com tôda dificuldade. Nada sabia de açúcar, fôra criador, plantador de algodão".
(Idem — p. 366)

28 — "Coronel, tem açúcar sumeno?'
(Idem — p. 411)

29 — "Era engenho vivo, acendia sua fornalha cobria-se de abelhas para chupar os restos de açúcar que as moendas deixavam para os cortiços".
(Idem — p. 415)

30 — "E a valsa de Chopin atravessa a sala como se fôsse escrita com serpentes, com cobras venenosas, a envenenar a alma com açúcar, com a doçura pegajosa de Chopin".
(As Mãos de Eurídice)

31 — "Com os pimos de nações práticas, adquiridos no vale do Paraíba e em usinas de açúcar de Pernambuco, intentava aplicar outros processos de aproveitamento".
(A Bagaceira — p. 18)

32 — "As pedras se esfarelavam, como torrão de açúcar".
(Idem — p. 24)

33 — Com açúcar e com afeto
Fiz seu dôce predileto
P'ra você parar em casa.
(Chico Buarque de Holanda)

34 — "Mamãe passou açúcar em mim".
(Carlos Imperial)

O CICLO DAS USINAS DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO

TADEU ROCHA

Nestes começos de 1969, está fazendo 82 anos que foi inaugurada a primeira usina de açúcar de Pernambuco. Exatamente no dia 24 de janeiro de 1887, começou a funcionar o "engenho modêlo" da Colônia Orfanológica Isabel, moendo canas próprias, cultivadas nos terrenos da Colônia. Foi assim que começou a existir a atual Usina Frei Caneca.

Referindo-se àquele acontecimento, o Presidente da Província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em sua Mensagem anual à Assembléia Legislativa, datada de 2 de março do mesmo ano, por duas vêzes designa o nôvo estabelecimento industrial pelo nome de usina, enquanto chama de engenhos centrais os que funcionaram dos fins de 1884 até começos de dezembro de 1886, quando a emprêsa inglêsa, sua proprietária, entrou em liquidação. Da mesma forma, êle designa a fábrica que estava sendo montada, no Município de S. Lourenço da Mata, por outra emprêsa de capital britânico e que depois tomou o nome de usina Tiúma.

CICLOS ECONÔMICOS

Quando afirmamos que o ciclo das usinas se iniciou em 1887 e começa a encerrar-se em nossos dias, não queremos dizer que tais fábricas desapareçam da nossa paisagem econômicas, mas que o seu ciclo vai deixar de ser o principal para constituir-se em ciclo ancilar. No âmbito nacional, é o caso da mineração, que constituiu o ciclo principal no século XVIII, para ceder o pôsto ao ciclo do café, no século XIX. Por sua vez, êste último passou a segundo pôsto, na era industrial que o país está vivendo.

Por outro lado, a inevitável fusão de emprêsas e a necessária melhoria das técnicas industriais e agrícolas vão liberar grandes áreas, ocupadas pela monocultura canavieira, permitindo a diversificação agrícola em nossa fértil Zona da Mata. Essa concentração de capitais e a redução dos terrenos da lavoura canavieira devem facilitar a mudança da nossa estrutura econômica,

preconizada por economistas, sociólogos e pensadores políticos, todos ansiosos por reforma agrária de inspiração cristã-social. Só assim é que teremos uma solução definitiva para os problemas da faixa úmida de Pernambuco.

TEMPO DOS BANGUÊS

O ano de 1844 é um verdadeiro marco na evolução econômica do Brasil. Foi então que o Império adotou tarifas protecionistas — a chamada "tarifa Alves Branco" — e deu como extinto o tratado de 1827 feito com a Inglaterra, concedendo-lhe o direito de vender-nos os seus produtos com uma taxação máxima de 15% ad valorem. Um historiador afirma que "a independência econômica do país data de 9 de novembro de 1844, quando o nosso Ministério dos Estrangeiros deu o tratado por caduco".

Nesse mesmo ano, em Pernambuco, concluía-se o esclarecido govêrno de Francisco do Rêgo Barros, depois Conde da Boa Vista, à frente da Província (1837-1844). A partir dêsse setênio administrativo, mudou a face da terra pernambucana, com inúmeros melhoramentos na cidade do Recife e a abertura de estradas ligando a capital ao interior. Rêgo Barros muito se preocupou com a agro-indústria do açúcar, praticada nos 642 engenhos existentes em Pernambuco. Por sua iniciativa, foram contratados dois técnicos franceses para o aperfeiçoamento do fabrico do açúcar. A êsse tempo, já se plantavam novas variedades de canas e aproveitava-se o bagaço como combustível.

Logo uma estrada de ferro seguiria o mesmo percurso da antiga "estrada do açúcar" atingindo o Cabo em 1858, Escada em 1860 e Palmares em 1862. Vinte anos mais tarde, outra ferrovia ocupava o vale do Capibaribe, alcançando Paudalho em 1881 e Limoeiro no ano seguinte, quando um ramal dessa estrada, partindo de Carpina, também atingiu Nazaré da Mata, no vale do Tracunhaém.

ENGENHOS CENTRAIS

A abolição do tráfico de escravos e a concorrência das Antilhas no comércio açucareiro fizeram os nordestinos pensar na melhoria técnica dos seus estabelecimentos industriais e na divisão do trabalho em sua principal atividade econômica. Precisamente há 110 anos, a requerimento do cidadão francês Charles Louis Richard Delahautière, a Assembléia Legislativa de Pernambuco autorizou a Presidência da Província a contratar com o mesmo "o estabelecimento de uma fábrica central de açúcar", em qualquer dos seus centros agrícolas. Não tendo sido cumprido o contrato autorizado, o chefe do Executivo Provincial pediu ao Legislativo, em 1860, nova lei para a criação de engenhos centrais. Quatorze

anos mais tarde (1874), foi autorizada a fundação de onze dêsses engenhos na zona canavieira de Pernambuco, do mesmo tipo existente nas ilhas francesas de Martinica e Guadelupe.

Chegou-se mesmo a contratar a construção de um engenho central no Município do Cabo e outro no de Palmares. Ambos os empreendimentos fracassaram e uma nova tentativa, em 1879, para a montagem de seis engenhos centrais, pela Companhia Fives Lille, também não obteve resultado.

CAPITAIS INGLÊSES

O fracasso das iniciativas do francês Delahautière, da emprêsa Kerr e da Companhia Fives Lille não impediu que o grande capital inglês obtivesse favores para a construção dos primeiros engenhos centrais de Pernambuco. "The Central Sugar Factories of Brazil" conseguiu do Govêrno Imperial a garantia dos juros de 6,5% sôbre o capital de 4.200 contos de réis, para a fundação de seus fábricas de açúcar nesta Província. O capitalismo britânico procurou a famosa "estrada do açúcar", velho roteiro que a primeira ferrovia nordestina, também de capitais inglêses, já aproveitara.

Os quatro primeiros engenhos centrais foram o Santo Inácio, no Cabo, o Firmeza, na Escada, o Bom Gôsto, nas terras do atual Município de Joaquim Nabuco, e o Cuiambuca, em Palmares, que começaram a moagem no dia 30 de outubro de 1884. Famosos intelectuais do Recife, como Tobias Barreto, José Higino e Barros Guimarães, saudaram entusiàsticamente o aparecimento das primeiras fábricas exclusivas de açúcar, o que lhes parecia solucionar o problema da divisão do trabalho nessa complexíssima atividade econômica. Na revista "O Industrial", êles escreviam enfàticamente: "Ao agricultor, o plantio da cana; ao industrial, o fabrico do açúcar". Aliás, os contratos de fornecimento de canas, por cinco anos, e os adiantamentos aos fornecedores, com os juros anuais de 8%, geraram simpatias para a "Central Sugar", a que outra emprêsa inglêsa — "The North Brazilian Sugar Factories" — desejou fazer concorrência, sendo impedida pelo Govêrno brasileiro, de invadir a zona de influência da primeira.

FRACASSO COLONIALISTA

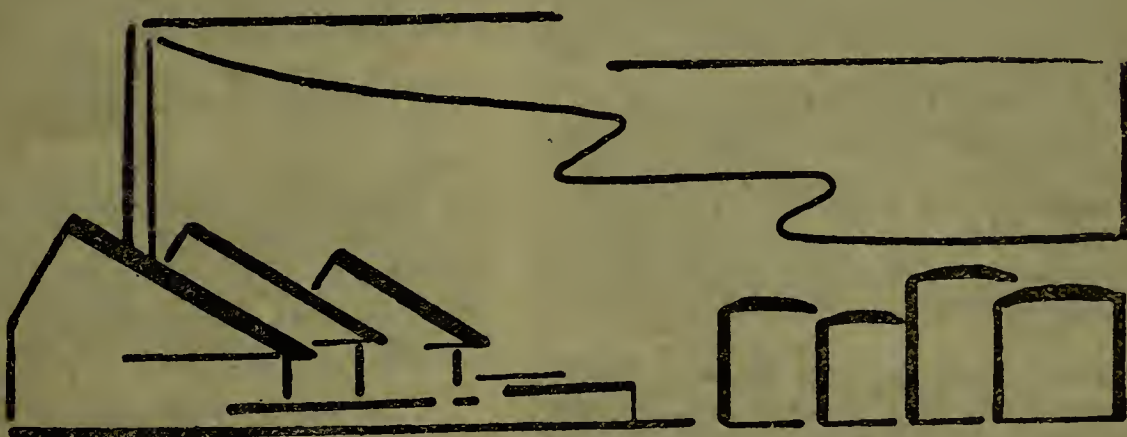
O sonho da separação entre a agricultura canavieira e a indústria açucareira, que se esperava resultar do aparecimento dos engenhos centrais, muito cedo se dissipou. As primeiras dessas fábricas, de capital estrangeiro e garantia de juros, trabalharam durante poucas safras. Sua maquinaria já tinha sido usada em Aba, no Egito. Além de defeitos técnicos e desorganização administrativa, ocorreu faltar-lhes a matéria prima, no tempo opor-

tuno e no volume necessário. A "Central Sugar" requereu sua liquidação, em Londres, a 11 de dezembro de 1886 e parou as suas atividades em Pernambuco.

PRIMEIRA USINA

A lei provincial n.º 1.487, de 25 de junho de 1880, mandou fundar na Colônia Orfanológica Isabel "um engenho modêlo, munido dos melhores aparelhos conhecidos". Para estudar sua aquisição, o diretor da Colônia, o Capuchinho Frei Fidélis Maria de Fognano, viajou à França e à Suíça. De volta da Europa, na primeira metade de 1886, Frei Fidélis encomendou os maquinismos da usina à casa Mariolle Pinguet, que os vendeu por 135.549 francos, custando òutros acessórios 45.238 francos. A montagem do aparelho foi feita pelo mecânico Brocheton, cabendo a direção geral da construção do estabelecimento ao irmão capuchinho Frei Pascoal de Bolonha.

A usina foi inaugurada em 24 de janeiro de 1887, com a presença do Presidente da Província, dr. Pedro Vicente de Azevedo. Segundo sua Mensagem à Assembléia Legislativa, em 2 de março do mesmo ano, a usina tinha capacidade para fabricar, diàriamente, 5 000 quilos de açúcar e vinha funcionando bem, "sendo de excelente qualidade o açúcar fabricado". Ainda no seu dizer, com mais 40 contos de despesas, a usina duplicaria sua produção diária, munindo-se de ferrovia própria, destinada ao transporte das canas.

E assim começou o "ciclo das usinas", que esperamos estudar em próximo trabalho.

O PROBLEMA DO REFLORESTAMENTO DO NORDESTE

A. DE S. CAVALCANTI

"Quando o Brasil se dispuser a entregar à ciência a resolução dos seus problemas econômicos, de preferência ao modo atual de solucionar questões a golpes de leis e regulamentos inspirados pela grande máquina de andar de vagar que é a burocracia nacional, então a nossa pátria dará ao mundo o exemplo de um progredir com celeridade sem precedentes"... (Arthur Neiva — "Esbôço histórico sôbre a Botânica e Zoologia no Brasil" — 1922).

A derrubada indisciplinada das matas e florestas no nordeste brasileiro constitui um problema básico da maior gravidade e, por isso mesmo, representa uma questão vital para as populações daquela região assolada.

Não exageraríamos em dizer que a devastação das matas repercute nas questões de ordem social, por isso que vem trazer como conseqüência inexorável a erosão, a aridez e, finalmente, o despovoamento do solo.

Em tempos remotos, algumas zonas do nordeste possuiam grandes florestas. As primeiras levas de conquistadores e emigrantes que chegavam em nossa terra no afã de buscar ouro que logo não encontravam, em compensação traziam de volta muita madeira de lei inclusive pau brasil.

Não se trata de uma fantasia, bastando mostrar como depoimentos histórico o que está registrado a respeito nos "Diálogos das Grandezas do Brasil", quando se refere a Recife:

> "A barra de seu pôrto é excelentíssima, guardada de duas fortaleza bem providas de artilharia e soldados, que se defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante, pôsto que muito furioso, porque tem para sua defensão grandíssimos arrecifes, onde o mar quebra. Sempre se acham nêles ancorados, em qualquer tempo do ano, mais de trinta navios; porque lança de si, passante de cento e vinte carregados de açúcar, pau do Brasil e algodões."

Outro subsídio interessante de autoria de Gabriel Soares de Souza, encontra-se no seu "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", quando menciona no capítulo XVI "Do tamanho da vila de Olinda e da grandeza de seu têrmo."

> "Desta terra sairam muitos homens ricos para êstes reinos que foram à ela pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cinco navios carregados de açúcar e pau Brasil, o qual é o mais fino que se acha em tôda

a costa; e importa tanto êste pau a S. Magestade, que o tem agora novamente arrendado por tempo de dez anos por vinte mil cruzeiros cada ano."

E não foi só em relação à costa nordestina, na parte que hoje denominamos de "zona da mata", onde o historiador observou a existência abundante do precioso pau brasil. Na parte em que "trata da grandeza do Rio São Francisco" (Capítulo XX), é ainda Gabriel Soares de Souza que se refere a uma cachoeira — de certo, a de Paulo Afonso, situada em plena zona sertaneja — "em redor da qual há muito pau-brasil, que com pouco trabalho se pode carregar."

São muitos os autores naturalistas que afirmam a existência, em tempos idos, de grandes florestas em algumas regiões do nordeste. "Em tempos remotos, deveria ter existido no Nordeste grandes matas verdadeiras, hoje a pouco extintas". (Dr. Lustzelburg).

A exploração do pau-brasil começou em 1501 por Américo Vespúcio e depois por Gonçalo Coelho em 1503. Fernão de Noronha constituiu-se num dos maiores arrendatários de pau-brasil, tendo retirado em 1519 5.000 toras (Amazonas de Almeida Torres — "Breves Notas para o Estudo Florestal do Brasil").

Nessas circunstâncias, não é de admirar, através séculos, observar-se a extinção quase total em nossas poucas matas da essência florestal, a qual pela sua profusão e características, foi justamente a que deu origem ao nome do nosso grande e belo país.

Além do pau-brasil numerosas outras essências abundavam em nossas florestas. Não é de outra procedência, senão das matas nordestinas, o jacarandá e o amarelo-vinhático que inspiraram a Beranger para a manipulação dos móveis e mobílias típicas da região, ricamente talhados e que constituia na época uma demonstração de bom gôsto, de confôrto e de requinte dos nossos antepassados.

Atualmente, as nossas tristes e escassas matas mal fornecem lenha ordinária para as fornalhas dos engenhos e usinas de açúcar, bem como das locomotivas das rêdes ferroviárias.

Durante a colonização tivemos o sertanista devastador, deixando para traz manchas de terras arrazadas, improdutivas e despovoadas. A situação atingiu seu climax por ocasião da grande sêca de 1791-1792, registrada no nordeste, quando o govêrno da metrópole cogitou pela primeira vez da proibição da derrubada das matas.

Ainda no período da colonização até os dias que correm assistimos inertes a devastação indiscriminada, com o fim de obter-se o melhor êxito das culturas em terras chamadas virgens ou para comércio de exportação.

Durante séculos nunca se observou na exploração agrícola uma orientação técnica adequada através métodos de cultura intensiva, isto é, por meio de correção e adubação do solo, de seleção de sementes e de irrigação. O que assistimos é a cultura extensiva nas terras virgens das matas destruídas criminosamente.

Não partilhamos do conceito de que a monocultura seria a explicação cabível para justificar as origens das devastações das matas. Até mesmo porque pode haver monocultura sem que se processe a devastação. Nas terras civilizadas do Canadá e da Ucrânia onde se verifica a monocultura do trigo lá não se consentem devastações.

Com o emprêgo de métodos de cultura intensiva é de todo interêsse a preservação das matas, não só face da regularidade pluviométricas, da manutenção da humanidade bem como do equilíbrio ácido-básico das terras cultivadas.

A tal ponto as terras da chamada zona da mata nas regiões nordestinas estão desprotegidas, livres da salutar defesa e à fôrça de serem lavadas continuadamente, tornaram-se ácidas em demasia, acusando um pH abaixo de 5.0 — em muitos lugares. Já, então, não é bastante adubar essas terras onde se cultiva intensamente a cana de açúcar. Torna-se indispensável a correção da acidez dessas terras ao lado dos fertilizantes empregados.

Demonstrado fica assim que dois fatôres convergiram na questão da devastação de nossas matas: o comércio lucrativo das madeiras de lei, que data dos primórdios da colonização, aliado a uma secular ignorância nos métodos de cultura que chega até os dias presentes.

A ausência de um programa racional

na exploração agrícola é uma triste omissão que se verifica até nossos dias, quando ainda o plantador se encontra sem rumo e entregue à própria sorte.

De que valerá então, uma "reforma agrária "senão como mais um código inoperante, quando o essencial para a aplicação tecnicológica nos campos de cultura é esquecido. De que valerá a terra nas mãos de um "camponês" sem orientacão adequada e, até mesmo, sem possibilidade de receber a assistência necessária dos podêres públicos nesse setor? Que noção tem, por exemplo, um dêsses abandonados homens do campo a respeito da necessidade de preservar uma árvore?

Ao formular conclusões sôbre a gènese das secas, Euclides da Cunha, nos "Sertões", descreve "como se faz um deserto", e cita o próprio homem como "agente geológico notável", que "não raro reage brutalmente sôbre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos."

Realmente, vamos encontrar êsse "agente geológico notável" — "terrível fazedor de desertos" — muito antes da colonizacão, quando o fogo constituia o instrumento de desbravamento das matas para a agricultura primitiva dos selvícolas.

Até o presente, através séculos, instalou-se em nossa pátria "idolatrada" o regime sistemático da devastação das florestas, até atingirmos a êsse fim de terra exaurida dos sertões nordestinos.

Foi bastante preciso Gilberto Freire no seu livro "Nordeste" quándo assim se refere ao drama da destruição das matas: "Dêsse drama, um dos aspectos mais cruéis foi o da destruição da mata, importando na destruição da vida animal e é possível que em alteração de clima, de temperatura e certamente de regime dáguas". E, logo em seguida: "Além de que, com êsse estado de guerra entre o homem e a mata que foi aqui tão franco não puderam desenvolver-se entre os dois aquelas relações líricas, aquêle sistema meio misterioso de proteção recíproca entre o homem e a natureza, aquêle amor profundo do homem pela árvore, pela planta, pelo mato, pela terra, que os sociólogos e economistas estão fartos de nos apontar como característico das sociedades verdadeiramente rurais"...

Segundo Arthur Neiva, muito antes da descoberta, os índios, principalmente os Caiapós, eram devastadores de matas. Durante o domínio holandês, ateava-se fogo nas matas como recurso de defesa bélica.

O conjunto de todos êsses fatôres de destruição levaram o nosso maior estadista — o Patriarca José Bonifácio — a assinalar que "as nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor, da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diàriamente, e, com o andar dos tempos, faltarão as chuvas fecundantes que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos da Líbia".

Muitos são os exemplos de países que têm colocado o problema de proteção das florestas como uma parte da própria defesa nacional. Na França, existe a Escola Nacional de Águas e Florestas, de Nancy, que mantém escolas florestais e turmas de silvicultura, trabalhando em colaboração com as universidades, museus de história natural, jardins botânicos, clubes de caça, etc.

Em diferentes congressos internacionais o assunto é debatido como da maior importância em relação à geografia humana, aos problemas biocenóticos, desde o higronômico e de reservas biológicas de flora e fauna em cada região até a profilaxia de inanição e moléstias de carência na habitat rural.

É pura utópia pensar que a solução de uma questão que exige conhecimentos técnicos vastos, como é o caso do problema florestal, venha a ser encaminhada ou enquadrada através a formulação de "reformas", ou de regulamentos e códigos imaginários como se vivéssemos na França, na Suíça ou na Alemanha, lugares onde existe uma educação silvícola tradicional. A questão, pois, terá de ser resolvida ou encarada através uma orientação técnica e de educação a longo prazo.

Precisamos não esquecer que moramos num país onde vive uma grande massa por alfabetizar e onde ainda os semiletrados e letrados encontram tô-

das as dificuldades de ordem burocrática para que possam alcançar um rumo certo em matéria de reflorestamento.

Em 1936, o então deputado pelo Rio Grande do Sul, Renato Barbosa, justificando seu discurso na sessão de 5 de novembro daquele ano, teve oportunidade de ler os têrmos de uma solicitação da Secretaria dos Amigos das Árvores, na qual se sugeria a criação do ensino da silvicultura e de escolas florestais, nos moldes das existentes nos Estados Unidos e Itália.

Naquela mesma oportunidade, o deputado Herectiano Zenaide apresentava um projeto a respeito do reflorestamento do nordeste.

Ainda devemos ao deputado Renato Barbosa os esclarecimentos que apresentou a respeito da evolução que se operou na França relativamente ao problema florestal, a partir do século XIII, quando seu govêrno começou a preocupar-se com a questão, até o momento em que se reconheceu a necessidade de oficializar o ensino florestal, criando-se a "Escola Nacional das Águas e Florestas", de Nancy.

Entre nós, o agrônomo-silvicultor Paulo F. Souza, em seu trabalho (1958), "Escola Nacional de Florestas" — "Necessidade de sua criação", demonstra a precariedade em que nos encontramos nesse setor. Não possuímos ainda uma Escola de Silvicultura. O ensino da matéria na Escola de Agronomia é precário e limitado. O número de técnicos silvicultores é reduzido e o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura possui sòmente 2 especialistas para todo o Brasil (José A. Vieira).

Paulo F. Souza estuda o problema florestal sob o aspecto biológico, econômico e administrativo, concluindo pela importância e necessidade da criação em nosso país da Escola Nacional de Florestas.

Apenas, para demonstrar e documentar o nosso atraso em relação a outros países do mundo, no que se refere ao assunto em aprêço, vamos citar os seguintes exemplos.

Alemanha, com 5 escolas de silvicultura; Áustria, como um colégio de Agricultura e Silvicultura, Bélgica, com vários cursos oficiais; Búlgaria, com . escolas; Chipre, com uma escola; Dinamarca, com o curso do Departamento Florestal do Colégio Real de Copenhague; Hespanha, com a Real Escola de Silvicultura; Finlândia, com o Departamento de Agricultura e Floresta; França, com a Escola de Águas e Florestas, de Nancy; Grécia, onde o ensino de silvicultura é ministrado na Universidade de Salônica; Holanda, com o Departamento Florestal, na Universidade de Agricultura; Hungria, com o Departamento Florestal da Universidade Técnica de Minas, Metalurgia e Florestas, Inglaterra, com 4 Escolas de Silvicultura; Itália, com o Instituto de Florestas; Iugoslávia, com a Faculdade de Agronomia e Florestal, e mais 2 Faculdades, em Belgrado e Saravejo; Noruega, com a Escola de Silvicultura; Polônia, com 10 Escolas de Silvicultura; Portugal, com o Instituto Agronômico e Florestal de Lisboa, e a Escola Profissional de Guardas Florestais; Romênia, com ensino superior de silvicultura e escolas de guardas florestais; Rússia, com a Academia de Ciências Florestais, de Leningrado, com 4 a 5.000 alunos matriculados, e mais a Escola Superior de Economia Florestal, além de cêrca de 10 escolas de silvicultura em diferentes pontos da União Soviética, que conferem diplomas de Engenheiro Florestal; Suiça, com uma Escola de Silvicultura; Tchecoslováquia, com 3 Universidades que oferecem cursos de silvicultura, além da Escola de Silvicultura fundada em 1852; Turquia, com a Faculdade Florestal da Universidade de Istambul, fundada em 1930, e a Escola de Silvicultura, em Duzée, fundada em 1957; Estados Unidos, onde a formação de técnicos especializados teve início em 1895. A partir de 1900 até 1955, formaram-se nos Estados Unidos mais de 21.000 silvicultores nos cursos regulares, em média de 4 anos. Existem nos Estados Unidos 37 Escolas de Silvicultura, com 9.000 alunos inscritos, diplomando mais de 1.000 profissionais por ano. O Canadá possui 4 Escolas de Silvicultura; Filipinas, com uma Escola Florestal; Índia, Irã, Paquistão, Burma, Tailândia e Indochina, possuindo suas Universidades e Escolas Florestais; China, com várias universidades possuindo cursos de silvicultura, além de escolas; Japão, com escolas de altos estudos de silvicultura, além das Universidades

com cursos especializados de 3 e 4 anos; Austrália, com 2 Escolas de Silvicultura; África do Sul, com uma Escola especializada. Na América Central e do Sul, temos o México, Cuba Colômbia, Venezuela, Chile e Argentina, onde existem Escolas de Silvicultura. Na Argentina entrou em funcionamento em 1958 a Faculdade de Engenharia Florestal, da Universidade Nacional de Cordoba.

Como se pode observar, no que concerne a êsse aspecto que atinge tão profundamente a nossa vida econômica, vivemos quase alheios, a ver estrêlas ou até mesmo no mundo da lua. Em que pese a circunstância do nosso país constituir uma das maiores reservas florestais existentes, continuamos a destruir indiscriminadamente, através séculos, êsse patrimônio incomparável.

A derrubada sistemática das nossas florestas resulta num trabalho sub-reptício de autodestruição do Brasil. Não estaria a um motivo exato ou uma bandeira a ser desfraldada e defendida pelos nossos ufanosos nacionalistas?

As devastações acarretam a esterilidade do solo, além de agravar o problema resultante do ciclo inexorável das sêcas e suas conseqüências. Fixar o homem ao solo nessas regiões devastadas e agravadas com o ciclo das sêcas, é pura utopia. Não serão "reformas" ou "decretos" que venham resolver tais problemas de conteúdo técnico. Antes de tudo, é necessário dar às regiões assoladas condições normais de vida. As florestas não só amenizam o clima, como regulam a distribuição da humidade, que representa o papel de condutor dos elementos fertilizantes do solo, das trocas nutritivas e veículo dos elementos minerais, além de presidirem a importantíssima função do equilíbrio ácido-básico. As florestas são consideradas as maiores inimigas da erosão, além de reterem cêrca de 6% das chuvas caídas, sendo notável sua ação sôbre o curso das águas e a direção dos ventos.

O Estado de São Paulo — pioneiro dos exemplos progressistas — de há muito vem tratando do problema do reflorestamento. Desde o tempo em que funcionava como emprêsa privada tivemos o exemplo da Estrada de Ferro Paulista, que fêz plantar à margem de suas linhas uma verdadeira floresta de eucaliptos.

Em S. Paulo existe o Conselho Florestal do Estado, instituído por ato do Govêrno a 28 de maio de 1935. Êsse Conselho incumbe-se de zelar pela observância do Código Florestal dentro do território paulista, sugerindo ao Govêrno medidas de protecão das florestas e matas.

Por iniciativa do ilustre Governador Carvalho Pinto foi enviado ao Legislativo de S. Paulo um projeto isentando do impôsto de transmissão "causas mortis" a parte do imóvel rural coberta de florestas naturais ou artificiais. Evidentemente, êsse projeto estabelece condições mínimas para o benefício da isenção tais como: a) que o maciço florestal abrangia no mínimo área de 2,5 hectares; b) que a floresta esteja intocada ou em regime de melhoramento técnico; c) que a floresta artificial tenha, no mínimo, dois anos de idade por ocasião da abertura da sucessão.

Quando Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro — Govêrno Edmundo Macedo Soares — o Dr. Edgard Teixeira Leite teve oportunidade de encaminhar ao Legislativo um projeto de lei, isentando de pagamento de impôsto territorial a parte da área das propriedades rurais destinada ao plantio de florestas artificiais (Decreto n.º 3.389 de 29 de junho de 1948). Dêsse período para cá, calcula-se que tenham sido plantadas 15 milhões de pés de eucaliptos no Estado do Rio, o que demonstra os magníficos frutos colhidos daquele incentivo.

O Governador Bias Fortes teve oportunidade de enviar à Assembléia do Estado um projeto de lei que dispõe sôbre a criação de Parques para fins de preservação da flora e da fauna. No projeto em aprêço fica a Secretaria de Agricultura autorizada a entrar em acôrdo com as Prefeituras Municipais, no sentido de ser criado um Parque em cada município.

Essas iniciativas, porém, por mais interessantes, elogiáveis e servirem de exemplo para os outros Estados da fe-

deração, pouco representam em relação ao que necessita o conjunto do país.

Não há exagêro algum em proclamar a gravidade do problema florestal em nossa terra. O depoimento de W. Alfredo Maya através o tópico que em seguida vamos transcrever, servirá de aviso aos responsáveis pela administracão pública, como para alertar os incrédulos.

"Em 42 anos, apenas, em todo o Brasil foi devastada uma área de 1.451.173 km² de florestas, e que para serem reflorestadas apenas 50% da área dos Estados mais sacrificados, na base de 2.000 km² por ano, se alcançaria aquêle objetivo após 270 anos de trabalho ininterrupto."

Insistimos em dizer que, de modo algum, não serão apenas os códigos e regulamentos florestais que passarão a corrigir semelhante calamidade, cuja solução só poderá a vir a longo prazo, por meio de uma sistemática orientação técnica e educativa. O problema é de âmbito nacional e, portanto, sua solucão deve ser de iniciativa federal por meio da criacão da Escola Nacional de Florestas, subordinada à Universidade Rural. Ao lado disso, competiria também aos Estados promoverem, dentro de suas possibilidades, iniciativas de serem fundadas escolas regionais de silvicultura.

O exemplo, de certo, deve partir do poder central, mas, ao mesmo tempo faz-se necessária a colaboração dos governos estaduais, dos municípios e dos proprietários rurais, no sentido de um esfôrço generalizado, em benefício de tôda a coletividade.

Tanto o Ministério da Agricultura como do Interior poderiam incentivar a realização de congressos nacionais de silvicultura, com a participação dos Estados, reuniões essas em que seriam tomadas decisões e organizados programas de trabalho a serem aplicados em todo o país.

No que se refere particularmente ao Nordeste o panorama das reservas florestais é desolador.

São os seguintes os dados colhidos por A. J. de Sampaio (Fitogeografia do Brasil — 1934), segundo Gonzaga de Campos e trabalhos botânicos da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas.

Área de matas no Nordeste

Estados	Antigamente	Restante atual
Piauí	27,00%	14,2 %
Ceará	43,00%	18,4 %
R.G. do Norte	25,43%	12,00%
Paraíba	36,53%	0,82%
Pernambuco	34,14%	14,00%
Alagoas	27,95%	9,7 %
Sergipe	41,07%	0,1 %
Bahia	35,67%	19,7 %

Êsse quadro estarrecedor constatado em 1934, estamos certos de que os dados estatísticos atuais podem revelar uma situação mais negra ainda.

As fontes principais de arrasamento das matas nos estados nordestinos onde, principalmente, se cultiva a cana de açúcar, isto é, a zona da mata, residem no consumo de lenha das usinas, no combustível das locomotivas das estradas de ferro, bem como no gasto normal da população de tôda aquela região.

Se fizermos uma estimativa do consumo de lenha, de dormentes e de gasto com a população e nas usinas, nos Estados de Ceará, R.G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, na base de 10% por tonelada de cana moída, podemos formular o seguinte quadro.

Produção de cana-de-açúcar (1)
Safra 1957/58 — Em toneladas

Ceará	36.016
R. G. do Norte	225.042
Paraíba	515.374
Pernambuco (para açúcar)	6.919.275
Pernambuco (para álcool).	18.437
Alagoas	2.191.544
Total	9.896.685

Teremos, então, um consumo global de lenha, sòmente no período acima referido, que pode, sem exagêro, ser estimado em mais de um milhão de toneladas. Sòmente êsse fator representa uma destruição que, naquele curto espaço de tempo, corresponde a milhares de hectares de matas, sem que se observe a

(1) — Da Seção de Produção Rural do Conselho de Economia.

menor sombra ou tentativa de restauração ou substituição.

Eis aí, em tôda sua plenitude, o panorama dramático da região nordestina que, além de perseguida pelas sêcas periódicas, tem o problema agravado pela própria mão do homem e até mesmo pela inércia dos governos.

A chamada "Operação Nordeste" foi um movimento que mereceu aplausos uma vez que tal iniciativa iria receber a colaboração indispensável de uma equipe de técnicos e especialistas, tais como, ecologistas, engenheiros agrônomos, silvicultores, sanitaristas, economistas e sociólogos. Um programa tão vasto e complexo não poderia nunca ser resolvido através a sabedoria de um só especialista por mais que lhe atribuam possuído das bochechas de Eolo.

É o professor A. J. de Sampaio que ensina no seu trabalho: "Em Geografia Humana quando se estudam as diferenças entre o habitat urbano e o habitat rural, para definir o papel eutécnico da educação do povo, na melhoria dos sertões, tôdas as atenções se voltam logo para a melhoria do **quadro climato-botânico** de cada localidade, para que a vida humana tenha aí maiores *chances* ou probabalidades de prosperidade, a partir da fartura de **meios de subsistência** e riquezas naturais em geral". E, mais ainda, do mesmo professor: "Não é possível deter o fluxo e refluxo das populações, das cidades para os campos e vice-versa: o que se deve visar, em Economia Política, é assegurar por igual prosperidade aos campos e às cidades, para que não se verifiquém grandes crises de trabalho, por motivo das flutuações econômicas".

Não bastam transportes, energia elétrica, rodovias e instalações de novas indústriais. É preciso, ao lado de tudo isso, procurar fixar o homem ao solo, dando-lhe ambiente e condições de vida, através o estudo ecológico das diferentes regiões nordestinas, com a aplicação sistemática das correções técnicas necessárias. A exploração agrícola de cada região orientada tècnicamente, e o reflorestamento das zonas devastadas, devem merecer prioridade nos planos operacionais do Nordeste — ambos os assuntos indispensáveis para a fixação racional do homem ao solo.

"No Brasil a agricultura e as aglomerações rurais se vêm deslocando, na esteira das derrubadas, deixando atrás de si a desolação", são palavras de advertência do professor de Botânica do Museu Nacional, A. J. Sampaio.

As diferentes fontes de riqueza agrícola do Nordeste vivem às suas próprias custas, sem que lhes sejam facilitados os recursos de assistência técnica por parte do govêrno, mesmo porque êste amparo não existe. Haja visto o que acontece com agricultura da cana de açúcar que, apesar da existência de uma Estação Experimental, inúmeros são os agricultores e usineiros da região que se socorrem de sementes selecionadas em S. Paulo, em Campos e até provenientes de Java, das Antilhas e da Índia. O mesmo se poderá observar em relação ao algodão, à mamona, à carnauba, à riquíssima variedade de frutas — tudo isso entregue à sua própria sorte.

Na realidade, tudo está por ser feito em matéria de técnica agrícola no Nordeste, cujo subdesenvolvimento não poderá ser solucionado, apenas por meio da tentativa de sua industrialização. Energia elétrica, rodovias, transporte fácil, novas indústrias — tudo isso é muito útil e atraente, mas não pode frutificar em desertos. É indispensável, antes de tudo isso, procurar desenvolver os meios para a fixação do homem ao solo, dando-se-lhe as indispensáveis condições de vida.

"A fome no Nordeste é uma conseqüência da devastação da Natureza"! — é a conclusão a que chegou o eminente professor A. J. Sampaio.

Estamos colhendo no Nordeste os frutos de uma lamentável imprevidência ao lado de uma obstinada ignorância. As sêcas, de certo, representam um fenômeno climatérico inexorável, mas as suas conseqüências podem ser atenuadas ou corrigidas através um plano racional e cientìficamente organizado. O exemplo que o povo de Israel acaba de dar ao mundo é edificante. Nas terras de desertos milenares foi possível ao homem plantar florestas, brotar água, estabelecer culturas e, como conseqüências tiveram o povoamento de regiões até então áridas e secularmente abandonadas.

Entre os problemas que estão sendo equacionadas pela nova política de desenvolvimento do Nordeste, julgamos que o reflorestamento deveria merecer a maior atenção e mesmo prioridade. Na realidade, trata-se de medida de recuperação a longo prazo, mas que está a exigir sua inclusão no plano de recuperação econômica da imensa região nordestina. A melhoria de condições de vida dessas terras com a recuperação de suas antigas matas constituirá uma grande meta para os que se propõem solucionar os problemas que afligem aquêle extraordinário povo nordestino.

O exemplo de Israel é um desafio constante aos nossos governantes, e é aquêle exemplo que devemos seguir, tanto mais quanto as terras do nordeste apresentam-se em condicões infinitamente melhores que os páramos levantinos.

* * *

Sugestões em tôrno do problema do reflorestamento:

1) — Criacão da Escola Nacional de Florestas;
2) — Criacão da Escola de Silvicultura do Nordeste;
3) — Criacão de florestas e parques nacionais no Estados;
4) — Criacão de hortos florestais nos Estados;
5) — Incentivar o plantio de mudas para o reflorestamento, de acôrdo com as características ecológicas de cada região, sendo que no nordeste as zonas de mata, caatinga, agreste e sertão;
6) — Promoção de campanha sistemática nos estados de educacão sôbre reflorestamento, interessando os estados, os municípios e os proprietários de terras;
7) — Promoção junto a tôdas as rêdes ferroviárias a obrigatoriedade do plantio de árvores em parques, com o fim precípuo de abastecimento de dormentes e lenha;
8) — Estimular o reflorestamento por meio de projetos de lei, isentando do impôsto de transmissão "causa mortis" a parte do imóvel rural coberta de matas naturais ou artificiais, em condições mínimas para ser obtido o benefício;
9) — Idem, idem, isentando de pagamento de impôsto territorial a parte da área das propriedades rurais destinada ao plantio de florestas artificiais;
10) — Solenizar o dia da árvore, simultaneamente em todos os estados, interessando os municípios e os proprietários rurais, de modo a não se revestir, apenas, nüma demonstração coletiva do plantio em massa, sob a orientação dos serviços florestais;
11) — Promover junto aos sindicatos e cooperativas dos usineiros e donos de engenhos a preservacão dos topos dos montes e serras, de modo que a cultura atinja sòmente até certa altura ou orla dos referidos morros;
12) — Instituicão de um prêmio para o proprietário que melhor serviço de reflorestamento e fruticultura apresentar em suas terras;
13) — Promoção anual de um congresso de reflorestamento em todo o país;
14) — Promoção de combate sistemático à saúva e às pragas que assolam o plantio das árvores.

OS PRESIDENTES DO I. A. A. (III)

HUGO PAULO DE OLIVEIRA

1933/1969

DR. JOSÉ ACIOLY DE SÁ
(*Vice-Presidente*)

(Agôsto a Novembro de 1954)

Com a saída do Dr. Gileno Dé Carli, até que fôsse nomeado nôvo titular, o Dr. Acioly de Sá, na qualidade de Vice, assumiu a Presidência por cêrca de 4 meses.

Nêsse período, o Dr. Acioly manteve em dia todos os trabalhos de rotina, conservando a Casa em boa ordem para ser entregue ao nôvo Presidente que viesse a ser nomeado.

O Dr. Acioly distinguiu-se por sua esmerada educação no trato com as pessoas, um perfeito *gentleman* que soube honrar o pôsto no interregno de duas Administrações.

DR. CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

(Novembro de 1954 a dezembro de 1955)

Tomou posse em 23 de novembro de 1954.

Como todos sabem, o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti foi grande líder revolucionário do nordeste em 1930, época em que fundou, no Recife, os jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*. Com a vitória da revolução, foi Interventor Federal e Governador do Estado de Pernambuco e, porteriormente, nosso Embaixador no México, Deputado Federal e tantos outros honrosos títulos que o credenciaram como homem público da maior significação para o país.

Exerceu a Presidência do Instituto na época conturbada e transitória do Govêrno Café Filho, não lhe sendo possível, por isso, traçar planos de longo prazo, em sua administração.

Registramos, no tempo do Dr. Carlos de Lima, os planos de safra de açúcar, álcool e aguardente para 1955/56; o aprimoramento do pagamento de canas de fornecedores, através da Resolução 1.119, de 14/7/55; a modificação dos planos de safra em relação à região centro-sul, com as adaptações necessárias a que fôssem minorados os prejuízos impostos pelas geadas ali ocorridas, na época.

Destacamos, ainda, a criação do serviço de contrôle administrativo das Destilarias Centrais do Instituto, que passou a ser exercido pelo Serviço Especial de Álcool Anidro e Industrial (SEAAI), de modo a que a execução dos planos de defesa das safras de álcool por aquêles órgãos tivesse uma unidade de comando.

Estabeleceu, também, a Administração Carlos de Lima, inspeção nos órgãos regionais, designando Grupos de Trabalho para a execução da tarefa, providência que ofereceu os melhores resultados no que diz respeito aos melhoramentos dos serviços administrativos introduzidos naquêles órgãos.

É do que nos lembramos, na época do saudoso Presidente Carlos de Lima Cavalcanti.

Em dezembro de 1955, deixava êle a Presidência do Instituto para ir exercer outros elevados cargos públicos, sempre servindo à comunidade. E sempre admirado por todos, por seu espírito justo, pela pureza dos seus ideais.

DR. AMARO GOMES PEDROSA

(Dezembro de 1955 a agôsto de 1956)

Ilustre advogado pernambucano, o Dr. Amaro Gomes Pedrosa assumiu a Presidência do Instituto em 2 de dezembro de 1955.

No primeiro semestre de 1956, sob a Presidência do Dr. Amaro Pedrosa, a Comissão Executiva baixou Resoluções antecipando a safra do sul, em virtude da necessidade de se começar a produzir antes de junho, e aprovando os planos de safra de açúcar, de álcool e de aguardente.

De saúde precária, o Dr. Amaro Pedrosa voltou ao Recife para ali buscar os recursos médicos que pudessem recuperá-lo para a saúde, para a vida. Não o conseguiu. Em pleno exercício da Presidência do Instituto, faleceu, interrompendo, assim, uma Administração que o tempo não deixou siquer que se configurasse, por sua implacável exigüidade.

DR. EPAMINONDAS MOREIRA DO VALE
(*Vice-Presidente*)

(Agôsto de 1956 a janeiro de 1957)

Assumiu a Presidência do Instituto como substituto automático, em virtude do falecimento do Dr. Amaro Gomes Pedrosa.

Naquêles meses em que o Dr. Epaminondas estêve no exercício da Presidência, todos se lembram de sua afabilidade, de sua figura simpática e agradável, sempre elegante, trajado com apuro, um dos melhores bate-papos que já conhecemos.

Naturalmente não se poderia exigir de uma Administração provisória que, apenas, aguardava a nomeação do nôvo titular, não se poderia exigir, dizíamos, que fôssem traçados altos planos e projetos, inteiramente incompatíveis com a transitoriedade da situação.

Por isso, o Dr. Epaminondas limitou-se a manter rigorosamente em dia todos os trabalhos de rotina da Presidência, despachando os expedientes já convenientemente informados, atendendo às partes com sua finura de trato, mantendo, enfim, dentro da maior dignidade, o alto nível das administrações de nossa Casa.

DR. MANOEL GOMES MARANHÃO

(Janeiro de 1957 a fevereiro de 1961)

Tomou posse em 3 de janeiro de 1957.

Sentimo-nos na maior dificuldade para dizer sôbre a Administração do Dr. Gomes Maranhão; a verdade é que fomos seu Chefe de Gabinete e não é difícil compreender que a convivência, os laços de amizade, a grande admiração que sentimos por aquêle ilustre jornalista pernambucano, por têrmos testemunhado a capacidade de administração que demonstrava, no seu modo peculiar; os atos de bondade com que constantemente nos comovia; a grandeza do seu espírito sem medo e sem ódios; a agudeza de sua inteligência e espantosa rapidez de raciocínio; a serenidade sempre demonstrada naquêles momentos mais difíceis da adversidade; tudo, tudo, traria, certamente, enorme prejuizo à isenção com que nos esforçaríamos para descrever os principais atos da Administração do Dr. Gomes.

De sorte que, para não sermos traídos por tão relevantes circunstâncias mas não querendo, também, deixar um hiato na seqüência histórica dos principais fatos ocorridos nas diversas administrações descritas, nos limitaremos a enumerar, fria e estatìsticamente, o que ficou registrado nos anais do Instituto, durante êsse tempo.

Abrimos, apenas, uma excessão, para dar ênfase à criação do Museu do Açúcar (Resolução 1.475/60), que funciona no prédio localizado na Avenida 17 de Agôsto, n.º 2.223, no bairro do Monteiro, Recife, Pernambuco.

Se o fazemos, é porque julgamos que a obra, não tendo pròpriamente relação com as atividades político-econômico-financeiras do Instituto, representa importante marco no cenário cultural da Nação, ainda mais porque não existe, no mundo, instituição similar.

Isto posto, passemos a relacionar os assuntos que nos parecem principais, contidos nas Resoluções da Comissão Executiva presidida pelo Dr. Gomes Maranhão, ao tempo de sua Administração:

— 1957 —

1.212 — Aprova o Regimento Interno da Comissão Especial de Defesa de Safra.

1.221 — Providências sôbre executivos fiscais.

1.223 — Exportação. Dispõe sôbre produção de demerara em S. Paulo e Estado do Rio.

1.226 — Plano de Safra. Destina .... 6.684.000 sacos de demerara para exportação.

1.227 — Dispõe sôbre o levantamento do custo agrícola.

1.284 — Dispõe sôbre a limitação da produção açucareira, elevando de 33.120.685 para 47.750.000 sacos a cota global de produção do país.

— 1958 —

1.292 — Plano de Safra. Destina ..... 12.291.739 sacos de demerara para exportação.

1.315 — Dispõe sôbre a exportação de demerara produzido em São Paulo.

1.342 — Dispõe sôbre a competência dos serviços da Divisão Jurídica.

1.353 — Destina à exportação a produção extra-limite dos Estados do Paraná e R. G. do Norte.

— 1959 —

1.367 — Fixa o início da moagem em 1.º de junho para o sul e em 1.º de setembro para o norte.

1.368 — Regulamenta as Inspetorias Técnicas do S.T.I. nos Estados.

1.380 — Plano de Safra. Fixa o fim da safra em 31 de dezembro, no sul, e em 31 de março, no norte. Destina 10.894.790 sacos de demerara à exportacão. Mercado interno, 40.000.000 de sacos. Total de produção autorizada, 50.894.790 sacos.

— 1960 —

1.466 — Institue regime de trabalho e remuneração para os serviços da D.A.F.

1.472 — Plano de Defesa da Safra 1960/61. Produção autorizada, ... 50.894.790 sacos; mercado interno, 41.658.854 sacos; mercado externo, 9.235.956 sacos.

1.475 — Cria o Museu do Açúcar e dá outras providências.

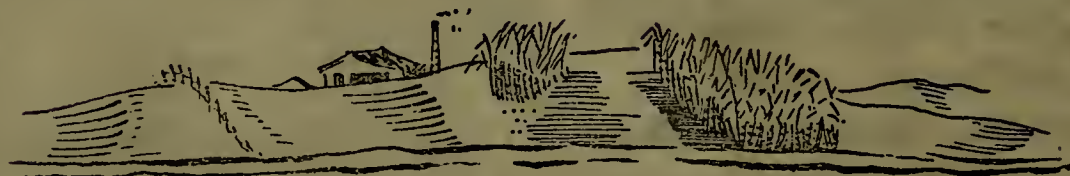
1.476 — Modifica o Plano de Safra, aumentando de 4.500.000 sacos de demerara a cota de exportação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Produção de açúcar — Aumentou de 33.120.685 para 50.894.790 sacos por safra (17.774.105)

Exportação — O Brasil havia se retirado do Convênio Internacional do Açúcar no tempo do Dr. Gileno Dé Carli, por lhe ter sido negada a justa cota pleiteada. Voltou, no entanto, a pertencer ao Convênio da Administração Gomes Maranhão, durante a qual exportou cêrca de 45.000.000 de sacos e se tornou, por conseqüência, exportador tradicional no mercado mundial, a ponto de, hoje, o açúcar desfruta do 3.º lugar nos produtos nacionais de exportação, industrializados.

Em fevereiro de 1961, o Dr. Manoel Gomes Maranhão deixou a Presidência do Instituto. Mas voltaria a ocupá-la, como oportunamente diremos, para a alegria de muitos, principalmente do funcionalismo da Casa, de quem foi sempre muito querido.

(Continua)

MERCADO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

INFORMAÇÕES DE M. GOLODETZ

Recebemos, de Londres, com data de 3 de fevereiro, as informações e observações de M. Golodetz sôbre a situação açucareira mundial, as quais reproduzimos em seguida.

Na semana anterior a essa correspondência chegara a seu término o encontro de 14 dias do Conselho da Organização Açucareira Internacional. O presidente, sr. A. Lajous, dissipou os rumores recentes de uma restrição de 15% nas quotas ao anunciar que as quotas iniciais para 1969 seriam fixadas em 90% do básico. De acôrdo com o artigo 48 do Acôrdo o Conselho manterá a situação do mercado sob constante exame e novos ajustamentos de quotas serão considerados com relação ao preço do mercado. A decisão do Conselho sôbre as quotas resultou de um levantamento estatístico segundo o qual as estimativas de exportação para 1969, de países não signatários, mais 90% da quota básica do acôrdo internacional, montarão a cêrca de 8 1/2 milhão de toneladas, o que iguala as necessidades de importação.

Membros do subcomité do organismo internacional esperavam permanecer em Londres por outra quinzena a fim de completar as regras de procedimento para operar o Acôrdo.

O dr. Raul Prebisch, falando à Conferência, comentou a propósito dos estoques de reserva. Informou que os membros do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial haviam feito algum progresso na questão do financiamento dêsses estoques. Admitia a possibilidade de que o financiamento de tais estoques seriam fortalecidos por facilidades oferecidas em nível internacional.

Durante o período em que o antigo Acôrdo Internacional do Açúcar foi capaz de manter um preço entre um mínimo e um máximo, Cuba mantinha uma reserva de 1 1/2 milhão de toneladas para os Estados Unidos e um milhão de toneladas para o mercado mundial. Essas reservas eram financiadas por bancos e negociantes fora de Cuba e principalmente sediados nos Estados Unidos. O sistema era um dos sustentáculos do antigo acôrdo. É significativo que Cuba esteja trabalhando por uma safra record em 1970: falam em dez milhões de toneladas. O comércio em geral espera algo em tôrno de 8,5 milhões de toneladas. Quererá isso dizer que Cuba pretende um esquema pelo qual os estoques sejam financiados por um fundo internacional?

O Mercado Comum Europeu enviou uma importante delegação de observadores ao encontro do Conselho Internacional do Açúcar. Isso se seguiu à proposta do dr. Sicco Mansholt à Comissão em Bruxelas, no comêço de janeiro, segundo a qual a produção açucareira da Comunidade, incluindo a dos Departamentos franceses de além-mar, poderia ser orientada de tal modo que não excedesse a demanda do consumo humano em mais de 600.000 toneladas. Depois de levar em consideração a quantidade de açúcar usada nos países do Mercado Comum Europeu para a alimentação do gado, a quota de 300.000

toneladas, atribuída pelo Conselho Internacional, pareceu razoável. Os interêsses açucareiros na área do Mercado Comum têm solicitado uma quota de .. 1.200.000 toneladas. A proposta do dr. Mansholt terá, sem dúvida, forte oposição da França. Não obstante, as perspectivas de os países do Mercado Comum se associarem ao Acôrdo Internacional estão melhorando. É de se esperar que as experiências do Mercado Comum Europeu em outros produtos agrícolas venham a acelerar um trato açucareiro realizável.

No dia 30 de janeiro, F. O. Licht publicou sua primeira estimativa do saldo açúcareiro mundial para o ano-safra 1968/69. A cifra para os estoques finais dêsse ano-safra, dada como 17.406.000 toneladas métricas, valor bruto, está muito de acôrdo com o ponto-de-vista atual do mercado e causou pouca surprêsa. As cifras do ano passado, dadas para comparação, mostraram terem sido feitos ajustes totalizando quase um milhão de toneladas para um estoque final de ... 18.905.000 toneladas para o final de agôsto de 1968.

O comércio do produto disponível, bruto ou refinado, continua a ser feito em escala limitada. Os cristais estão em tôrno de £ 28 F.O.B., estivado na Europa e o produto bruto em mãos intermediárias na paridade do preço diário londrino. Vendedores diretos e signatários do Acôrdo Internacional, mesmo na falta de compradores, estão evitando oferecer o produto.

A atual estagnação do mercado removeu muitos interêsses especulativos. O clima no comércio continua a ser confiante diante das perspectivas de um Acôrdo Internacional plausível. É possível que os valôres melhorem, não porém, necessàriamente, em futuro próximo.

BIBLIOGRAFIA

Trabalho e Trabalhadores na Indústria Açucareira

APOSENTADORIA para os trabalhadores da industria açucareira de Cuba, *Brasil açucareiro* de Cuba. Brasil açucareiro, Rio de Janeiro. 23(4):377, abr. 1944.

ASSISTÊNCIA ao trabalhador da República Dominicana. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 33(4):438, abr. 1949.

ASSISTÊNCIA médica aos trabalhadores rurais campistas. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 35(5):476, maio 1950.

AZZI, Gilberto Miller — Administração, mão-de-obra e custo de produção. In: ———— *Estudo da situação agro-industrial e econômico financeiro das usinas de açúcar do Estado de Mato Grosso, levantamento do problema agrícola* |Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Álcool, 1965. p. 37-9.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — A definição do fornecedor. In: ———— *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira.* Rio de Janeiro, Zélio Valverde |1943| Cap. 17, p. 257-92.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — O lavrador, antes da usina. In: ———— *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira.* Rio de Janeiro, Zélio Valverde |1943| Cap. 1, p. 5-16.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — A situação do operário. In: ———— *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira.* Rio de Janeiro, Zélio Valverde |1943 Cap. 15, p. 215-31.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — As usinas e os fornecedores. In: ———— *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira.* Rio de Janeiro, Zélio Valverde |1943| Cap. 2, p. 17-26.

BRASIL. Instituto do Açúcar e do Álcool. — Concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira; ato n. 18/68 — de 1º de julho de 1968. *Brasil açacareiro,* Rio de Janeiro. 72(1):29-32, jul. 1968.

BRASIL. Instituto do Açúcar e do Álcool. Comissão Executiva — Assistência social ao trabalhador canavieiro. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 42(1):61-3, jul. 1953.

BRASIL. Instituto do Açúcar e do Álcool. Divisão de Assistência à Produção — Assistência médico-Hospitalar aos trabalhadores na lavoura e na indústria açucareira de Pernambuco. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 29(6:520-33, jun. 1947.

BRASIL. Instituto do Açúcar e do Álcool. Presidência — Assistência aos trabalhadores. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 71(2):89-93, fev. 1968.

CABRAL. Theodoro — O regimen de trabalho nos engenhos segundo Antonil. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 5(5):281-3, jul. 1935.

CONDIÇÕES de trabalho na Ilha de Santa Lúcia. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 11(2): 121, abr. 1938.

AS CONDIÇÕES sanitárias das fazendas canavieiras de Havaí. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 23(4):374, abr. 1944.

CONSTRUÇÃO de um hospital da agro-indústria do açúcar em Maceió. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 32(3-4):304-7, set./out. 1948.

CROSS, Wiliam Ernest — Desocupação periódica dos trabalhadores da indústria açucareira e possibilidades de remediá-la. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 25(5):404-10, maio 1945.

DÊ CARLI, Gileno — A consciência de fornecedor. In: ———— *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1943 p. 169-200.

DÊ CARLI, — O início da grande luta de classe. In: ———— *O processo histórico da usina em Pernambuco.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1942. p. 32-30.

DÊ CARLI, Gileno — O lavrador. In: ———— *O processo histórico da usina em Pernambuco* Rio de Janeiro, Pongetti, 1942. p. 45-50.

DÊ CARLI, Gileno — O regime de trabalho agrícola. In: ———— *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1943. p. 85-125.

DÊ CARLI, Gileno — O trabalhador. In: *Aspectos açucareiros de Pernambuco.* Rio de Janeiro. |s. ed.| 1940. p. 14-21.

DE CARLI, Gileno — Usineiros versus fornecedores de cana. In: ——————— *Aspectos de economia açucareira*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1942. p. 290-5.

DIARIO DA NOITE, Rio de Janeior — Plano de assistência ao trabalhador do açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 38(3):255-6, set. 1951.

GARCIA MENDEZ, J. B. — La negociacion coletiva en la industria azucarera. *Revista de Agricultura de Puerto Rico,* San Juan. 48(2): 123-4, jul./dic. 1961.

GÓMEZ ALVAREZ, Felipe — Quince añon de labor. Yaritagua, Estacion Experimental de Occidente 1965.51 (Yaritagua, estacion Experimental de Occidente. Bol. n. 74).

GUERRA Y SANCHEZ, Ramiro — El sector del agricola de la industria. Colonias y colonos. Qué se entiende por colonia y colonos, subcolono y colonato. In: ——————— *La industria azucareira de Cuba, su importancia nacional, su organización, sus mercados, su situación actual*. Habana, Cultural s.a., 1940. Cap. 3. p. 99-139.

GUERRA Y SANCHEZ. Ramiro — El septor del trabalho en la industria azucareira de Cuba; en los ingenios y en los colonias se utilizan miles de empleados y obreros durante el tiempo muerto y el período de la zafra. La Habana, Cultural s.a. 1940. Cap. 4, p. 140-80.

O HORARIO da indústria açucareira na França. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 12(2): 21, out. 1938.

THE INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL, Londres — Defesa contra acidentes de trabalho nas plantações de cana no Havaí. *Brasil acucareiro,* Rio de Janeiro. 18(3):255-6, set. 1941.

THE INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL, Londres — As fazendas canavieiras da Luisiana. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 19 (4):400-2, abr. 1942.

LEDOR, O. — O plantador de cana e o usineiro. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 19(2): 112-5, fev. 1942.

LEITE, José de Oliveira — Ambulatório; linha principal a ser seguida na política de saúde do trabalhador açucareiro. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 36(1):78-81, jul. 1950.

LEITE, José de Oliveira — A assistência médico-hospitalar entre fornecedores de cana da Bahia. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 41 (5):510-14, maio 1953.

LEITE, José de Oliveira — A assistência médico hospitalar, nas usinas de Pernambuco, à luz de um inquérito, *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 35(1):90-2, jan. 1950.

LEITE, José de Oliveira — A assistência médico-social ao trabalhador açucareiro em Sergipe. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 36(4): 451, out. 1950.

LEITE, José de Oliveira — Assistência médico-social aos trabalhadores de usinas. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 32(1-2):112-4, jul./agô. 1948.

LEITE, José de Oliveira — Condições de saúde do homem do açúcar em Minas Gerais. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 36(5):578-83, nov./dez. 1950.

LEITE, José de Oliveira — Condições de saúde do trabalhador do açúcar em São Paulo. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 36(5-6):578-83, nov./dez. 50.

LEITE, José de Oliveira — Condições de saúde do trabalhador do açúcar nas usinas da Bahia. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 35(3):339-42, mar. 1950.

LEITE, José de Oliveira — Critério científico na planificação da assistência médica social ao trabalhador de açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 39(5):442-7, maio 1952.

LEITE, José de Oliveira — Idéias em tôrno de uma assistência médico-hospitalar ao trabalhador do açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 32(1-2). 140-44, jul. agô. 1948; 32 (3-4):334-47, set./out. 1948; 32(5):462-71, nov. 1948; 33(1):68-77, jan. 1949.

LEITE, José de Oliveira — Pernambuco e a situação médico-social dos trabalhadores de suas usinas. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 36 (3):333-5, set. 1950.

LEITE, José de Oliveira — Situação médico-social, na agroindústria açucareira das Alagoas, antes e depois do decreto-lei n. 9.827. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 35(2):199-202, fev. 1950.

LEITE, José de Oliveira — Sôbre um plano assistencial para os fornecedores da cana de Pernambuco. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 41(6):608-16, jun. 1953.

LEITE, José de Oliveira — Uso e abuso do conceito de assistência médico-social na indústria açúcareira. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 33(6):671-8, jun. 1949.

MAXWELL, Francis — The labour question. In: ——————— *Economic aspectos*. Cap. 6, p. 77-90.

MEJIA CASTAINGS, Exio A. — Nueetras experiencias en el trabajo por unidad en el canaveral puertorriqueño. *Revista de Agricultura de Puerto Rico,* San Juan. 48(2):114-7, jul./dic. 1961.

MELO, Mario Lacerda de — Assistência ao trabalhador canavieiro. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 22(1):78-9, jul. 1943.

MELO, Mario Lacerda de — Lavradores de engenhos e fornecedores de usinas. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 22(6).502-7; dez. 1943.

MEYER, Antônio Corrêa — Sistemas de organização do trabalho agrícola, molalidades de salário, função social da usina, padrão de vida. In: ——————— *A cultura da cana e a indústria açucareira em São Paulo*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1941.

MEXICO, Comisión de la Caña de Azúcar — Reacomodo agrario en las zonas cañeras. *CNCA*, Mexico. 2(8):s.n.p. Jul. 1950.

MILET, Henrique Augusto — Parenthesis. In: ——————— *A lavoura da cana de açúcar*. Recife, Tip. do Jornal do Recife, 1881, p. 12-7.

MONITOR CAMPISTA, Campos — Assistência médico-hospitalar ao trabalhador do açúcar. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 32(5):440-1, nov. 1948.

MONITOR CAMPISTA, Campos — Assistência médico-social ao trabalhador do açúcar. Brasil açucareiro, Rio de Janeiro. 31(4):436-8, abr. 1948.

RAMIREZ, José — El campesino, sujeto de credito. In: —— *La tierra, lo humano y el azúcar*. Mexico, Secretaria de Agricultura, 1967. p. 102-6.

RAMIREZ, José — Lucha contra la miseria del hombre. In. —— *La tierra, lo humano y el azúcar*. Mexico, Secretaria de Agricultura, 1967. p. 107-38.

REINVIDICAÇÕES dos trabalhadores canavieiros argentinos. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 32(3-4):385, set./out. 1948.

REVEREND Y BRUSONE, Julio J. — Escravartura, usina de açúcar e trabalho assalariado. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 21(1): 534, jan. 1943.

ROSALES G., Juan José — La industria azucareira en el probleam de la habitación popular. *Boletin azucareiro mexicano*, Mexico, D. F. (157):25-8, Jul. 1962.

O SALÁRIO mínimo na industria açucareira da Argentina. *Brail açucareiro*, Rio de Janeiro. 20(4):375, out. 1942.

SALES, Apolonio — O homem. In: —— *Hawaii açucareiro* |Recife| Instituto de Pesquisas Agronômicas, 1937. p. 278-88.

SCHLEH, Emimio J. — Salarios. In: —— *La industria azucareira Argentina*. Buenos Aires |s.ed.| 1910, p. 122-6.

A SITUAÇÃO dos fornecedores e dos trabalhadores rurais, na indústria açucareira. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 24(5):482-9, nov. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — Alimentação do trabalhador em usina de açúcar. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 22(1):76-7, jul. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Alimentação do trabalhador na indústria açucareira. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 22(6):508-13, dez. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Alimentação do trabalhador na indústria açucareira do Estado de Minas Gerais. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 22(4).299-303, out. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Alimentação do trabalhador na indústria açucareira fluminense. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 23(2):160-5, fev. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — Alimentação do trabalhador na indústria açucareira paulista. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 22(5):405-10, nov. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Alimentação do trabalhador na indústria açucareira nergipana, *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 23(1):38-42, jan. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — A assistência medicosocial nas zonas canavieiras do Brasil. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 24(6):741-2, dez. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — Calorias e resultados do inquérito sôbre a alimentação dos trabalhadores na indústria açucareira fluminense. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 22(3): 206-7, set. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Condições alimentares do trabalhador na indústria açucareira do Brasil. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 23(3):292-7, mar. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — A habitação nas zonas e canavieiras do Brasil. Brasil açucareiro, Rio de Janeiro. 23(4):372-74, abr. 1944; 23()5:456-8, maio 1944; 23(6):546-51, jun. 1944; 24(1).37-41, jul. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — A mobilidade do trabalhador nas zonas canavieiras do Brasil. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 24(2):195-202, agô. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — Padrão de vida do trabalhador rural. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 21(6):597-605, jun. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Poblema alimentar na indústria açucareira. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 22(2):132-33, agô. 1943.

VASCONCELOS TÔRRES — Proporções de tipos étnicos nas zonas canavieiras do Brasil. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 24(5):582-4, nov. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — O salário do trabalhadro na agro-indústria do açúcar. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 24(3):300-7, set. 1944.

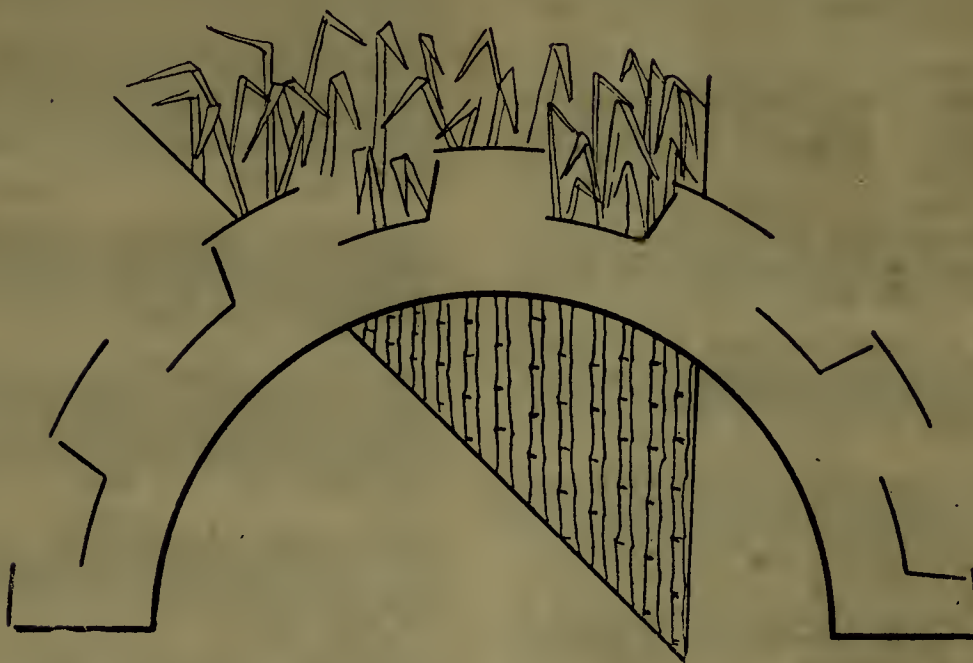
VASCONCELOS TÔRRES — Situação civil do trabalhador na agro-indústria do açúcar no Brasil. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 24 (4):397-400, out. 1944.

VASCONCELOS TÔRRES — Sub-alimentação dos operários que trabalham em usinas de açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 16 (3):238-9, set. 1940.

VASCONCELOS TÔRRES — Variação do nível e situação escolar nas zonas canavieiras do Brasil. *Brasil açucareiro.* Rio de Janeiro. 25 (2):138-40, fev. 1945.

TOUS, Raúl J. — En corte de caña el trabajo por unidad paga salários más altos. *Agricultura al Dia,* Puerto Rico. 7(2):9, sep. 1960.

TOUS, Raúl J. — El trabajo por unidades e incentivos aplicado a las operaciones de campo de la industria azucareira. *Revista de Agricultura de Puerto Rico,* San Juan. 48(2).111-3, Jul./Dic. 1961.

VELMONTE, José E. — A situação dos colonos na Central Calamba nas Filipinas. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 19(2-:191-7, fev. 1942.

DESTAQUE

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA DO I.A.A.

LIVROS:

BANCO DE MEXICO, S. A. Mexico. Departamento de Estudios Economicos. Biblioteca. Mexico — *Biblioteca economica de Mexico (1967)*. Mexico, D.F., 1968. 114 p. 20,5 cm.

BRASIL. Instituto do Açúcar e do Álcool. Divisão de Assistência à Produção — *Análise em cana-de-açúcar para efeito de pagamento...* |Rio de Janeiro| 1968. 146 p. 31,5 cm.

BRASIL. Serviço de Estatística e Economia Financeira — *Comércio de cabotagem do Brasil por principais mercadorias, segundo procedências e destinos*. Rio de Janeiro, 1967. 198 p. 26,5 cm.

BRASIL. Serviço de Estatística Econômica e Financeira — *Movimento bancário do Brasil, dezembro,* 1966/1967. Rio de Janeiro, 1968. 167 p. 21,5 cm.

HAHN, Peter A. — *Chemicals from fermentation*. New York, Dougleday & co., 1968. 112 p. il. 22 cm. (The Chemistry in Action Series).

JONES, D. G. — *Chemistry and industry; applications of basic principles in research and process development*. London, Clerendon press, 1967. 217 p. il. 22 cm.

MEREIRA, Eidorfe — *Belém e sua expressão geográfica*. Belém, Imprensa Universitária, 1966. 174 p. 22 cm.

MORRISON, Robert Thornton & BOYD, Robert Neilson — *Orianic chemistry*. *2 nd. ed.* Boston, Allyn and Bacon, 1966.

PURCHAS, Derek B. — *Industrial filtration of liquids*. London, Leonard Hill, 1967. 463 p. il. 21 cm.

FOLHETOS:

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., Fortaleza — *Teconologia e desenvolvimento*. Fortaleza, 1968. 25 p. 20,5 cm.

FIVES-Lille-Cail, Paris — *Manutention continue*. Paris, 1966. 48 p. il. 24 cm.

KENNING VOSS, Guillermo — *Fertilizantes en caña de azucar; ensayos regionales en Tucuman (Republica Agentina)*. Rucuman, Estacion experimental agropecuaria Famaillá, INTA, 1967. 23 p. 26,5 cm. (Tucuman. Estacion experimental agropecuária Familla, INTA. De IDIA, N.239).

RIBEMBOIM, José Alexandre — *Contribuição ao estudo da biologia da cigrarrinha da cana de açúcar ("Masanarva indicata", Distant 1909) em Pernambuco*. Recife, Comissão de combate às pragas da cana de açúcar no Estado de Pernambuco, 1967. 14 p. 22,5 cm. (Recife. Comissão de Combate às pragas da cana de açúcar no Estado de Pernambuco. Publicação n. 23).

SÃO PAULO. Departamento da Produção Vegetal — *A lavoura e as autoridades financeiras do país*. Campinas, 1968. 26 p. 22 cm.

SILVA NETO, J. M. da Rosa — *Contribuição ao estudo da zona da mata em Pernambuco; (aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar)*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966. 64 p. il. 22,5 cm.

ARTIGOS ESPECIALIZADOS

CANA-DE-AÇÚCAR

ARVIER, A. C. — The use of plastic streamers to identify cane stalk. *The International Sugar Journal,* London. 70(840):360-1, Dec. 1968.

CANAVIAL pode virar pasto. *Copercotia,* São Paulo. 25(230):24-6, dez. 1968.

HANDOJO, H. — The Indonesian Sugar Experiment Station. *Taiwan Sugar,* Taipei. 15 (5):7-9, Sep./Oct. 1968.

LEU, L.S. — Smut of sugar cane; discovered at Hsici Quarantine nursey in Taiwan. *Taiwan Sugar,* Taipei. 15(5).23-4, Sep./Oct. 1968.

MACRITCHIE, A. J. — Statistical characterization of phospho-derecation of cane juice. *The International Sugar Journal,* London. 70 (840):362-5, Dec. 1968.

MECHANICAL preparation of compost at Tsing-Pu cane plantation. *Taiwan Sugar,* Taipei. 15(5):15, Sep./Oct. 1968.

PENG, H. S. — Relationship between rainfall and sugarrcane production. *Taiwan Sugar,* Taipei 15(5):16-22, Sep./Oct. 1968.

QUANTITATIVE use of phosphate fertilizers for sugarcene and factors affecting their efficiency. *The South African Sugar Journal,* Durban. 52(11):989-99, Nov. 1968.

RANA, O. S. GUPTA, S. C. — An easy method of screening out rot susceotable varieties at initial stages of multiplication. *Indian Sugar,* Calcutta. 18(6):447-52, Sep. 1968.

SINGH, Hukam & HAQ, Alimul — Trial of some new insectides for the control of sugarcane whitefly in Uttar Pradesh. *Indian Sugar,* Calcultta. 18(6):457-9, Sep. 1968.

SOUZA, Antônio José de — Mosquito perturba o sorgo. *Copercotia,* São Paulo. 25(299):57-9, nov. 1968.

UPADHIAYA, U. C. — The Introduction to cane sugar industry; part I. *Indian Sugar,* Taipei. 18(6):441-6, Sep. 1968.

USINEIROS e fornecedores descontentes. *Copercotia,* São Paulo. 26(231):29-30, jan. 1969.

VALLENCE, L. G. — Crichton self-propelled cane harverter. *The Australian Sugar Journal,* Brisbane. 60(7):379;383, Oct. 1968.

AÇÚCAR

EL AZUCAR, puete de amstad con EE. UU. *La Industria azucarera.* Buenos Aires. 74 (899).263, Oct. 1968.

THE BULK sugar terminal; flowering geometry. *The South African Sugar Journal,* Durban, 52(11):970-1, Nov. 1968.

THE BULK terminal... chairman review nother year's operations. *The South African Sugar Journal,* Durban. 52(11):973-5, Nov. 1968.

KOTHARI, D. C. — The South Indian sugarcane ande sugar technologists's Association first annual convention. *Indian Sugar.* Calcutta. 18(6):473-6, Sept. 1968.

MURPHY, Tom O. — Disertacion de lo señor Tom O. Murphy. *Boletim azucarero* mexicano. Mexico, D. F. 10:13, Jul. 1968.

SUGAR industry remains life-blood... diversification plans in Mauritius. *The South African Sugar Journal,* Durban. 52(11):981, Nov. 1968.

Tecnologists visit S.M.R.I. and terminal. *The South african Sugar Journal,* Durban. 52 (11):960-1, Nov. 1968.

YANG, P. T. — A brief study of the relationship between Taican Sugar industry and its growers. *Taiwan Sugar,* Taipei. 15(5):25; 27, Sep./Oct. 1968.

COMERCIO DO AÇÚCAR

ADMINISTRATIVE aclating to 1969 sugar supplies. *Sugar report,* Washington, (199):12-4, Dec. 1968.

BULGARELLI, Waldírio — IAA dificulta concessão de terras. *Copercotia,* São Paulo. 25 (230):41, dez. 1968.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR —Production, consumption and stock: 1965 to 1967. *Statistical bulletin,* London. (12).11-5, Dec. 1968.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR —Sugar supply and distribution by countries, 1966. *Statistical bulletin,* London. 27(12):3-10, Dec. 1968.

DIO a conocer Licht su primera estimación sobre la produccion de azucar en 1968/69: el total mundial superaria en casi 2.000.00 de toneladas al anterior. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(899):268, Oct. 1968.

ENTRARA en vigencia el 1º de Enero de 1969 el nuevo acuerdo internacional azucarero; regula los precios del mercado libre y fija las cuotas de exportación. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(898-233, Eept.. 1969.

ES POSIBLE que se llegue al equilibrio entre oferta y demanda en el mercado libre como consecuencia de las cuotas que fija el nuevo acuerdo internacional. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(899):265, Oct. 1968.

ESTADOS. Unidos 1969: 10.600.000 ton. cortas asignando a la Argentina una cuota de 54.636. *La Industria azucarera,* Buenos Aires 74(898): 231, Set. 1968.

MARKET review. *Sugar report.* Washington (199):2-5, Dec. 1968.

MERCADO mundial; cotizaciones en la bolsa de Nueva York. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(899):2-8, Oct. 1968.

M. GOLODETZ & CO. — Pese a sus altibajos el mercado libre presentó a fines de setiembre un aspecto bastante aceptable, si bien se considera que el azúcar sigue siendo demasiado barato. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(898):229, Set. 1968.

MODERACIÓN en el optimismo y en el pesimismo de firmas internacionales al comentar el nuevo acuerdo. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(899).267, Oct. 1968.

MURPHY, Tom O. — A talk. *Sugar report,* Washington (199):6-11, Dec. 1968.

UN NUEVO acuerdo baseado en la buena fe. *La Industria azucarera*. Buenos Aires. 74(898): 227, Set. 1968.

PROPOSED sugar requirements for 1969 announced. *Sugar report,* Washington (198):13 6, Nov. 1968.

SUGAR polocy for 1968-69. *Indian Sugar,* Calcutta. 18(6):419-20, Sep. 1968.

ARTIGOS DIVERSOS

HASHIZUME, Takuo — Valor alimentar do vinho. *O engarrafador,* São Paulo. 4(31):14-27, jan. 1969.

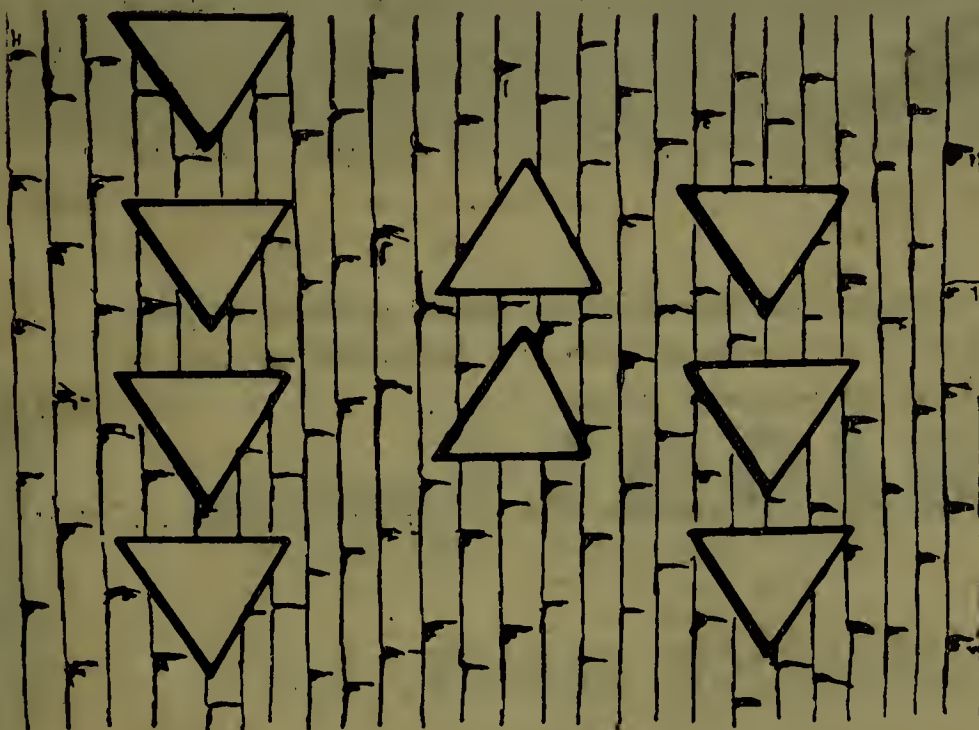
KRUGLICOFF, Suzana R. — Efectos metabolicos de los edulcorantes artificiales. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(898):245-51, Set. 1968.

PUEDE causar gravisimos efectos la ciclohexilamina derivada de los ciclamatos ingeridos en alimentos y en bebidas que contienen edulcorantes artificiales. *La Industria azucarera,* Buenos Aires 74(898). 253-5, Set. 1968.

RECÚRRESE extraños aditivos para dar densidad a bebidas y alimentos que se endulzan con ciclamatos. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74(899-:277-8, Oct. 1968.

THE SOUTH african Bureau of Standards. *The South African Sugar Journal,* Durban, 52(11): 963-7, Nov. 1968.

TAWARA, Ioichi — Melaço em rações. *Copercotia,* São Paulo,. 25(230):12, dez. 1968

WD, H. S. — The review of recent diffuser development. *Taiwan Sugar,* Taipei. 15(5):10-5, Sep./Oct. 1968.

LIVROS À VENDA NO I.A.A.

— ANUARIO AÇUCAREIRO — Safras 1953/54, 1954/55, 1955/56; Safras 1956/57 a 1959/60 (dois volumes), cada volume ...... NCr$ 1,00

— DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO AÇÚCAR — Vol. I (ESGOTADO) — Legislação; Vol. II — Engenho Sergipe do Conde; Vol. III — Espólio de Mem de Sá — Cada Volume ...... NCr$ 5,00

— LEGISLAÇÃO AÇUCAREIRA E ALCOOLEIRA — Lycurgo Velloso — 2 vols. — c/vol. .... NCr$ 3,00

— MISSÃO AGROAÇUCAREIRA DO BRASIL — João Soares Palmeira . . . . NCr$ 1,00

— TRANSPORTES NOS ENGENHOS DE AÇÚCAR — José Alípio Goulart . . . . NCr$ 2,00

— O MELAÇO, sua importância com especial referência à fermentação e à fabricação de levedura — Hubert Olbrich (trad do Dr. Alcides Serzedello) Volume .... NCr$ 2,00

— PRINCIPAIS VARIEDADES C. B. — (Separata) .... NCr$ 0,50

NESTE NÚMERO: